

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUIS DAVI VICENSI SIQUEIRA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA
ENTRE SUJEITOS POBRES
DO BAIRRO FARRAPOS EM PORTO ALEGRE-RS

SÃO LEOPOLDO

2025

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUIS DAVI VICENSI SIQUEIRA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA
ENTRE SUJEITOS POBRES
DO BAIRRO FARRAPOS EM PORTO ALEGRE-RS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: profa. Dra. Marília Veronese.

SÃO LEOPOLDO

2025

S618r Siqueira, Luis Davi Vicensi

Representações sociais da pobreza entre sujeitos pobres do bairro Farrapos em Porto Alegre-RS / por Luis Davi Vicensi Siqueira. – 2025.

101 f. : il.; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Veronese.

1. Pobreza. 2. Representações sociais. 3. Bairro Farrapos. 4. Práticas sociais. 5. Exclusão social. 6. Teoria do Núcleo Central. I. Título.

CDU 316.34

LUIS DAVI VICENSI SIQUEIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA
ENTRE SUJEITOS POBRES
DO BAIRRO FARRAPOS EM PORTO ALEGRE-RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: profa. Dra. Marília Veronese.

Aprovada em 25 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese (Orientadora)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini - UFPel
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Profa. Dra. Maria Luisa Carvalho
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dra. José Ivo Follmann
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Concluir esta Pesquisa representou o fechamento deste ciclo de estudo e também uma experiência transformadora, do ponto de vista de conhecimento. Enquanto dialogava com os entrevistados, também surgiam minhas representações, como manifestações deste fenômeno, que neste caso, eram sobre estes moradores. Agradeço a cada um dos dez participantes por se disponibilizar e por contribuir com suas representações à elaboração do trabalho. Desejo para cada um, dias melhores, com mais dignidade, empatia e forças renovadas para superar os desafios cotidianos os quais convivem.

À minha companheira de vida, de caminhada, de alegrias e frustrações, pela paciência, e o apoio. Cecília, com afeto, muito obrigado. À minha amada e afetuosa filha Aurora, pela compreensão nos momentos de ausências diante desta elaboração.

Aos meus pais, pelas contribuições na caminhada estudantil, a cada ciclo iniciado e encerrado.

À professora orientadora deste trabalho, Dra. Marília Veronese, minha gratidão pelo caminho percorrido até aqui. Estendo este agradecimento também ao seu trabalho diante da Instituição de Ensino, função na qual é amplamente reconhecida por dedicação, visão humanista, compromisso com a formação acadêmica e, mais que isso, cidadã.

Agradeço, aos professores deste Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que também representam resistência em compartilhar o conhecimento, diante de adversidades existentes na trajetória acadêmica. Agradeço também aos professores, que por diferentes motivações, seguiram outros caminhos, em especial, ao professor Aloísio Ruscheinsky.

Reconheço com profundo respeito os autores da Teoria das Representações Sociais (TRS) aqui utilizada, por plantar sementes para a construção e reprodução do conhecimento, sendo este, um dos objetivos da Ciência.

RESUMO

Esta Tese investiga as práticas sociais e discursivas dos sujeitos pobres moradores do bairro Farrapos, em Porto Alegre (RS), com base na Teoria das Representações Sociais (TRS). A partir de entrevistas semiestruturadas, a Pesquisa objetiva compreender como se configuram e se expressam as representações sociais dos moradores pobres do bairro Farrapos, analisando seus discursos, práticas cotidianas e os sentidos simbólicos atribuídos às suas condições de vida. O estudo também busca identificar como esses sujeitos elaboram suas representações sobre a pobreza e incorporam, em suas narrativas, as visões construídas por grupos sociais não pobres. A fundamentação teórica apoia-se, principalmente, nos aportes de Serge Moscovici, Denise Jodelet e Sandra Jovchelovitch, permitindo compreender os processos simbólicos envolvidos na construção das representações. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo interpretativa e, complementarmente, pela Teoria do Núcleo Central proposta por Jean-Claude Abric. Ao valorizar os saberes locais, a Tese propõe uma leitura crítica e situada da pobreza no bairro Farrapos.

Palavras-chave: Pobreza, Representações Sociais, Bairro Farrapos, Práticas sociais, Exclusão Social, Teoria do Núcleo Central.

ABSTRACT

This Thesis investigates the social and discursive practices of poor individuals living in the Farrapos neighborhood in Porto Alegre (RS), based on the Theory of Social Representations (TSR). Based on semi-structured interviews, the research aims to understand how the social representations of the poor residents of the Farrapos neighborhood are configured and expressed, analyzing their discourses, everyday practices, and the symbolic meanings attributed to their living conditions. The study also seeks to identify how these subjects construct their representations of poverty and incorporate, in their narratives, the views developed by non-poor social groups. The theoretical foundation is mainly based on the contributions of Serge Moscovici, Denise Jodelet, and Sandra Jovchelovitch, allowing us to understand the symbolic processes involved in the construction of representations. The data analysis was conducted through interpretative content analysis and, complementarily, by the Central Nucleus Theory proposed by Jean Claude Abric. By valuing local knowledge, the Thesis proposes a critical and situated reading of poverty in the Farrapos neighborhood.

Keywords: Poverty, Social Representations, Farrapos Neighborhood, Social Practices, Social Exclusion, Central Nucleus Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Dimensões IPM Brasil, por Serra et. al.	27
Figura 2	Classificação de Gini, por Países	35
Figura 3	Evolução Gini América Latina 2014-2023.	36
Figura 4	Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita	38
Figura 5	Taxa de Mortalidade Infantil.	45
Figura 6	Mapa do Bairro Farrapos.	71
Figura 7	Urbanização precarizada	71
Figura 8	Carrinho catador.....	72
Figura 9	Lixo na Praça	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Perfil dos Entrevistados.....	77
Tabela 2	Frequência e Ordem de Evocação das Palavras.....	88
Tabela 3	Estruturação das Representações Sociais da Pobreza.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM — Banco Mundial

BRASIL – Governo Federal do Brasil

CAA — Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP – Comissão Nacional de Ética em

Pesquisa COVID-19 — Doença pelo

Coronavírus 2019

E. F. — Ensino Fundamental

E. M. — Ensino

Médio F (f) —

Frequência

FGV — Fundação Getúlio Vargas

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística IPEA — Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada OME — Ordem Média de

Evocação

OPAS — Organização Panamericana da Saúde

PIRLS — Progress in International Reading Literacy

Study PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios

PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAT — Programa Nacional de Territórios Locais

PTC — Programa Territórios da Cidadania

RASEAM — Relatório Anual Socioeconômico da

Mulher RS — Rio Grande do Sul

TRS — Teoria das Representações Sociais

UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos.....	13
1.2 Justificativa	14
2. POBREZA: CONCEITOS E MÉTODOS	16
2.1 Panorama da Pobreza	25
2.2 Pobreza como Fenômeno Multidimensional	26
2.3 Pobreza Urbana, Neoliberalismo e Necropolítica: Estruturas de desigualdades.....	30
3. DESIGUALDADES SOCIAIS: Abordagens Teóricas e Dados atuais	31
3.1 Renda e Mercado de Trabalho.....	37
3.2 Educação.....	41
3.3 Saúde	43
3.4 Desigualdades e Violências Sociais.	47
3.5 Aporofobia: Dimensão de Desigualdades	49
4. POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES	52
4.1 Bolsa Família.....	54
4.2 Auxílio Emergencial.....	56
4.3 Política Educacional de Cotas.	57
5. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SERGE MOSCOVICI.....	59
5.1 Contribuições de Denise Jodelet, Jean-Claude Abric e Sandra Jovchelovitch.....	61
5.2 Produção Recente Sobre Representações Sociais e Pobreza.....	66
6. METODOLOGIA.....	68
6.1 Delimitações da Pesquisa.	69
6.2 Análise das Entrevistas.....	74
7. RESULTADOS	76
7.1 Representações como Privação Material.....	77
7.2 Representações como Aspectos Identitários e Emocionais.	80
7.3 Representações sobre o Estado e Políticas Públicas.....	85
7.4 Teoria do Núcleo Central na Análise das Representações	87
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
Referências.	94

1. INTRODUÇÃO

A pobreza possui reflexos não só na ausência de recursos financeiros. Ela se manifesta como um fenômeno social amplo, atingindo diferentes dimensões sociais e revelando suas desigualdades estruturais. Em contextos urbanos e rurais, sua presença se materializa não apenas nas carências materiais, mas também nos sentidos simbólicos, nos discursos e nas experiências vividas por aqueles que a enfrentam cotidianamente. É neste caminho que se orienta a presente Tese, cujo tema se concentra sobre as práticas sociais e discursivas dos sujeitos pobres moradores do bairro Farrapos, localizado na zona norte da cidade de Porto Alegre (RS). O bairro da pesquisa é também conhecido como Vila Farrapos e está na divisão regional da cidade denominada Humaitá-Navegantes. O bairro, assim como a região, é historicamente marcado por processos de exclusão social.

A pesquisa parte da premissa de que os sujeitos pobres elaboram representações sociais sobre sua condição de pobreza, seu território e suas relações sociais, sendo influenciados por experiências, mas também por estratégias simbólicas que moldarão suas identidades e forma de como compreendem suas vidas.

Esta Tese situa-se no campo de estudos da Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Serge Moscovici e posteriormente ampliada por autores como Denise Jodelet, Jean-Claude Abric e Sandra Jovchelovitch. A partir desta perspectiva, o estudo objetiva compreender como os sujeitos elaboram significados sobre sua realidade e produzem conhecimentos que orientam seus modos de agir e interpretar o mundo a partir de representações da pobreza. Assim, a pesquisa não pretende apenas observar as condições objetivas do fenômeno social pobreza, mas analisar também as dimensões subjetivas que a compõem.

O caminho metodológico para a investigação está fundamentado numa abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com moradores priorizando a escuta de seus discursos e o mapeamento das representações sociais externalizadas. Este trabalho foi estruturado em oito capítulos. Além da presente introdução, o capítulo dois introduz as principais teorias e conceitos sobre a pobreza, utilizando aportes teóricos que discutem e problematizam sobre identificação e mensurações de pobreza. O terceiro capítulo aprofunda o debate sobre as desigualdades sociais, articulando abordagens teóricas e dados empíricos recentes do Banco Mundial, IBGE, IPEA e PNUD. O quarto capítulo examina algumas políticas públicas de combate à pobreza, com foco nos programas de transferência de renda e ações afirmativas.

O quinto capítulo apresenta alguns conceitos da Teoria das Representações Sociais, discutindo as contribuições de alguns autores e sua aplicação em pesquisas sobre pobreza. O sexto capítulo detalha a metodologia utilizada na pesquisa, explicando os procedimentos de coleta e tratamento das informações. O sétimo capítulo expõe os resultados empíricos, divididos em três categorias: (1) Representações da Pobreza como Privação Material; (2) Representações Identitárias e Emocionais; (3) Representações do Estado e das Políticas Públicas. O oitavo e último capítulo realiza a análise crítica dos resultados, articulando os achados empíricos com o referencial teórico utilizado, além de apresentar as considerações finais, as contribuições da tese e sugestões para futuras pesquisas.

Ao optar por investigar os sujeitos pobres do bairro Farrapos, este estudo parte do reconhecimento que existe uma importância em se efetuar pesquisas sobre pobreza através da análise das representações sociais. Ao mesmo tempo, compreende que os desafios enfrentados pelos moradores refletem uma realidade comum em outras áreas urbanas do país, onde os processos de exclusão se manifestam de forma semelhante. Assim, os resultados da pesquisa possibilitam refletir sobre a pobreza para além das estatísticas, revelando os significados que ela assume nas narrativas daqueles que a vivem.

Diante desta narrativa, busca-se contribuir para os estudos sobre a pobreza por meio de abordagens que ultrapassem os dados numéricos, valorizando as práticas sociais como fonte de conhecimento e como possibilidade de formulação de novas estratégias. Esta leitura situada da pobreza, permite ainda, aproximar as vivências cotidianas dos sujeitos às políticas públicas em vigor, incentivando a construção de ações mais conectadas às realidades locais. Assim, amplia-se a compreensão do fenômeno, incorporando dimensões simbólicas, culturais e relacionais, frequentemente invisibilizadas nas análises tradicionais.

As motivações para o desenvolvimento desta pesquisa estão vinculadas ao interesse do autor pela temática do desenvolvimento humano e das políticas públicas, a partir de discussões efetuadas no campo das Ciências Sociais. Foi este interesse que motivou a escolha por ingressar no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e integrar uma linha de pesquisa compatível com a proposta de investigação. No entanto, o percurso do trabalho não seguiu a trajetória inicialmente esperada. O retorno ao curso em 2020 coincidiu com o início da pandemia da COVID-19, o que impôs desafios à vida acadêmica e pessoal. Durante os anos de 2020, 2021 e 2022, as exigências da atuação profissional na Gestão Pública, incluindo a participação direta em ações de enfrentamento à pandemia, resultaram numa sobrecarga laboral e contribuíram para um processo de adoecimento mental, relacionado à *síndrome de burnout*. Este contexto limitou

significativamente a possibilidade de aprofundar o trabalho de campo e algumas análises, sendo uma das limitações desta pesquisa.

Devido aos prazos institucionais e à necessidade de conclusão da formação acadêmica, foi preciso concentrar esforços na finalização da Tese, mesmo diante das restrições impostas pelas adversidades de saúde. Apenas após um afastamento laboral total por quase um ano foi iniciado um processo gradual de restabelecimento de saúde, com retorno às atividades no ano de 2024, o que possibilitou a finalização teórica e metodológica no ano de 2025. Apesar destas limitações na Pesquisa, reafirmo meu interesse com a temática e o desejo de dar continuidade à investigação sobre a pobreza e representações sociais por meio de estudos complementares. A partir deste estudo pretendo aprofundar as análises iniciadas, ampliando a produção científica sobre o tema ou outros fenômenos relacionados, como desigualdades ou aporofobia, em futuras pesquisas, associado às representações sociais.

1.1 OBJETIVOS

Esta Pesquisa tem como tema central as Representações Sociais da Pobreza entre os sujeitos pobres residentes no bairro Farrapos, em Porto Alegre (RS). O Objetivo Geral do estudo é investigar como se configuram as representações sociais desses sujeitos e analisar como elas se manifestam em seus discursos e práticas sociais cotidianas.

Pretende-se compreender não apenas o que os moradores pensam e dizem sobre a pobreza, mas também como estas representações influenciam suas ações, relações sociais e modos de vida, revelando as múltiplas dimensões que a experiência da pobreza assume no cotidiano desses indivíduos.

Como objetivos específicos, a investigação propõe:

1. Analisar os discursos e as práticas sociais dos sujeitos pobres do bairro farrapos em relação ao fenômeno da pobreza;
2. Compreender como estes sujeitos percebem e integram em seus discursos as representações sociais construídas por grupos sociais não pobres;
3. Interpretar os sentidos simbólicos que atribuem à sua condição de vida, às suas trajetórias

personais e aos espaços que ocupam, considerando as dinâmicas de inclusão, exclusão e resistência presentes em suas vivências.

Desta maneira, propõe-se contribuir para o aprofundamento do entendimento sobre as práticas sociais e discursivas dos sujeitos pobres do bairro Farrapos, ampliando o debate acadêmico e social acerca da pobreza, das representações sociais e das estratégias de enfrentamento que estes indivíduos elaboram no seu cotidiano.

1.2 JUSTIFICATIVA

Já introduzido na apresentação deste trabalho, a pobreza é um fenômeno social complexo, persistente e que reflete privações de múltiplas dimensões sociais, comprometendo o bem-estar da população. Ela impacta diretamente a vida de milhões de pessoas, sendo sua redução um dos maiores desafios contemporâneos.

Mesmo diante de várias mobilizações sociais e governamentais nas últimas duas décadas, como por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, alguns resultados têm se mostrados insuficientes. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2025) afirmou que o progresso mundial vem perdendo força, estimando que o IDH do ano de 2024 terá o seu incremento (de um ano para outro) como o menor registrado em 35 anos. Um retrocesso de décadas, segundo a Instituição. Isto mostra o quanto é desafiador estabelecer ações de combate às desigualdades e pobreza de forma sustentada. A preocupação do PNUD (2025) é que se esta desaceleração se torne “um novo normal”, haverá um comprometimento dos avanços alcançados até 2025, adiando o cumprimento das metas do Milênio por décadas, algo crítico para o pacto global. O resultado poderá ser um mundo menos seguro, mais dividido e mais vulnerável a choques econômicos e ecológicos, atingindo a população mais pobre, alertou a Entidade. Entre os danos relatados estão os choques econômicos, o enfraquecimento das democracias e os efeitos da pandemia da Covid-19.

A Pobreza consta como o objetivo número um no pacto do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas: Erradicar a pobreza em todas as suas formas. A expressão “em todas as suas formas” remete à multidimensionalidade do fenômeno. No Relatório do Desenvolvimento Humano para a América Latina de 2021, o PNUD inicia o estudo afirmando: “A desigualdade, assim como a pobreza, é multidimensional”. Portanto, afirmativas sobre a multidimensionalidade não são apenas teóricas ou acadêmicas, elas já estão incorporadas

Institucionalmente. Neste trabalho serão explorados aspectos multidimensionais da pobreza, evidenciando que o seu estudo pelas Ciências Sociais é essencial para compreender parte da complexidade existente. Enquanto um fenômeno, ela está estruturada por desigualdades manifestadas nas dimensões econômica, social, cultural e até simbólica, através dos seus estigmas. A análise sociológica possibilita compreender como as desigualdades se formam, se interligam e se reproduzem, afetando diretamente a vida dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e reforçando uma situação de pobreza, conforme fundamentado nesta Pesquisa pelos autores utilizados nos capítulos dois e três. Ao escolher estudar as representações sociais da pobreza, esta pesquisa objetiva descobrir os saberes, significados representacionais construídos pelos próprios sujeitos em situação de vulnerabilidade, proporcionando uma compreensão das práticas sociais que orientam seu cotidiano.

A Teoria das Representações Sociais (TRS), ao valorizar o conhecimento e as construções simbólicas dos sujeitos, oferece uma ferramenta para entender como os sujeitos pobres do bairro Farrapos interpretam, vivem e resistem às experiências de exclusão. E como o conhecimento do senso comum desses moradores se organiza para dar sentido à realidade, permitindo aos mesmos se situarem no mundo social, conforme discutiu Moscovici (2007). Assim, ao investigar essas construções simbólicas, torna-se possível compreender como a pobreza é naturalizada, contestada ou reinterpretada no cotidiano dos moradores pesquisados.

A relevância deste estudo se destaca pela escolha do bairro Farrapos, em Porto Alegre, ou Vila Farrapos, como é popularmente conhecido e pela aplicação da TRS àqueles moradores. Na última década, não foram localizadas pesquisas de campo que abordem a população pobre sob esta perspectiva naquele território urbano. A região Humaitá- Navegantes, segundo o Observapoa (2025), possui atualmente 42.000 habitantes, sendo que o bairro Farrapos representa 43% desta população.

A região apresenta um rendimento médio de 1,8 salários-mínimos e altas vulnerabilidades nas áreas de trabalho e renda, habitação, infraestrutura, infância e segurança. No último IDH municipal (2010), o bairro Farrapos possuía índice de vulnerabilidade social de 0,278, acima da média da cidade, que era de 0,249. Diante deste contexto, torna-se oportuno escutar os sujeitos pobres do bairro, reconhecendo sua pluralidade e complexidade das representações, para além dos números que informam os indicadores oficiais. Pondera-se ainda que a situação do bairro Farrapos reflete desafios que ultrapassam a localidade, comum em outras áreas urbanas do Brasil e do mundo.

Assim como o PNUD, o Banco Mundial (BM) vem indicando retrocessos e estagnação na redução da pobreza global, o que também reforça a urgência de políticas públicas e

pesquisas que dialoguem com as experiências concretas dessas populações, levando em conta o seu meio social, como forma de contribuir efetivamente para a superação das desigualdades e a redução sustentável da pobreza em escala global. Desta forma, inspirando-se nas reflexões de Amartya Sen e dialogando com a Teoria das Representações Sociais, a pesquisa busca ampliar o conhecimento nas Ciências Sociais sobre a pobreza, utilizando a abordagem teórico- metodológica da TRS.

2. POBREZA: CONCEITOS E MÉTODOS

Na perspectiva sociológica desenvolvida por Georg Simmel em *El pobre* (2014), a figura do pobre não é compreendida apenas por sua carência material, mas como um elemento estrutural da sociedade. Ele ocupa uma posição ambígua: está incluído por meio da assistência que recebe, mas também excluído das esferas de decisão e da participação plena na vida social. Esta “dupla posição” revela que a pobreza, mais do que uma situação econômica, é uma relação social, mediada por formas específicas de interação. Por exemplo, Simmel discute a situação em que o pobre é ajudado pelo Estado, mas não tem o direito legal de exigir essa ajuda: “*el pobre (...) no está legitimado para reclamar judicialmente ni exigir reparación cuando se le deniega ilegalmente una ayuda*” (Simmel, 2014, pág. 33). É como se sua integração ocorresse sem um reconhecimento pleno, reafirmando sua exclusão de instâncias sociais importantes.

Simmel (2014) argumenta que o pobre não é simplesmente alguém em necessidade, mas aquele que sua identidade social está definida pela forma como a sociedade o reconhece e responde à sua condição. A assistência, seja moral, religiosa ou estatal, identifica o pobre como um objeto de deveres ou como portador de direitos, mas raramente como um sujeito autônomo. Ele descreve, por exemplo, o caso de um mendigo que recebe ajuda contínua e passa a considerá-la um direito, como se fosse um tributo devido: “*los mendigos a los que se da regularmente limosna acaban considerando que están en derecho de reclamarla*” (Simmel, 2014, pág. 47). Ocorre que este gesto de ajuda espontânea se transforma em obrigação, mostrando como a pobreza se relaciona com as expectativas sociais e as estruturas de poder simbólico.

À luz da sociologia de Simmel, a pobreza revela a tensão fundamental existente entre indivíduo e sociedade, pois evidencia os mecanismos sociais de inclusão e ao mesmo tempo de exclusão. O pobre, mesmo sendo parte da sociedade, é tratado como exterior a ela, reforçando uma lógica de pertencimento que se define justamente pela sua exclusão. Esta

condição é afirmada por Simmel: *“la particular exclusión de que es objeto el pobre por parte de la colectividad que lo socorre es propia de la función que desempeña dentro de la sociedad”* (2014, pág. 44). Ou seja, a sua exclusão é uma função necessária, reafirmando hierarquias e distinções fundamentais para a manutenção da ordem social vigente. O pobre, portanto, é tratado como “objeto”, sem pleno direitos e isso permite que a sociedade administre sua presença sem ameaçar as suas estruturas.

Além da interpretação sociológica de Simmel, é oportuno apresentar uma breve discussão histórica sobre a pobreza, já que, com o passar dos séculos, ocorreram mudanças nas representações sociais sobre essa condição. Mollat (1989, p. 5) apresentou algumas manifestações históricas da pobreza, definindo-a como uma “situação de fraqueza, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variando conforme as épocas e sociedades”.

No período do século VI ao século X a pobreza foi tratada como uma consequência natural, em razão de uma vontade divina, havendo pouca intervenção institucional. À medida em que o crescimento urbano foi aumentando, se evidenciaram mais desigualdades. Como respostas para estes aumentos, a partir dos séculos XI ao século XIII, começaram a aparecer instituições de caridades e práticas de assistência aos necessitados, como os albergues, os hospitais ou alojamentos de assistências. Já no período do século XIV ao século XV, diante de crises sociais, como a peste negra, políticas para regulamentar o comportamento dos pobres, permitindo um controle e vigilância social sobre os mesmos, foram sendo implantadas, diante de uma visão que estas eram uma ameaça à ordem pública (MOLLAT, 1989).

No final do século XVIII Thomas Malthus também defendia a necessidade de um controle sobre os pobres, mas a partir de uma revisão das taxas de natalidade. Malthus (1996) argumentava, com uma previsão caótica que a superpopulação seria causadora de fome e mortes. No seu entendimento, um descontrole populacional e alimentar poderia levar à uma crise de sobrevivência geral. Ele defendia que o crescimento populacional (em ritmo exponencial) não acompanharia o crescimento da oferta de alimentos (em ritmo aritmético), logo, situações de fome e pobreza eram consequências deste desequilíbrio, algo que seria inevitável de ocorrer. Como consequência do crescimento populacional, a fome e as doenças serviam como freios naturais, funcionando como uma seleção natural à superpopulação. Se em tempos de bonanças ocorreria um aumento populacional, em tempos ruins, ocorreriam mortes, atingindo os mais pobres. Como possíveis alternativas, um controle de natalidade e um controle na concessão de auxílios aos pobres poderiam reduzir o crescimento da população (MALTHUS, 1996).

O aumento da eficiência na produção de alimentos, através de melhorias na produtividade agrícola mostraram a teoria malthusiana como equivocada. O contexto econômico e social desde a época de Malthus até os dias atuais mostra que a fome existente, tanto no passado quanto atualmente, não está associada a uma grande crise na produção de alimentos, mas sim à dificuldade socioeconômica da população afetada em acessá-los.

No início do século XX, foram desenvolvidos métodos para a identificação da pobreza, especialmente nos trabalhos de Benjamin Rowntree. Ele é reconhecido como um pesquisador pioneiro por ter utilizado a renda como critério em 1901, nos seus estudos realizados na cidade de York, na Inglaterra.

Rowntree elaborou cestas básicas de produtos necessários à manutenção da vida, estabelecendo as chamadas Linhas de Pobreza. Mais de cem anos após seu pioneirismo na criação de um método para quantificar os indivíduos em situação de pobreza, diversos estudos posteriores contribuíram com novas formas de identificação e conceituação do fenômeno (ROCHA, 2007).

Pode-se compreender que, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir dos debates em torno do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), diferentes dimensões sociais passaram a integrar as discussões sobre a proteção social promovida pelo Estado.

O acesso à nutrição, à educação, à saúde, à habitação, ao saneamento básico, à liberdade política, ao lazer, entre outros, ganharam relevância crescente nos debates sobre a pobreza, principalmente nas últimas três décadas. Para alguns pesquisadores, como Alarcón (2001, p. 12), o conceito de pobreza está diretamente relacionado à noção de bem-estar:

Hablar de pobreza nos remite a la discusión sobre bienestar. La pobreza es la falta de bienestar. Para definir la pobreza hay que definir, en primer lugar, el bienestar y el tipo de indicadores que nos permiten medirlo. En segundo lugar, necesitamos definir un nivel mínimo de bienestar por debajo del cual decimos que hay pobreza. Es decir, hay que definir un criterio de clasificación que nos permita separar a la población entre pobres y no pobres. Finalmente, necesitamos encontrar un índice que nos permita agregar varios indicadores particulares en una sola medida de pobreza.

Embora as discussões conceituais sobre a pobreza contemplem tanto a renda quanto outras dimensões do bem-estar, não existe uma definição única e universalmente aceita. Spicker (2009, p.26) critica o que chama de um “formalismo acadêmico artificial”, que insiste na existência de um núcleo comum de significados. Segundo ele, isto gera contradições, à medida em que determinados termos passam a ser considerados corretos, enquanto outros são tratados como errôneos. Para o autor, a pobreza possui uma diversidade de significados e

definições que se relacionam por semelhanças, conectando-se umas às outras.

Para entender a explicação de semelhanças e conexões argumentadas por Spicker (2009), podem-se analisar algumas formas ou manifestações de pobreza, como, por exemplo, a pobreza absoluta ou extrema, a pobreza relativa, a pobreza estrutural, a pobreza infantil, a pobreza feminina e a pobreza rural. Estas manifestações não precisam ocorrer de forma isolada. Embora apresentem distinções conceituais, podem estar interligadas em diferentes contextos sociais.

Na condição de pobreza absoluta ou extrema, os sujeitos estão expostos à ausência de condições básicas para sua sobrevivência, o que se traduz na falta de um nível mínimo de recursos essenciais à manutenção da vida humana. O Banco Mundial (2025) define como em extrema pobreza as pessoas que vivem com até US\$2,15 por dia. Já na situação de pobreza relativa, os indivíduos encontram-se abaixo de um patamar estabelecido para um padrão de vida considerado médio numa determinada sociedade. Como referência monetária, o Banco Mundial também estipula o valor diário de US\$6,85 por pessoa para identificar os níveis de pobreza relativa entre países.

A pobreza estrutural, por sua vez, está relacionada às formas como as estruturas sociais e econômicas perpetuam desigualdades históricas. No caso brasileiro, a pobreza estrutural pode ser evidenciada por meio de pesquisas que comparam indicadores sociais com base em critérios como raça, gênero ou região geográfica, revelando disparidades profundas e persistentes.

Pobreza infantil, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2025), é definida como a condição vivenciada por crianças que não têm acesso às necessidades básicas, como saúde, educação, água potável, alimentação e moradia. Trata-se, portanto, de um conjunto de privações que afetam diretamente o bem-estar deste grupo etário.

A feminização da pobreza é identificada quando há uma concentração desproporcional de mulheres entre os grupos considerados pobres, segundo parâmetros estabelecidos. Nestes contextos, as mulheres enfrentam uma situação de vulnerabilidade social mais acentuada em comparação aos homens.

A pobreza feminina compromete diretamente o bem-estar das famílias, pois existe um crescente número deste núcleo chefiado por mulheres. Além disso, elas estão mais expostas à violência de gênero e às desigualdades estruturais existentes no mercado de trabalho, como a disparidade salarial, a precarização nos postos de trabalho e o acúmulo de responsabilidades aumentando o tempo de trabalho.

O Banco Mundial (2025) afirma que a pobreza se manifesta de forma mais aguda nas áreas rurais, onde estão mais presentes as disparidades no acesso aos serviços básicos, como

água potável e saneamento. Grupos como pequenos agricultores, comunidades indígenas e populações nômades estão entre os mais afetados por esta forma de pobreza, enfrentando dificuldades no acesso à alimentação, aos bens e serviços essenciais, bem como à infraestrutura mínima necessária para uma vida digna. Soma-se a isso a vulnerabilidade frente aos efeitos das mudanças climáticas, que podem comprometer a renda e a segurança alimentar dessas populações, especialmente quando dependem exclusivamente da agricultura de subsistência e não possuem uma diversificação produtiva ou alternativas de geração de renda.

Ao conceituar a pobreza com base em padrões mínimos de renda ou no acesso a diferentes dimensões do bem-estar, deve-se reconhecer que suas definições variam de acordo com quem as formula. Isto ocorre porque diferentes atores, seja pesquisadores ou formuladores de políticas públicas, observam aspectos distintos da realidade. Cada pesquisa enfatiza elementos específicos e desenvolve paradigmas próprios sobre o que se entende por pobreza, considerando seus referenciais teóricos, áreas de atuação ou interesses institucionais. A pobreza, portanto, é um fenômeno social conceitualmente amplo e complexo. Suas definições não buscam apenas uma compreensão teórica, mas objetivam também favorecer a formulação de políticas públicas e de intervenções sociais direcionados para a sua mitigação e superação (SPICKER, 2019).

Embora a renda ainda seja frequentemente utilizada como parâmetro de mensuração da pobreza, ela deixou de ser considerada o núcleo exclusivo dentro das análises sobre o tema. A centralidade da renda nos estudos se deve, em grande parte, ao fato de que os indivíduos vivem numa economia de mercado. As transações de compra e venda de bens e serviços representam o principal meio de satisfação das necessidades das famílias, logo a renda é o instrumento que permite esta operação (ROCHA, 2007).

No entanto, diversas críticas têm sido feitas ao uso exclusivo da renda como indicador de pobreza, pois ela não capta a capacidade real das famílias de satisfazer suas necessidades básicas ou de alcançar o bem-estar social. Por exemplo, mesmo que uma família possua uma renda considerada adequada, se ela reside em uma região onde não há oferta de serviços essenciais, como escolas, unidades de saúde ou saneamento básico, ela continuará privada destes direitos fundamentais. Assim, a renda, por si só, não garante o acesso efetivo ao atendimento de necessidades básicas (SEN, 2001, 2013).

As críticas às abordagens de pobreza baseadas exclusivamente em critérios monetários favoreceram a consolidação de uma perspectiva multidimensional sobre o fenômeno. Neste contexto, destaca-se a contribuição de Amartya Sen, que se tornou uma das principais referências no debate contemporâneo sobre pobreza e desenvolvimento humano. Com base em

suas discussões, houve uma ampliação das pesquisas voltadas à análise multidimensional da pobreza, incorporando diferentes dimensões sociais, como saúde, educação, nutrição, moradia, liberdade e participação social, entre outras tantas.

Para Sen (2013), o núcleo do avanço social não reside apenas no crescimento econômico ou no aumento da renda, mas, sobretudo, na ampliação das liberdades e das capacidades reais das pessoas para viverem a vida que valorizam. Esta mudança de perspectiva, além da renda, influenciou diretamente o desenho de políticas públicas, que passaram a considerar o bem-estar como um objetivo mais amplo e não somente como uma avaliação de indicadores econômicos.

Entretanto, ainda que a renda tenha sido relativizada nas abordagens mais amplas e multidimensionais, ela não deve ser descartada nas investigações sobre a pobreza. Pelo contrário, a renda continua sendo um elemento importante para a compreensão das privações materiais enfrentadas pelas populações, conforme destaca Sen (2013, p. 120):

A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

De fato, ao analisar dados concretos, observa-se que o crescimento econômico isolado apresenta limitações como motor para o bem-estar social. Alguns países, como o Brasil, registraram taxas significativas de crescimento econômico que não se traduziram em avanços sociais na mesma magnitude. No caso brasileiro, as elevadas taxas verificadas no chamado “milagre econômico”, ocorridas no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, ilustram esta dificuldade: o aumento da produção nacional não resultou necessariamente em melhorias substanciais para a população, especialmente para os segmentos que estavam em maiores níveis de desigualdades.

Para Sen (2013), existe uma relação direta entre desenvolvimento e liberdade: quanto mais desenvolvida for uma sociedade, maiores são as oportunidades das pessoas para usufruírem de melhores condições de vida. Quando há privações, a liberdade de escolha e a capacidade de realização dos indivíduos são comprometidas. Por isto, promover o desenvolvimento implica eliminar obstáculos que limitam estas liberdades, conforme explica:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos (Sen, 2013, pág. 16).

Sen (2013) argumenta que as liberdades são tanto meios quanto fins do

desenvolvimento. Enquanto fins, elas buscam o enriquecimento da vida humana, promovendo maior bem-estar. Isto implica em garantir condições que evitem privações fundamentais, como a fome, a subnutrição, doenças evitáveis e a morte prematura. Além disso, envolve assegurar liberdades essenciais, como o acesso à educação (a capacidade de ler e realizar cálculos), a participação política e a liberdade de expressão etc.

Enquanto meios, as liberdades são concebidas por Amartya Sen (2013) como instrumentos fundamentais que possibilitam às pessoas viverem a vida que valorizam, servindo de bases para a conquista de outras liberdades. Estas "liberdades instrumentais" funcionam como pilares do desenvolvimento e são identificadas em cinco formas pelo autor:

1. Liberdades políticas – referem-se às oportunidades de participação nos processos decisórios da sociedade, incluindo a liberdade de expressão, o direito ao voto e à escolha de representantes, bem como a participação ativa na vida política e governamental.
2. Facilidades econômicas – dizem respeito ao acesso a recursos e oportunidades econômicas, como a possibilidade de produzir, consumir, negociar ou empreender.
3. Oportunidades sociais – envolvem o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, saneamento e moradia, os quais são indispensáveis para melhorar as condições de vida tanto em nível individual quanto coletivo.
4. Garantias de transparência – asseguram o direito à informação e à clareza nas interações sociais, políticas e econômicas, criando um ambiente de confiança pública, com mecanismos que inibam práticas corruptas e assegurem a previsibilidade das instituições.
5. Segurança protetora – refere-se à existência de uma rede de proteção social voltada àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte mínimo para a sobrevivência em contextos de crise, desemprego, calamidades ou exclusão estrutural.

Portanto, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo voltado à ampliação das capacidades individuais, isto é, das liberdades reais que as pessoas possuem para alcançar funcionamentos que consideram valiosos (SEN 2001, 2003).

A realização destas capacidades, no entanto, está profundamente condicionada por uma série de fatores contextuais na vida das pessoas, como as condições econômicas, a localização geográfica, os fatores epidemiológicos, as diferenças etárias, de gênero ou de orientação sexual,

entre outros. Um indivíduo pode, por exemplo, viver em um país com elevado Produto Interno Bruto (PIB) per capita e, ainda assim, encontrar-se em situação de privação de capacidades, caso não tenha acesso adequado à saúde, à educação ou a outras dimensões fundamentais ao bem-estar. Conclui Sen (2013, pág. 123):

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar estes fins.

A partir das críticas de Amartya Sen à utilização de estudos focados apenas no indicador renda, diversos pesquisadores, tanto autônomos quanto institucionais, passaram a incorporar suas contribuições teóricas nas pesquisas sobre pobreza.

Entre estes estudiosos, destaca-se a filósofa estadunidense Martha Nussbaum, que, influenciada pelas premissas de Sen, desenvolveu uma abordagem articulando a teoria das capacidades com princípios de justiça social. Nussbaum (2013, p. 388) apresentou uma lista de dez capacidades humanas centrais que considera essenciais à dignidade e inclusão social, bem como diretrizes necessárias para a formulação e a implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano. Seguem elencadas as propostas de Matha Nussbaum:

1. Vida – Poder viver uma vida de duração normal, não sendo privado da existência por morte prematura ou evitável.
2. Saúde corporal – Ter boa saúde, possuir nutrição.
3. Integridade corporal – Dispor de liberdade de movimentação, segurança contra violência, autonomia sobre o próprio corpo, inclusive no que diz respeito à sexualidade e à reprodução, com proteção contra abusos, como violência sexual e infantil.
4. Sentidos, imaginação e pensamento – Ser capaz de utilizar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar de maneira informada e cultivada, com acesso à educação e liberdade de expressão, também em contextos religiosos e políticos.
5. Emoções – Ser capaz de desenvolver e exercer sentimentos afetivos como amor, tristeza e compaixão, vivendo experiências emocionais livres de bloqueios gerados por medos extremos, traumas, negligências ou opressões.

6. Razão prática – Ter a capacidade de formar uma concepção do bem e planejar a própria vida de maneira reflexiva, com liberdade de consciência, pensamento e religião.
7. Afiliação – Ser capaz de viver com e pelos outros, exercendo empatia, solidariedade e respeito mútuo, além de ser tratado com dignidade e sem discriminação por motivos de raça, gênero, orientação sexual, entre outros.
8. Outras espécies – Ter a possibilidade de viver em interação respeitosa com a natureza, com os animais, as plantas e o meio ambiente em geral.
9. Lazer – Poder rir, brincar, se divertir e participar de atividades recreativas.
10. Controle sobre o próprio ambiente – No âmbito político: participar de decisões que afetam a própria vida, com liberdade de expressão e associação. No âmbito material: ter direito à propriedade, acesso ao trabalho e à igualdade de condições econômicas.

Embora Martha Nussbaum e Amartya Sen compartilhem das mesmas concepções sobre a abordagem das capacidades, Sen possui ressalvas à ideia da existência de uma lista de capacidades, argumentando que as realizações humanas são complexas e influenciadas pela diversidade das formações sociais, moldadas por contextos históricos, culturais e políticos específicos (ZAMBAM, 2009).

Outros pesquisadores, como Anthony Atkinson, James Foster e Sabina Alkire, também possuem importantes contribuições ao estudo da pobreza multidimensional, complementando o pensamento de Amartya Sen por meio de novas ênfases e metodologias. Atkinson colaborou com o Banco Mundial, especialmente no desenvolvimento de métodos para a análise da desigualdade de renda.

De forma similar, Alkire e Foster criaram uma metodologia inovadora para a mensuração da pobreza multidimensional, que serviu de base para a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2.1 PANORAMA DA POBREZA

O Banco Mundial (2024) classificou a década de 2020-2030 como perdida para a redução da pobreza global, devido à desaceleração e a estagnação no avanço contra a pobreza em diversos países. Esta situação foi agravada por choques econômicos, que foram acelerados pela pandemia da Covid-19, provocando uma queda significativa na renda da população. Segundo os dados do Banco Mundial, 8,5%¹ da população mundial vive em condição de extrema pobreza, representando 692 milhões de pessoas. Para o nível de pobreza mundial, o percentual da população apurado ficou em 44%. Levando em conta o crescimento populacional, este número absoluto de pessoas pobres permanece semelhante ao registrado em 1990.

No Brasil, para o período entre 2013 e 2023, se observou uma oscilação nos níveis de pobreza, com aumentos significativos em alguns anos. A maior taxa de extrema pobreza dentro deste período foi registrada no ano de 2021, com 33,7%, como reflexo principalmente dos impactos sociais e econômicos causados pela crise da Covid-19 no ano de 2020. Também foram verificados aumentos da extrema pobreza nos anos de 2016 e 2017, associados à recessão econômica ocorrida entre 2015 e 2016, instabilidades políticas e redução de políticas sociais (IBGE, 2024).

No início do ano de 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia da Covid-19, que resultou em milhares de mortes, além de impactos profundos na saúde da população e nas atividades econômicas a nível mundial. O Banco Mundial (2022) concluiu que a crise gerada pelo coronavírus causou efeitos dramáticos sobre a pobreza e a desigualdade global, aumentando-as significativamente pela primeira vez em uma geração. As perdas de renda foram desproporcionais, com maior impacto sobre os mais desfavorecidos, aprofundando ainda mais as desigualdades tanto entre países quanto dentro deles.

No ano de 2021, trabalhadores com o primeiro ciclo do ensino fundamental registraram um aumento temporário do desemprego em 70% em diversos países, com perdas de renda ainda mais significativas para jovens, mulheres, trabalhadores autônomos e temporários. O impacto econômico global da pandemia também afetou profundamente o Brasil, que liderou os registros de mortes na América Latina, sendo o terceiro país com maior número de casos no mundo.

Enquanto no ano de 2020 o programa Auxílio Emergencial do Governo Federal contribuiu para o controle da pobreza, esta efetividade não se repetiu para 2021. No primeiro ano da pandemia (2020) quase a metade da renda das famílias situadas na base da pirâmide

¹ O Banco Mundial definiu uma renda diária inferior a US\$2,15 por pessoa para a extrema pobreza e de US\$6,85 para a pobreza.

social era originária do Auxílio Emergencial. Houve uma redução na cobertura do programa para o ano de 2021, sem que o mercado de trabalho apresentasse melhorias significativas, agravado ainda por um cenário de inflação mundial. A redução do auxílio emergencial impactou diretamente a queda da renda domiciliar, especialmente atingindo os 40% mais vulneráveis da população brasileira.

Além da renda, as desigualdades se aprofundaram em dimensões como a educação e o mercado de trabalho. O limitado acesso à tecnologia e à qualificação, mais marcante entre os grupos pobres, restringiu a capacidade de adaptação ao novo ambiente laboral. No ano de 2021, mulheres, jovens e afro-brasileiros tiveram suas participações no mercado de trabalho significativamente reduzidas, o que contribuiu para a manutenção de elevados índices de pobreza no país (BANCO MUNDIAL, 2022). Embora o ano de 2021 tenha registrado acentuados índices de pobreza no Brasil, no ano de 2023 houve uma queda significativa deste indicador.

Para o ano de 2023, aproximadamente 59 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza, representando 8,7 milhões de pessoas a menos do que o quantitativo registrado no ano anterior, de 2022. Em termos percentuais, isto correspondia a 27,4% da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial, a qual foi estabelecida com o valor de R\$665,00 per capita por mês (BANCO MUNDIAL, 2024).

Quanto à extrema pobreza, que considerou um valor mensal per capita de R\$209,00 no núcleo familiar, também houve redução em 2023: o número caiu para 9,5 milhões de pessoas, uma diminuição de 3,1 milhões em relação ao ano de 2022, o que representou 4,4% da população nacional. A manutenção e a ampliação de programas sociais, benefícios e do Bolsa Família foram fatores importantes para esta redução (IBGE, 2024).

2.2 POBREZA COMO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

O presente trabalho reconhece a pobreza como um fenômeno multidimensional, resultante da privação de diferentes medidas de bem-estar. Enquanto a seção 2.1 apresentou um panorama da pobreza baseado na renda, a seção 2.2 abordará metodologias que permitem sua identificação a partir de múltiplas dimensões.

Esta abordagem está alinhada às ideias de Amartya Sen, que entende a pobreza não apenas como falta de renda, mas como uma privação de capacidades essenciais para uma vida digna, as quais são representadas por múltiplas dimensões sociais. Assim, a compreensão da

pobreza amplia-se para além do aspecto econômico, incluindo restrições em áreas como saúde, educação e participação social, entre outras. Para tanto, serão analisadas três metodologias recentes: de Serra et al. (2023), do PNUD (2024) e do UNICEF (2025), fornecendo informações tanto em nível global quanto brasileiro.

Serra et al. (2023) desenvolveram um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) específico para o Brasil, adaptando a metodologia utilizada no índice global do PNUD, com o intuito de avaliar diversas dimensões sociais, indo além da mensuração tradicional da pobreza pelo método renda.

Diante da metodologia exposta na figura 1, e a partir dos dados da PNAD contínua do ano de 2019, foi possível identificar diversas privações que atingem a população de baixa renda no Brasil, evidenciando a complexidade da pobreza sob múltiplas dimensões.

Figura 1 – Dimensões IPM Brasil, por Serra et.al

Dimensão	Indicador	Privação
Habitação	Armazenamento de água	Ausência de reservatório, caixa d'água ou cisterna no domicílio.
	Banheiro de uso exclusivo	Ausência, no domicílio, de banheiro (com chuveiro e vaso sanitário) de uso exclusivo dos moradores.
	Adensamento	O domicílio tem mais de dois moradores para cada cômodo utilizado como dormitório.
	Materiais de paredes externas, cobertura e piso	Paredes construídas com material não durável: taipa sem revestimento, madeira aproveitada (como tapumes ou madeira retirada de pallets) ou outro material; OU cobertura de zinco, alumínio, chapa metálica ou outro material diferente de telha, laje de concreto ou madeira apropriada para construção; OU piso de terra.
Infraestrutura básica	Abastecimento de água	Em áreas urbanas: ausência de abastecimento de água por rede geral; OU fornecimento com intermitências; OU ausência de canalização interna no domicílio. Em áreas rurais: fornecimento de água que não seja por rede geral, poço, nascente ou cisterna; OU fornecimento com intermitências (rede geral); OU ausência de canalização interna.
	Energia elétrica	Intermitência no fornecimento de energia elétrica proveniente de rede geral.
	Esgotamento sanitário	Escoadouro do(s) banheiro(s) em fossa não ligada à rede ⁽¹⁾ , vala, rio, lago ou mar, ou outra forma.
	Destino do lixo	Ausência de coleta direta ou indireta de lixo.

Fonte: Serra et. al (2023, pág. 81)

Conforme análise realizada por Serra et al. (2023), o adensamento domiciliar, indicador de precariedade habitacional, atingiu aproximadamente 39,5% das pessoas com rendimento per capita de até meio salário-mínimo. Este percentual representou o dobro da média nacional, que ficou em 19,7%. Além disto, a inexistência de banheiro de uso exclusivo e as condições insatisfatórias das moradias, especialmente no que se refere a paredes, coberturas e pisos, revelaram também uma fragilidade estrutural enfrentada pelas famílias mais vulneráveis.

As carências na infraestrutura básica também se destacaram no grupo de menor renda. Entre os indivíduos com renda mensal de até meio salário mínimo, 51,5% não tinham acesso adequado ao abastecimento de água, proporção significativamente superior à registrada na população total que foi de 32,7%. Referente ao esgotamento sanitário, a ausência de condições apropriadas foi observada em 33,5% dos domicílios de baixa renda, frente a 20,3% para a população total.

Na dimensão educação a situação de desigualdade se agrava mais na faixa dos 18 aos 29 anos: entre aqueles com menor renda, 55,4% não haviam concluído o ensino médio, contra 32,6% da população total. A exclusão digital também revelou consideráveis desigualdades, onde 26,8% das pessoas com renda de até meio salário-mínimo não possuíam acesso à internet. Para a população total, este índice ficou na média 16,2%. A falta de dispositivos como computadores, tablets ou celulares reforçou ainda mais esta vulnerabilidade, especialmente num contexto de crescente informatizações.

Concluíram os pesquisadores que a pobreza no Brasil ultrapassa a dimensão da renda, reforçando os autores da existência de maiores privações para àqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para enfrentar de forma mais eficaz este problema é essencial que as políticas públicas considerem as naturezas das múltiplas privações, segundo os autores.

Desde o ano de 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulga o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvido em parceria com a Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI). Este indicador mensura a pobreza através da metodologia multidimensional, considerando três dimensões principais: educação, saúde e padrão de vida.

Considera-se que uma pessoa está em situação de pobreza multidimensional quando apresenta privação em, no mínimo, um terço dos indicadores ponderados nas três dimensões avaliadas. A dimensão saúde analisa a ocorrência de subnutrição entre crianças e indivíduos com menos de 70 anos, bem como a mortalidade infantil, considerando os óbitos de crianças menores de 18 anos ocorridos nos cinco anos anteriores à pesquisa.

Na dimensão educação, os indicadores verificam se há membros do domicílio com seis anos ou mais que não tenham completado pelo menos seis anos de escolaridade, além de identificar a presença de crianças em idade escolar que não frequentam a escola até a conclusão da oitava série do ensino fundamental. Já a dimensão padrão de vida avalia o acesso a recursos essenciais, como combustível para cozinhar, saneamento básico, água potável, eletricidade e condições adequadas de moradia, além da posse de alguns bens domésticos.

Utilizando dados de 112 países, abrangendo 6,3 bilhões de pessoas, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para o ano de 2024 revelou que 1,1 bilhão de pessoas viviam em situação de pobreza aguda, sendo mais da metade crianças. Cerca de 83,7% das pessoas em situação de pobreza multidimensional residiam em áreas rurais.

As privações severas mais comuns estavam relacionadas à moradia inadequada, ausência de saneamento básico, falta de gás para cozinhar, eletricidade e água potável. Em termos absolutos, os países com o maior número de pessoas em pobreza multidimensional foram: Índia (234 milhões), Paquistão (93 milhões), Etiópia (86 milhões), Nigéria (74 milhões) e República Democrática do Congo (66 milhões). Na América Latina e Caribe, o IPM estimou que 34 milhões de pessoas estavam em privações multidimensionais (PNUD, 2024).

Na mesma perspectiva multidimensional da pobreza, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2025) publicou relatório sobre a situação da infância e adolescência no Brasil. A pesquisa avaliou o acesso de crianças e adolescentes a sete direitos básicos: renda, educação, informação, proteção contra o trabalho infantil, água, saneamento e moradia.

Segundo o UNICEF, houve uma redução da pobreza entre crianças e adolescentes, que passou de 62,5% em 2017 para 55,9% em 2023, resultando em aproximadamente 28,8 milhões de crianças no país na condição de pobreza multidimensional. Embora esta queda represente um avanço relevante, os dados ainda indicam uma expressiva vulnerabilidade na infância brasileira. A melhoria observada foi impulsionada, sobretudo, pela dimensão da renda, em decorrência da ampliação do programa Bolsa Família (UNICEF, 2025).

No recorte por cor ou raça, observou-se uma melhora entre crianças e adolescentes brancos, caindo a taxa de pobreza multidimensional de 49,8% em 2017 para 45,2% em 2023. Esta queda também foi observada para crianças e adolescentes negros, reduzindo a taxa de pobreza de 71,5% para 63,6% no mesmo período. No entanto, os indicadores seguem mais elevados em comparação ao grupo de crianças brancas, evidenciando a persistência das desigualdades raciais.

Apesar da redução geral da pobreza, é importante destacar as desigualdades persistentes na dimensão educacional, pois houve um agravamento do analfabetismo infantil,

possivelmente relacionado com os efeitos da pandemia da Covid-19. O percentual de crianças entre sete e oito anos não alfabetizadas aumentou de 14% em 2019 para 30% em 2023 (UNICEF, 2025).

2.3 POBREZA URBANA, NEOLIBERALISMO E NECROPOLÍTICA: ESTRUTURAS DE DESIGUALDADES

Segundo Harvey (2014), o urbanismo contemporâneo é moldado pelo neoliberalismo, transformando a cidade em um espaço de especulação e lucro. A mercantilização da terra e da moradia, associada à “acumulação por despossessão”, desloca populações de baixa renda das áreas centrais, enquanto o planejamento urbano privilegia interesses privados em detrimento de políticas de habitação e de serviços públicos. Em concordância, Rolnik (2015) conclui que no Brasil, esta dinâmica reforça desigualdades históricas, concentrando riqueza e oportunidades nos centros urbanos, enquanto periferias enfrentam precariedade habitacional, desemprego elevado e acesso limitado a infraestrutura e serviços, transformando moradias em mercadorias especulativas e distanciando-as de um direito social.

Brites (2017) discute como as metrópoles latino-americanas têm sido reorganizadas segundo uma lógica de mercado, que privilegia o investimento e a rentabilidade em detrimento das necessidades coletivas. As políticas urbanas se tornam instrumentos de valorização imobiliária e o Estado atua como facilitador deste processo, legitimando práticas de gentrificação e de deslocamento populacional. Para o autor, o urbanismo neoliberal, ao associar capital financeiro e poder político, gera cidades fragmentadas e desiguais. Exemplos de Buenos Aires, Rio de Janeiro e Santiago revelam que as iniciativas de revitalização e “requalificação” promovem a substituição de comunidades populares por empreendimentos elitizados, configurando uma paisagem urbana que expressa o avanço da desigualdade e a negação do direito à cidade, conforme o pesquisador.

Seguindo estas discussões de exclusão urbana, a perspectiva de Mbembe (2018) sobre necropolítica (poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer) possibilita uma compreensão de como o poder urbano decide quem pode viver plenamente e quem está exposto à morte simbólica ou material, também como consequência de políticas neoliberais. Sendo assim, populações pobres são sistematicamente excluídas, privadas de segurança, moradia adequada e acesso aos serviços básicos.

A combinação entre especulação imobiliária, precarização do trabalho e políticas públicas insuficientes produz territórios em que a vida de determinados grupos é constantemente ameaçada ou desvalorizada. Logo, a pobreza urbana revela-se também estrutural, resultado de decisões políticas e econômicas que moldam o espaço, tornando a sobrevivência das populações vulneráveis dependente de sua utilidade econômica e da capacidade de adaptação aos movimentos impostos de exclusão.

Neste contexto, a pandemia da Covid-19 demonstrou o que Mbembe (2018) denomina necropolítica, evidenciando como decisões estatais e políticas públicas determinam quem tem acesso à proteção e quem permanece vulnerável aos riscos de morte simbólica ou material.

Conforme Santos (2020), a crise sanitária expôs desigualdades estruturais que atravessam a sociedade, tornando certos grupos mais suscetíveis às consequências da doença devido à limitação de acesso aos serviços essenciais e às condições precárias de vida. Com isto, a letalidade da pandemia não se restringiu aos efeitos biológicos do vírus, mas refletiu também as desigualdades históricas e territoriais que marcam a vida de populações marginalizadas.

Para a pesquisadora, a insuficiência das políticas públicas e a precarização das condições habitacionais e sociais reforçam a necessidade de adaptação destes grupos às regras de um sistema que frequentemente os exclui. Assim, em sua análise, a necropolítica se manifesta não apenas nas decisões institucionais, mas também nas condições estruturais que determinaram quem recebia proteção e quem permanecia exposto aos riscos da Covid-19. Não diferentemente, estudos da Fiocruz (2022) indicaram que grupos historicamente vulnerabilizados, como pessoas negras, indígenas e em situação de pobreza, foram desproporcionalmente afetados pela pandemia.

3. DESIGUALDADES SOCIAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS E DADOS ATUAIS

Compreende-se que pobreza e desigualdades são fenômenos interligados, se retroalimentando socialmente. Ambos possuem persistências devido aos processos históricos, econômicos, políticos e estruturais. Jean-Jacques Rousseau (2001) distinguiu dois tipos de desigualdade: a natural e a moral ou política. A desigualdade natural refere-se às diferenças físicas e biológicas entre os indivíduos, como a força ou a idade. A desigualdade moral ou política está relacionada à posse de riquezas, ao exercício do poder e aos privilégios sociais. É esta última que recebe maior ênfase em suas reflexões, por ser produto das convenções sociais e da organização política, conforme explica:

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles (Rousseau 2001, pág.38-39).

No estado de natureza, a desigualdade era praticamente inexistente, segundo Rousseau (2001). Este período era concebido pelo autor como uma fase de harmonia e liberdade natural, em que os indivíduos viviam apenas para satisfazer suas necessidades de subsistência, sem comparações sociais e com prevalência única das desigualdades naturais.

A partir da organização social, as desigualdades morais ou políticas começaram a surgir, como resultados de comparações, da propriedade privada e das estruturas de poder criadas. Afirmou Rousseau (2001, pág. 91): *“o primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil”*. Esta apropriação foi lamentada pelo filósofo, sugerindo que naquele momento histórico deveria haver uma resistência, à fim de preservar as práticas vivenciadas no estado natural.

Para Karl Marx, a desigualdade social decorre da estrutura econômica capitalista e das relações de produção nela estabelecidas. A propriedade privada dos meios de produção concentra poder e riqueza nas mãos de uma burguesia, que se apropria do valor gerado pelo trabalho da classe trabalhadora, o proletariado, perpetuando a exploração e as disparidades sociais (MARX, 1996, 1998, 2006). Em tempos atuais, esta análise se mantém pertinente, pois diferentes estudos apontam a intensificação da concentração de riqueza e a precarização do trabalho. Esta dinâmica acentua as desigualdades, ampliando a distância entre os que detêm capital e os que vivem de sua força de trabalho. Como consequência, parcela significativa da população permanece em condições de pobreza, com acesso limitado aos recursos essenciais, serviços públicos e oportunidades ou, como destaca Amartya Sen, com suas capacidades comprometidas.

Assim, na perspectiva de Marx (1996, 1998, 2006) a pobreza não seria apenas falta de recursos individuais, mas também uma expressão estrutural das relações de produção capitalista, que organizam a sociedade de forma a favorecer a acumulação de riqueza de poucos e reforçar a vulnerabilidade de muitos.

Nas últimas décadas, a lógica capitalista se intensificou por meio da financeirização da economia, ampliando a distância entre grandes detentores de capital e a maioria da população trabalhadora, como se observa em diferentes estudos de instituições, como, por exemplo, do Banco Mundial (2024) e da Oxfam (2025).

A riqueza, portanto, não se distribui de forma proporcional à contribuição social ou coletiva na produção, mas segue a lógica da acumulação e da concentração. Políticas públicas, em geral, atuam apenas sobre os efeitos da desigualdade, sem alterar suas bases estruturais. Além disto, a precarização do trabalho e as crises econômicas ampliam a vulnerabilidade econômica das camadas de menor renda, consolidando um ciclo em que a concentração de riqueza reproduz continuamente as desigualdades sociais (PIKETTY, 2014; MEDEIROS, 2023).

Na perspectiva de Max Weber, as desigualdades sociais resultam da forma como o poder é distribuído entre os grupos que compõem a sociedade. Esta distribuição se expressa em três dimensões interdependentes: classe, status e poder (ou partido). A classe diz respeito às posições ocupadas pelos indivíduos no mercado, às suas oportunidades de vida e ao acesso diferenciado aos bens, rendimentos e recursos econômicos, o que influencia diretamente as possibilidades de mobilidade social. O status refere-se ao prestígio e à honra social, vinculando-se aos estilos de vida, à educação e às relações de reconhecimento simbólico que distinguem determinados grupos, ainda que seus membros pertençam a classes econômicas diferentes.

Já o poder manifesta-se na capacidade de influenciar decisões coletivas e de organizar a ação política, seja por meio de partidos, grupos de interesse ou por instituições. Para Weber (2015), estas três dimensões (econômica, social e política) interagem na constituição das estratificações sociais, revelando que a desigualdade não se restringe à economia, mas abrange também fatores culturais e simbólicos (PERNIAS, 2021; TINEU, 2017; WEBER, 2015).

No contexto brasileiro, a argumentação de Max Weber sobre desigualdades sociais se mostra relevante diante da persistência da concentração de renda. A mobilidade social continua restrita, refletindo as barreiras estruturais impostas pelas diferenças de classe e pelas oportunidades desiguais de acesso aos bens e serviços. O status pode ser verificado nas disparidades educacionais, raciais e regionais, que mantêm grupos historicamente privilegiados em posições de prestígio e de reconhecimento social. Já o poder político permanece influenciado por setores econômicos e institucionais, impactando nas decisões coletivas e influenciando o poder decisório das políticas públicas. Sendo assim, pode-se compreender que as dimensões de classe, de status e de poder propostas por Max Weber continuam entrelaçadas

na realidade brasileira, sustentando uma estrutura social fortemente desigual. Estas constatações são confirmadas na medida em que se analisam os dados de concentração de renda no decorrer de décadas no Brasil, seja por segmentos sociais ou regionais.

Assim como o Brasil, a América Latina também apresenta profundas estratificações sociais e econômicas. Eduardo Galeano destacou as raízes históricas e estruturais desse fenômeno, analisando, em perspectiva temporal, as consequências do período colonial e imperial. Em *As veias abertas da América Latina* (2008), o autor argumenta que a riqueza da região foi intensamente extraída para beneficiar as metrópoles, originando desigualdades que permanecem como marcas estruturais até os dias atuais.

Para o autor, este processo de exploração atravessou diferentes fases: iniciou-se no período colonial, intensificou-se durante o imperialismo e continuou mesmo após a independência dos países latino-americanos. Foram explorados metais, produtos naturais e agrícolas, além da força de trabalho, atingindo desde os povos originários até os escravizados e, posteriormente, os trabalhadores pobres. Destaca Galeano (2008, p. 18):

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e as capacidades de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos.

Instituições como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU) também reconhecem as desigualdades como resultados das estruturas econômicas e sociais existente nos países, especialmente da América Latina e na África.

O Banco Mundial (2024) afirmou que na última década houve uma revisão na literatura utilizada quanto às definições de desigualdades, não se limitando a utilização da renda-consumo. A Instituição vem debatendo e aplicando nos seus estudos as faltas de oportunidades herdadas, seja relacionada à etnia, ao gênero ou ao status socioeconômicos dos países. Um que vem de gerações passadas, atingindo a geração atual e comprometendo gerações futuras.

Mesmo com ações locais de enfrentamento promovidas por governos nacionais e iniciativas coordenadas em nível global², a desigualdade ainda persiste em patamares elevados³, especialmente na América Latina e na África Subsaariana.

² Um exemplo de ação coordenada mundial é a meta número dez dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU), reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles até 2030.

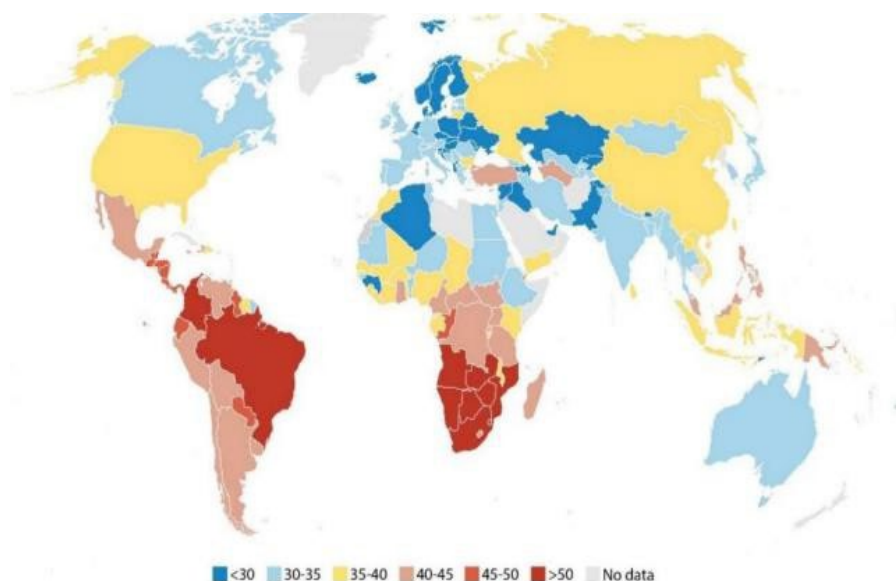
³ Para a mensuração dos níveis de desigualdade, o Banco Mundial (BM) utiliza o Índice de Gini, numa escala de 0 a 1, onde 0 indica igualdade perfeita e 1 desigualdade perfeita. O BM definiu alta desigualdade como um patamar maior que 0,4 na escala de 0 a 1, utilizando dados a partir da renda e consumo.

Na última década, o número de países com altos índices de Gini caiu de 61 para 49. No entanto, estas duas regiões continuam registrando altos níveis de desigualdade. No ano de 2022, aproximadamente 1,7 bilhão de pessoas viviam sob estas condições, mantendo-se praticamente no patamar ao longo dos últimos anos.

Para a América Latina, a região apresentou uma pequena redução nas desigualdades na última década, com queda média de apenas 0,4% ao ano entre 2014 e 2023. No ano de 2022, o índice de Gini da região foi de 0,45, evidenciando a persistência dos altos níveis de desigualdade. No ano de 2021, os 10% mais ricos concentravam 66% da riqueza total, enquanto apenas 1% da população detinha 33% de toda a riqueza. Comparando o ano de 2021 com dados do ano de 2010, ou seja, passados onze anos, houve a diminuição de apenas 2% na concentração de riqueza para os 10% mais ricos, reduzindo este indicador de 68% para 66% (BANCO MUNDIAL, 2024; CEPAL, 2025).

A Figura 2 ilustra a distribuição global das desigualdades. Já a figura 3 demonstra a pequena redução ao longo da última década do índice de Gini na América Latina, destacando-se como os principais fatores para este cenário na região a elevada concentração de riqueza, tanto em ativos financeiros quanto não financeiros.

Figura 2 – Classificação de Gini, por Países



Fonte: Our World in Data, 2025

No ano de 2021, os 10% mais ricos concentravam 66% da riqueza total, enquanto apenas 1% da população detinha 33% de toda a riqueza. Comparando o ano de 2021 com dados do ano

de 2010, ou seja, passados onze anos, houve a diminuição de apenas 2% na concentração de riqueza para os 10% mais ricos, reduzindo este indicador de 68% para 66% (BANCO MUNDIAL, 2024; CEPAL, 2025).

Figura 3 – Evolução Gini América Latina 2014-2023



Fonte: Banco Mundial, 2024.

Se no período colonial e imperial a exploração econômica era organizada para servir aos interesses das metrópoles, por meio da extração intensiva de recursos naturais e da concentração dos meios de produção, no período contemporâneo a lógica se mantém, embora sob novas formas. Atualmente, ela se manifesta, sobretudo, por meio do sistema financeiro global, que perpetua desigualdades através da concentração do capital em mãos de uma minoria social.

A crescente concentração de capital e o domínio dos fluxos financeiros sobre as economias nacionais têm sido interpretados por diversos autores como uma forma de “*neocolonialismo*”, em que o poder não se manifesta apenas por meio da ocupação e exploração territorial, como no passado, mas pela influência financeira exercida sobre as estruturas econômicas, sociais e políticas dos países, especialmente daqueles em desenvolvimento.

De acordo com estudos da Oxfam (2025), o crescimento da elite bilionária global se intensificou significativamente no ano de 2024, atingindo um ritmo três vezes superior ao observado no ano anterior. A projeção, que para o ano de 2023 estimava o surgimento de um trilionário em uma década, foi atualizada em 2025 para a possibilidade de cinco indivíduos alcançarem este patamar nos próximos dez anos.

Em média, cada bilionário viu sua fortuna aumentar em cerca de dois milhões de dólares por dia. A origem de toda essa riqueza, em sua maior parte, não está relacionada com resultados de inovação ou de empreendedorismo, mas sim com os processos de concentração de riqueza, tais como herança, monopólios, corrupção e favorecimento. No ano de 2023, o número de bilionários que herdaram sua fortuna superou o daqueles que a construíram por meio de negócios próprios. A disparidade financeira torna-se ainda mais evidente quando confrontada com os níveis atuais de pobreza: enquanto 44% da população mundial vive em situação de pobreza, o grupo de 1% mais rico concentra aproximadamente 45% de toda a riqueza global (OXFAM, 2025).

Assim como em outros países da América Latina, o Brasil apresenta elevados níveis de desigualdade social, possuindo raízes históricas semelhantes aos processos exploratórios da região. Estudos têm evidenciado estas desigualdades, por meio de diferentes indicadores sociais. Neste contexto, serão apresentados nas próximas seções deste capítulo alguns dos principais aspectos relacionados às seguintes desigualdades: de renda e no mercado de trabalho, da educação, da saúde e sobre algumas diferentes formas de violência.

3.1 RENDA E MERCADO DE TRABALHO

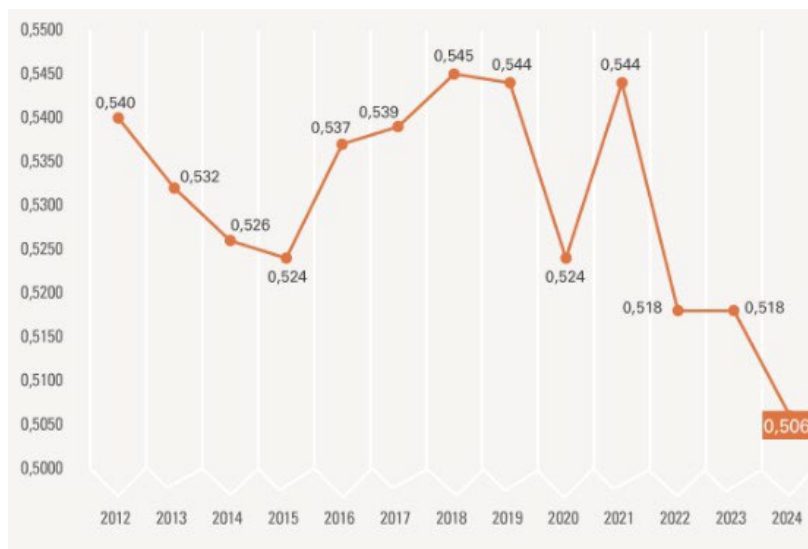
A desigualdade de renda é uma das dimensões mais recorrentes nos estudos sobre desigualdade, pois sua concentração compromete diretamente o acesso à alimentação, à moradia, além do acesso a outros bens e serviços. No caso do Brasil, o índice de Gini revela para o país um dos patamares mais elevados do mundo, refletindo um histórico marcado por exclusão social e forte concentração de riqueza.

Segundo dados do Banco Mundial (2025), no ano de 2023 o Brasil registrou um índice de Gini de 0,52, classificando-o entre os países com maior concentração de renda no cenário global. Este nível superou os registros de países como Índia (0,33), Rússia (0,35), China (0,36), Uruguai (0,41), Argentina (0,41), Chile (0,43) e México (0,43). O patamar de concentração de renda registrado pelo Banco Mundial para o Brasil no ano de 2023 também foi confirmado por dados de instituições nacionais, como o IBGE e o IPEA, reforçando a divulgação do Banco Mundial.

Entre os anos de 2012 e 2015, o Brasil apresentou uma tendência contínua de redução da desigualdade. No entanto, entre os anos de 2016 e 2021, o cenário passou a ser marcado por oscilações, com períodos alternados de aumento e de queda na concentração de renda. A partir

do ano de 2022, observa-se a retomada de uma trajetória de queda contínua, conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita



Fonte: IBGE (2025a).

O aumento da desigualdade entre nos anos de 2016 e 2017 esteve associado à instabilidade econômica e política enfrentada pelo país no referido período. No ano de 2017, os 10% mais pobres sofreram uma redução de 3,2% no rendimento real do trabalho, enquanto os 10% mais ricos registraram um crescimento de 8,4% em sua renda média, aprofundando as distâncias. Um dos fatores que contribuíram para esta queda de renda entre os mais pobres foi o avanço da informalidade no mercado de trabalho, especialmente nos anos de 2016⁴ e 2017, uma tendência que se manteve elevada ao longo de 2018, ano em que o Índice de Gini atingiu o maior nível do período analisado: 0,545.

No ano de 2021, a elevação, pós-queda registrada no ano de 2020, surgiu em razão dos efeitos da Pandemia do Coronavírus. No ano de 2020 o Programa auxílio emergencial contribuiu significativamente na proteção da queda dos rendimentos, ao passo que no ano de 2021, ainda sob fortes efeitos da Covid, houve redução do Programa (IBGE, 2019, 2025a; IPEA, 2019). registrada no ano de 2020 surgiu em razão dos efeitos da Pandemia do Coronavírus. No ano de 2020 o Programa auxílio emergencial contribuiu significativamente na

4 *Impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff e a posse do vice-presidente Michel Temer. O novo governo promoveu cortes em programas sociais e propôs a Emenda Constitucional 95, estabelecendo um teto de gastos públicos por vinte anos. Este contexto de redução fiscal e enfraquecimento das políticas sociais contribuiu para explicar a queda na renda da população mais pobre e o agravamento da desigualdade, que atingiu seu pico da série no ano de 2018.

proteção da queda dos rendimentos, ao passo que no ano de 2021, ainda sob fortes efeitos da Covid, houve redução do Programa (IBGE, 2019, 2025a; IPEA, 2019).

O menor nível de desigualdade do período recente foi registrado no ano de 2024, resultado de alguns fatores, como a expansão do emprego formal, o aumento do rendimento médio das famílias e a ampliação da cobertura de programas sociais. Neste ano, 9,2% da população brasileira recebia algum tipo de benefício social, ante 8,6% registrado no ano de 2023. Embora este percentual represente um leve aumento na concessão do Programa, ainda está abaixo dos níveis observados nos anos críticos da pandemia da covid-19. No ano de 2020, 13% da população acessava benefícios, ao passo que para o ano de 2021 o patamar da população caiu para 9,5% (IBGE, 2025b).

Apesar da redução no Índice de Gini registrada pelo IBGE no ano de 2024, a desigualdade de renda no Brasil ainda permanece elevada, com patamares acima de 0,4, o que indica alta concentração de renda, segundo critérios de classificação do Banco Mundial. Este elevado grau de desigualdade de renda também é observado na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, como por exemplo, na distribuição de salários e de outros fatores laborais por gênero ou raça.

As mulheres dedicam, em média, seis horas a mais por semana ao trabalho total quando comparadas com os homens. Sendo que este acréscimo de trabalho está concentrado, para a maioria, em atividades não remuneradas, como a doméstica. A taxa de participação feminina no mercado de trabalho é de aproximadamente 20% inferior à dos homens, refletindo-se também em uma maior incidência na taxa de desemprego.

No segundo trimestre de 2024, a taxa de desocupação entre os homens foi de 5,6%, enquanto entre as mulheres ficou 8,6%. O cenário é pior para as mulheres negras, cuja taxa de desocupação é o dobro daquela observada entre as mulheres brancas, revelando ainda a sobreposição de desigualdades. Estas disparidades, além de limitar a igualdade remuneratória das mulheres, também impactam diretamente na manutenção econômica dos lares, pois, no ano de 2024, havia uma proporção de 49,1% dos domicílios brasileiros chefiadas por mulheres (FGV, 2024; IBGE 2024a).

A desigualdade de gênero, como a brasileira, não surge de forma isolada, mas como parte de um sistema mais amplo de desigualdades interligadas. Medeiros (2023) defende que para entender a desigualdade no Brasil, não basta olhar só para a base da pirâmide social. É preciso também olhar para o topo, porque é ali que está concentrada a maior parte da desigualdade. Segundo ele, os 10% mais ricos, e, especialmente o 1% mais rico, concentram grande parte da renda do país. Diante deste escândalo social, afirma Medeiros (2023):

Há uma aritmética mnemônica que mostra uma assimetria cruel: é preciso reunir os 95% mais pobres para alcançar a renda dos 5% mais ricos. A metade mais pobre, mesmo reunida, mal alcança a renda dos 0,1% mais rico (MEDEIROS. 2023, p. 30).

Esta distribuição é tão absurda, que, de fato, discutir distribuição de renda sob a ótica da base da pirâmide é quase infrutífera, pois é no topo em que está cristalizada toda uma concentração de exploração secular. O que sugere uma necessidade de mudança estrutural de cima para baixo, não somente contemplando a base.

O pesquisador argumenta que as pesquisas tradicionais, como a PNAD, não conseguem captar bem a renda dos estratos de maior renda, o que acaba subestimando a desigualdade real. Quando são considerados os dados do imposto de renda, percebe-se que o rendimento no topo é muito maior do que se imaginava. E isto tem um peso desproporcional na economia e na política brasileira, devendo qualquer tentativa de reduzir as desigualdades levar em conta este fator, segundo Medeiros (2023). Sobre as pesquisas de rendimentos, o autor cita:

(...) A consequência disso é que algumas distribuições de renda podem não trazer a informação que você procura. A distribuição da renda do trabalho permite ver quais trabalhadores ganham pouco e quais ganham muito, mas não diz nada sobre os desempregados, por exemplo. A distribuição de todas as rendas dos adultos, inclui os desempregados, mas não permite conclusões mais fortes sobre a pobreza, porque definimos pobreza a partir das rendas familiares, e não das rendas individuais. Repetindo, não existe uma desigualdade, mas várias desigualdades. Cada distribuição mostra um ângulo de sociedade (MEDEIROS, 2023, p. 20).

Marcelo Medeiros também chama a atenção para a diferença entre reduzir a pobreza e reduzir a desigualdade. Ele reconhece que houve avanços importantes no combate à pobreza, especialmente por conta do aumento do salário-mínimo e de políticas sociais ampliadas. Mas, mesmo com estas melhorias, a desigualdade não diminuiu muito, porque a concentração de renda no topo continuou alta, e para alguns casos até aumentou. Ou seja, embora tenha havido redistribuição entre os mais pobres, isto não foi o suficiente para mudar o quadro verificado da desigualdade no país (MEDEIROS, 2019, 2022, 2023 2024).

Importante observação fornecida pelo autor é sobre a educação, a qual é um fator importante para o desenvolvimento, porém, sozinha não resolve o problema da desigualdade. No Brasil, quem tem mais acesso a bons retornos educacionais são justamente os grupos que já têm mais recursos. Com isto, por exemplo, sem haver um investimento forte na expansão do ensino superior e com qualidade, a educação acaba reproduzindo mais diferenças em vez de diminuí-las. Para Medeiros, o risco desta discussão é de focar demais na educação

como solução e desviar a atenção de reformas mais urgentes, como a tributária e a reestruturação das políticas públicas (MEDEIROS, 2019; 2022; 2023; 2024).

Marcelo Medeiros também vem debatendo o tema tributação, pois segundo ele, o sistema brasileiro é regressivo e pouco eficiente. Um sistema tributário que pesa demais sobre o consumo e pouco sobre a renda e o patrimônio. O autor defende que o imposto deve ser mais equilibrado, abrangendo salários, lucros, dividendos e ganhos de capital, para ser mais justo e eficaz. Mesmo assim, ele ressalta que não existe solução simples: a desigualdade no Brasil é um problema estrutural que exige uma série de medidas, mobilização política e o enfrentamento de interesses poderosos, necessitando uma combinação de várias políticas públicas, por meio da educação, saúde, infraestrutura, previdência e subsídios, entre outras (MEDEIROS, 2017, 2022, 2023, 2024).

3.2 EDUCAÇÃO

A educação constitui uma dimensão importante no enfrentamento das desigualdades sociais, especialmente para aqueles que estão em vulnerabilidades e afastados de ciclos educacionais. No entanto é fundamental garantir não apenas o acesso universal à educação, mas também a permanência dos estudantes no sistema de ensino, prevenindo contra o abandono escolar.

Considerando as desigualdades educacionais existentes, este processo deve estar baseado na oferta de uma educação de qualidade, associada com mecanismos contínuos de avaliação e de monitoramento. Indicadores educacionais devem orientar a formulação e a implementação de políticas públicas eficazes, capazes de alcançar os parâmetros recomendados e enfrentar as disparidades que ainda persistem na área.

O Estudo Internacional de Progresso em Leitura (*Progress in International Reading Literacy Study*) o qual foi realizado em 57 países, avaliou as habilidades de leitura dos estudantes do quarto ano do ensino fundamental. Os resultados mostraram que o Brasil obteve um desempenho baixo, com um patamar de 419 pontos, ficando abaixo da média⁵ internacional, demonstrando a necessidade de intervenções para modificar este cenário.

⁵ A pesquisa divide a classificação nos seguintes níveis: abaixo do básico (abaixo de 400), baixo (de 400 a abaixo de 475), intermediário (de 475 a abaixo de 550), alto (de 550 a abaixo de 625) e avançado (de 625 ou mais), se utilizando de questionários contextuais, avaliando a capacidade dos alunos compreenderem, interpretar e refletirem sobre diferentes tipos de textos.

A pontuação brasileira de 419 no PIRLS do ano de 2021, inferior à média geral de 500 pontos estabelecida pela pesquisa, classificou o Brasil atrás de países como Azerbaijão (440), Uzbequistão (437), Omã (427) e Kosovo (421), superando apenas nações como Irã (413), Jordânia (381), Egito (378), Marrocos (372) e África do Sul (288).

Verificou-se que 38% dos estudantes brasileiros avaliados não demonstraram domínio de habilidades básicas de leitura, apresentando dificuldades em reproduzir informações do texto. Países com elevado desempenho educacional apresentaram percentuais muito inferiores de estudantes sem domínio de leitura: Irlanda (2%), Inglaterra (3%) e Singapura (3%) (MULLIS et al., 2023).

Os piores desempenhos na avaliação PIRLS foram observados entre os estudantes pertencentes a famílias com renda mensal inferior a R\$4.000,00, grupo que representou 64% dos alunos com baixo desempenho. Estudantes com renda familiar entre R\$4.000,00 e R\$15.000,00 corresponderam a 31% da amostra com dificuldades, enquanto apenas 5% pertenciam a famílias com renda superior a R\$15.000,00. Estes dados indicaram uma associação direta de desigualdade socioeconômica com deficiências de aprendizado (MULLIS et al., 2023).

No ano de 2023 havia cerca de 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que eram analfabetas, correspondendo a uma taxa de 5,4%. Apesar da taxa ter recuado 0,2 ponto percentual em relação a 2022, quando era de 5,6%, ainda representa um número expressivo de pessoas nesta condição. Por exemplo, no Uruguai, país limítrofe com o Brasil, a taxa de analfabetismo para o mesmo ano é de 1,2%, cerca de quatro vezes menor (IBGE, 2024b).

Também se observa as desigualdades raciais no analfabetismo: a taxa entre pessoas pretas ou pardas atingiu 7,1%, mais que o dobro da taxa entre pessoas brancas, que foi de 3,2%. Já em termos de gênero, as mulheres apresentaram uma taxa de analfabetismo de 5,2%, ligeiramente inferior à dos homens, que foi de 5,7% (IBGE, 2024b).

Ainda para 2023, a média de anos de escolaridade entre pessoas com 25 anos ou mais manteve-se praticamente inalterada, ficando em 9,9 anos. As mulheres alcançaram uma média um pouco maior, de 10,1 anos, enquanto os homens apresentaram 9,7 anos. Quando analisado por raça, o grupo de pessoas brancas possuía em média 10,8 anos de estudo, o que representou 1,6 anos a mais do que a média registrada entre as pessoas pretas e pardas (9,2 anos). Esta diferença tem demonstrado pouca variação desde o ano de 2016, quando a distância foi de 2,0 anos (IBGE, 2024b).

As dificuldades socioeconômicas enfrentadas por crianças e jovens impactam sua permanência na escola, o que se reflete diretamente no alto índice de abandono escolar. Entre os jovens de 14 a 29 anos, aproximadamente nove milhões deixaram o ensino médio antes de

concluí-lo no ano de 2023, sendo que 71,6% desse total eram pretos ou pardos, indicando uma disparidade racial no acesso e permanência na educação.

Este padrão de abandono também se repete no ensino superior, onde 70,6% dos estudantes que abandonaram os estudos também eram pretos ou pardos. Estudantes provenientes de famílias com menores recursos enfrentam mais dificuldades para concluir ciclos educacionais, seja pela necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar ou pela falta de condições adequadas de acesso ao ensino. Houve também um agravamento como efeito da pandemia da Covid-19. A queda da renda familiar durante este período dificultou o acesso à educação, e as estratégias de ensino remoto não conseguiram suprir as defasagens educacionais, especialmente nas famílias em situação de vulnerabilidade (IBGE, 2024c).

Conforme exposto na seção 3.1 por Marcelo Medeiros, circula uma falsa ideia de que a educação, isoladamente, seria suficiente para resolver a desigualdade social. Tal compreensão precisa ser analisada à luz de outras dimensões estruturais, que o autor aponta como igualmente ou até mais urgentes para intervenção, como é o caso das desigualdades de renda.

Esta ponderação é relevante ao final da seção porque sua argumentação busca refletir que, embora a educação seja uma dimensão importante para a promoção social, ela sozinha não produz, por si só, efeitos imediatos sobre a redução das disparidades estruturais. Estes pontos em nada invalidam a contribuição da dimensão educação para a promoção social e para a diminuição das desigualdades, mas com cuidado para não exigir dela a solução de problemas que estão estruturados sob outras dimensões. Isto é importante também para atentar aos discursos meritocráticos, que frequentemente estigmatizam grupos da população, especialmente os mais pobres, sem observar, ou para desviar, de outros obstáculos estruturais.

3.3 SAÚDE

A saúde, como dimensão essencial à manutenção humana, também sofre impactos das desigualdades existentes na sociedade. A Organização Panamericana da Saúde (OPAS) no ano de 2020 alertou que as doenças não transmissíveis são as principais causas de problemas de saúde, de incapacidade e de morte na região das Américas, afetando desproporcionalmente a população que vive em situações de vulnerabilidade e expostas às concentrações de desigualdades. Fatores sociais, culturais, comportamentais, econômicos, biológicos e ambientais no ciclo de vida são implicações às mortes, mas com maior proporcionalidade para as pessoas de menor renda e escolaridade ou que recebem menos apoio social. Entre grupos

sociais, destacam-se os afrodescendentes, as mulheres e meninas, os povos indígenas, as pessoas com deficiência e os refugiados ou migrantes (OPAS, 2020).

Barata (2012) expõe que as desigualdades sociais em saúde não são nenhuma novidade, estando documentadas há tempo, principalmente a partir do século XIX, em razão das péssimas condições de vida da classe trabalhadora (a “questão social”, identificada naquela época). Condições estas que foram acentuadas na fase da expansão da produção industrial.

A contradição entre os valores de igualdade, fraternidade e liberdade, e a dura realidade de vida da maioria da população nos países industrializados possibilitou, aos chamados reformadores sociais, socialistas utópicos e comunistas, farto material para denunciar as injustiças sociais em vários campos, inclusive no da saúde (Barata, 2012, pág. 13).

A exposição da população às privações no acesso à saúde resulta em impactos diretos sobre a longevidade, podendo reduzir significativamente os anos de vida, como, por exemplo, ao se analisar o impacto das desigualdades sobre mortalidades materna, infantil ou adoecimentos mentais.

Existe ainda uma associação do acesso limitado do conhecimento com as elevadas taxas de mortalidade materna e infantil, particularmente nos países em desenvolvimento, os quais representam aproximadamente 92% da taxa de mortalidade materna global, sendo que grande parte destas mortes é considerada evitável.

O acesso às informações adequadas e a realização de acompanhamentos preventivos poderiam contribuir para a redução destes índices. Parte das mortes materna é ocasionada por abortos inseguros, que acometem majoritariamente mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nestes casos, a ausência do amparo em saúde de políticas públicas de cuidado, orientação ou acolhimento expõe estas mulheres a riscos elevados de morte (OPAS, 2025a).

No contexto brasileiro, alguns dados refletem as desigualdades estruturais. No ano de 2022, o país registrou uma razão de mortalidade materna de 57,7 por 100 mil nascidos vivos, com proporções maiores no recorte por raça: mulheres negras apresentaram uma razão de mortalidade de 110,6, valor quase duas vezes superior à média nacional (BRASIL, 2024).

Com relação à mortalidade infantil, as taxas elevadas também estão associadas às desigualdades socioeconômicas. Estatísticas globais da indicam que uma criança nascida em países mais pobres tem um risco de morte 13 vezes maior que àquelas nascidas em países mais ricos (OPAS, 2025b).

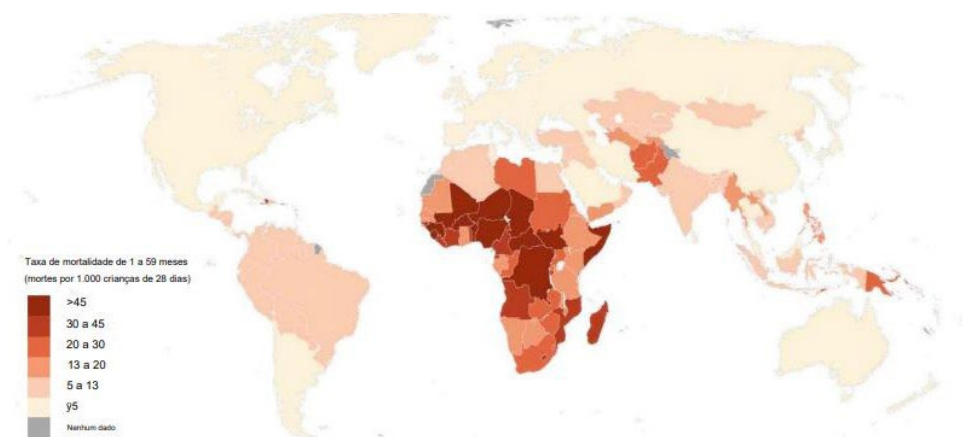
Estes riscos não são distribuídos de forma igual dentro dos próprios países, onde crianças de zonas rurais têm 1,5 vez mais chances de morrer do que aquelas em áreas urbanas.

Filhos de mães com baixos níveis de escolaridade enfrentam um risco até três vezes maior de mortalidade (UNICEF, 2025).

Estas desigualdades infantis são frequentemente agravadas por condições como desnutrição, falta de acesso a serviços de saúde e precariedade no ambiente familiar. Conforme apresentado na Figura 5, observa-se uma concentração significativa de mortes infantis em regiões da África Subsaariana e do Sul da Ásia, que juntas representaram 82% do total de óbitos infantis ocorridos no ano de 2023.

As principais causas de morte infantil variam entre as regiões, podendo ser infecções respiratórias e malária na África ou complicações no parto, com nascimentos prematuros, na Ásia. A África Subsaariana apresentou um índice de 44 mortes por mil nascidos vivos, enquanto para o Sul da Ásia a razão registrada foi de 30 mortes para mil nascidos vivos. No ano de 2023 a região da América Latina registrou uma média de 15,8 mortes para cada mil nascidos vivos (CEPAL, 2025).

Figura: 5 – Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: Unicef (2025, pág. 21)

Para o Brasil, a taxa foi de 12,5, patamar superior aos países vizinhos, como o México (11), Argentina (8,4), Uruguai (5,6) e Chile (5,4). Em contraste, os países europeus apresentaram, em média, uma taxa de mortalidade infantil significativamente inferior, em torno de 3 mortes para cada mil nascidos vivos. Apesar de o índice brasileiro ainda demandar esforços para maiores reduções, é importante destacar os avanços alcançados nas últimas décadas. Em comparação com o ano 2000, a taxa nacional de mortalidade infantil apresentou uma redução de aproximadamente 60%, demonstrando progresso, no enfrentamento deste indicador de saúde pública (CEPAL, 2025; UNICEF, 2025).

Estes dados sobre mortalidade materna e infantil demonstram como as desigualdades socioeconômicas e as condições de pobreza impactam diretamente nos indicadores de saúde, ressaltando a necessidade de intervenções integradas para mitigar os danos sociais. Estudos têm comprovado empiricamente a forte correlação existente entre pobreza, desigualdade social e prejuízos à saúde.

Uma pesquisa coordenada por Stringhini et al. (2017), publicada na revista *The Lancet*, analisou uma amostra de 1,7 milhão de pessoas e investigou os impactos dos fatores socioeconômicos na saúde delas. A pesquisa concluiu que a pobreza e as desigualdades reduzem, significativamente, a expectativa de vida da população adulta em aproximadamente dois anos, especialmente para aquelas situadas entre os 40 e 85 anos de idade. Este impacto foi comparado com os danos causados pelo sedentarismo e, em alguns casos, mais severo do que os danos da obesidade, diabetes, hipertensão e uso excessivo de álcool. Os autores do estudo defendem a inclusão e a afirmação dos riscos modificáveis (como as desigualdades) nas políticas públicas de saúde, tanto em âmbito local quanto internacional, dado o seu papel central como determinantes de impactos sociais.

A ONU (2024) publicou informe explorando a relação entre pobreza, desigualdade e transtornos mentais. Segundo a Organização, cerca de 11% da população mundial apresenta algum tipo de transtorno mental, como depressão, ansiedade e psicoses. Como constatação de um estudo, verificou-se que pessoas pertencentes às classes sociais mais baixas têm até três vezes mais chances de desenvolver doenças mentais em comparação com indivíduos de rendas mais elevadas. Sendo assim, é urgente a implantação de políticas públicas que integrem ações sociais e de saúde mental, com o objetivo de reduzir as desigualdades e promover o bem-estar psicológico, segundo a ONU.

Entre os principais fatores que contribuem para o crescente cenário de adoecimento mental estão a precarização do trabalho, as privações sociais e a insegurança econômica. No informe a ONU faz um alerta contundente: associa a busca desenfreada pelo crescimento econômico e pelo aumento dos lucros de uma pequena elite ao adoecimento de milhões de pessoas em todo o mundo.

Além das consequências humanas, as implicações econômicas também são expressivas: estima-se uma perda anual de um trilhão de dólares devido ao impacto global dos transtornos mentais, sendo a depressão a principal causa de incapacidade. O estigma em torno da saúde mental agrava ainda mais o sofrimento das pessoas, afetando negativamente sua autoestima, suas relações sociais e o acesso a direitos fundamentais, como moradia e trabalho, conclui a ONU (2024).

3.4 DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS SOCIAIS

A desigualdade social, em suas múltiplas dimensões, possui reflexos com as diferentes formas de violência. Segundo o PNUD (2021), a desigualdade também está diretamente associada ao aumento da violência e da exclusão social. Em contextos marcados por intensas disparidades econômicas e sociais, a violência pode se intensificar, atingindo de forma desproporcional as populações mais vulneráveis.

Do ponto de vista econômico, a desigualdade cria um ambiente propício para o aumento de atividades ilícitas, pois os rendimentos de crimes podem se tornar mais atrativos do que as alternativas legais. Já a partir de uma perspectiva sociológica, a sensação de frustração gerada pela representação de injustiça e exclusão social pode intensificar comportamentos violentos. A violência, por sua vez, afeta desproporcionalmente os grupos vulneráveis, causando impactos negativos em diversas áreas, como a saúde física e mental, a educação, o mercado de trabalho e a participação política. Estes efeitos têm um impacto sobre os direitos humanos e o capital social, enfraquecendo a confiança nas instituições (PNUD, 2021).

O PNUD (2021) também revelou que, ao longo do tempo, a desigualdade de renda tem sido identificada como um fator relevante para o aumento das taxas de homicídios e criminalidade. Embora estudos anteriores não tenham encontrado uma relação direta e consistente entre estes fatores, análises mais recentes, que utilizaram dados mais detalhados, confirmaram que a desigualdade tende a elevar os índices de violência na região. E que altos níveis de desigualdade de renda, medidos pelo índice de Gini, estão diretamente relacionados ao aumento das taxas de homicídios e da criminalidade em geral, com efeito mais forte entre os homens jovens.

Fatores como idade, gênero, etnia e nível educacional desempenharam um papel importante nas taxas de vitimização. Jovens, especialmente os homens, são mais vulneráveis à violência, enquanto a probabilidade de ser vítima de crimes aumenta com o nível educacional. Em termos de tipos de crimes, as famílias de maior renda são mais suscetíveis a furtos e roubos, enquanto as famílias de menor poder aquisitivo enfrentam taxas mais altas de homicídios. Quando comparados com os países da Europa Ocidental, os países da América Latina e do Caribe apresentaram índices mais elevados de homicídios e vitimização por crimes (PNUD, 2021).

Comparando a desigualdade de Gini com registros de violência, o PNUD (2021) citou que um acréscimo de 10 pontos no índice corresponde a um aumento médio de 9,3 homicídios por 100 mil habitantes, o que reflete um impacto expressivo da desigualdade sobre a

criminalidade por homicídios. Quando a vitimização por crimes não letais é considerada nos estudos, os efeitos também são significativos: aumentos de 10 pontos no Gini resultaram em elevações de até 5,9 pontos percentuais nas taxas de vitimização. Outra constatação foi que a pobreza quando associada à violência, sua influência apresentou impacto menos robusto do que a desigualdade. Esta informação da fragilidade na existência da correlação entre pobreza e violência é oportuna, em razão de preconceitos e estigmas verificados na sociedade quando associam estes dois fenômenos.

Barry Latzer, professor de justiça criminal nos Estados Unidos, publicou artigo no *City Journal*, da cidade de Nova Iorque, abordando pesquisa realizada por ele em parceria com estudantes da Universidade de Columbia, sobre taxas de criminalidade e pobreza na mesma cidade. A pesquisa utilizou dados oficiais do Departamento de Polícia de Nova Iorque, referentes ao ano 2020. Latzer calculou as taxas de prisões por crimes violentos, como homicídio, agressão e roubo, por 100 mil habitantes, separando os números por grupo étnico e racial. Entre os resultados, foi verificado que a população asiática da cidade apresentava uma taxa de pobreza maior (23%) do que a população negra (19%), mas suas taxas de prisão por crimes violentos eram as mais baixas da cidade. Em algumas categorias, como agressão, os asiáticos tiveram índices ainda menores que os brancos, que são geralmente menos afetados pela pobreza. Por exemplo, a taxa de prisão por homicídio entre asiáticos foi apenas 1,2 por 100 mil habitantes, aproximadamente um nono da taxa entre negros.

Latzer (2022) destacou que a relação entre desvantagem econômica e violência não é linear. Concluiu ainda que diante dos dados policiais muitos crimes violentos têm origem em conflitos pessoais, discussões, ressentimentos, ofensas e não necessariamente em necessidades financeiras, reforçando que a pobreza isoladamente não explicaria o crime. A criminalidade estaria mais relacionada com elementos culturais, históricos e sociais. Quando grupos marginalizados conseguem ascender socialmente, observa-se uma queda expressiva na violência, afirmou Latzer (2022), distinguindo-se a violência ligada às desigualdades da violência ligada diretamente à situação de pobreza.

Na discussão sobre violência e desigualdade também se faz necessário abordar uma análise sobre os impactos destes fenômenos sobre o gênero feminino, diante das desigualdades estruturais que impactam os comportamentos abusivos e de agressão às mulheres. Discutir e implantar políticas públicas com vistas à equidade de oportunidades são fundamentais no avanço do desenvolvimento econômico e social, pois, conforme se observa em alguns levantamentos, mulheres negras, indígenas, ou trans, por exemplo, são acometidas em taxas maiores de violência.

Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM (BRASIL, 2025), o enfrentamento à violência contra as mulheres exige ações que levem em conta as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. No ano de 2024, foram registrados 1.450 feminicídios no país, sendo a maioria dos casos cometidos dentro do ambiente doméstico e por parceiros íntimos. Estes dados chamam atenção à existência de normas culturais, como o machismo, onde acabam-se naturalizando a violência contra as mulheres, observa Relatório.

A violência física contra mulheres de 20 a 59 anos esteve presente em 56,8% dos registros analisados. O relatório também indicou a ocorrência de outras formas de violência, como a doméstica, a psicológica, a sexual e a institucional, com maior incidência sobre mulheres negras e pardas, que representaram 60,4% das vítimas. Este ambiente de agressão é frequentemente agravado por fatores estruturais, como a dependência econômica.

Com relação a violência sexual, no Relatório destacou-se que pode haver ainda uma subnotificação nos registros, em razão do estigma, do medo de retaliação e da vergonha da vítima. Utilizando dados de 2023, apurou-se que 22,8% dos registros de violência se referiam ao estupro, tentativa de estupro, assédio sexual e exploração sexual. Outro dado social relevante apresentado no RASEAM (Brasil, 2025) é que o Brasil possuía no ano de 2024 o total de 50.646 mulheres em cumprimento de pena, estando 28.770 em celas físicas. Para este quantitativo, 65,9% dessa população carcerária era composta por mulheres pretas e pardas.

Em suma, os dados do RASEAM (Brasil, 2025) reforçam que a violência contra a mulher e a desigualdade de gênero estão estruturalmente interligadas, manifestando-se em diferentes aspectos sociais. Ainda que medidas legais sejam importantes, o Relatório afirmou a necessidade de intervenções estruturais que rompam com alguns padrões sociais e institucionais, como a desigualdade econômica e financeira, o machismo e o racismo estrutural, a sub-representação política, entre outros.

3.5 APOROFOBIA: DIMENSÃO DE DESIGUALDADES

Pobreza, desigualdades e aporofobia são fenômenos sociais que, em determinados contextos históricos e sociais, podem estar interligados. Cada um destes fenômenos carrega simbolismos e sentidos compartilhados pela população. Por este motivo, todos se relacionam com o campo das Representações Sociais, o que justifica a inclusão desta abordagem no presente trabalho e que será apresentado em suas formas conceituais.

Cortina (2020) conceitua o termo *aporofobia* para descrever a rejeição dirigida às

pessoas em situação de pobreza, caracterizada por um sentimento de temor e de desprezo em relação àqueles que, por sua condição de extrema vulnerabilidade, não podem oferecer nenhum benefício em troca. Segue explicando a autora que estas pessoas frequentemente são associadas a possíveis fontes de incômodo ou ameaça, sendo vistas socialmente como portadoras de problemas. *Aporofobia* origina-se do grego *áporos* (pobre, desamparado) e *fobéo* (temer, odiar, rejeitar).

Assim como a xenofobia refere-se à aversão ao estrangeiro, a aporofobia caracteriza-se por uma rejeição motivada exclusivamente pela condição de pobreza do sujeito. Há, portanto, uma distinção relevante entre xenofobia e aporofobia: enquanto a primeira está ligada à origem ou nacionalidade, a segunda refere-se à repulsa ao pobre, independentemente de sua procedência. Pobres e refugiados, por exemplo, tendem a ser mais discriminados que estrangeiros com maior poder aquisitivo (CORTINA, 2020).

Cortina (2020) distingue aporofobia de xenofobia, pois a condição financeira e social determinará o tratamento dado às pessoas nas referidas condições, pontuando:

É o pobre que incomoda, o sem recursos, o desamparado, o que parece que não pode trazer nada de positivo ao PIB do país em que chega ou em que vive há muito tempo, o que, aparentemente, pelo menos, não trará mais do que complicações. É o pobre que, segundo dizem os despreocupados, aumentará os custos da saúde pública, tomará o trabalho dos nativos, será um potencial terrorista, trará valores muito suspeitos removerá, sem dúvidas, o “bem-estar” de nossas sociedades, nas quais indubitavelmente há pobreza e desigualdade, mas incomparavelmente em menor grau do que sofrem os que fogem das guerras e da miséria (Cortina, 2020, pág. 20).

Da mesma forma, nem todos os sujeitos são alvo de preconceito por raça ou cor, mas sim por sua condição econômica. Segundo a autora, é fundamental nomear essa forma específica de rejeição, pois dar nome às coisas é um passo necessário para torná-las visíveis, reconhecíveis e passíveis de enfrentamento, especialmente no caso de fenômenos sociais não materiais, que “não podem ser apontados com o dedo” (CORTINA, 2020).

Observa Cortina (2020) que algumas características biológicas podem ser causadoras da rejeição. Segundo ela, o cérebro humano possui por natureza uma tendência xenófoba, egocêntrica, individualista. Isto em razão de que há uma busca por segurança e pelo conhecido. Na vida cotidiana, busca-se por um entorno controlável, pois o estranho produz insegurança e desconforto, rejeitando informações que perturbam. Cortina (2020, pág. 91) explica:

Rejeitamos naturalmente aqueles que nos incomodam e não os integramos às informações que aceitamos. Consequentemente, é possível pensar que o mundo das fobias começa a encontrar suas raízes aqui: rejeição aos estranhos, rejeição a quem parece não contribuir com nada de positivo, rejeição a quem perturba a vida e pode

trazer problemas. A meu ver, a aporofobia tem sua raiz biológica aqui, nessa tendência de colocar entre parênteses o que consideramos perturbador.

Flávio Comim (2020, pág.4) complementa as definições de Adela Cortina sobre aporofobia, apresentando sete características:

1. É a rejeição de um grupo, não de um indivíduo. Em outras palavras, não é a individualidade de uma pessoa pobre que levanta a fobia, mas o fato de haver uma compreensão por parte dos não pobres de que os pobres pertencem a um grupo que deveria ser evitado ou rejeitado. 2. Não é uma fobia baseada em uma identidade porque a pobreza involuntária não faz parte de uma identidade. Com raras exceções, as pessoas não escolhem ser pobres. 3. Todos os seres humanos são porofóbicos devido a causas neurológicas, evolutivas e sociais. não-pobres se entregam a interpretações de sua superioridade porque isso envia uma mensagem calmante mensagens para eles 4. É um problema de motivação moral dos indivíduos. 5. É um problema diário que se manifesta em vários níveis diferentes (com lacunas consideráveis entre fala e ação). 6. É um problema que afeta também a vida institucional das sociedades, incluindo os seus hábitos e culturas que moldam seus acordos intersubjetivos. 7. É uma patologia social.

As sete características elencadas acima são alternativas ao discurso dominante, o qual culpabiliza os pobres por sua pobreza. Possibilitam uma compreensão também acerca da pobreza a partir da mídia, de determinadas instituições ou dos sujeitos não pobres.

Comim (2020) et. al. dividiram a aporofobia em três dimensões de classes: micro, meso e macro. Na dimensão micro acontecem os processos psicológicos, como a formação de crenças, percepções, interpretações ou atitudes cotidianas que podem levar às ações porofóbicas. Na mesodimensão a aporofobia possui uma relação com as instituições, de forma que os pobres são rejeitados devido a organização destas estruturas. Comim et. al. exemplificam esta dimensão com a seguinte explicação:

Este pode ser o caso de como os hospitais alocam estruturas de gastos e impostos que alocam uma carga maior aos pobres. Esta discussão tempos de consulta mais curtos do que o necessário para pacientes pobres (porque os pacientes pobres podem precisar de mais tempo para entender o que seus médicos estão dizendo) ou quando as escolas não treinam seus professores para lidar com dificuldades específicas de alunos em comunidades pobres ou quando as empresas têm protocolos para contratação de novos funcionários ou promoção de seus funcionários que permitam que os candidatos sejam discriminados pela simples razão de serem pobres (Comim, 2020 pág. 28).

Já a dimensão macro se configura a partir das decisões coletivas da sociedade, que refletem escolhas políticas, econômicas e institucionais. Estas decisões podem influenciar diretamente a formação de práticas aporofóbicas, especialmente quando se traduzem em políticas públicas que negligenciam, marginalizam ou deixam de promover impactos significativos para a população em situação de pobreza.

Considerando as exposições desta seção e as argumentações de Cortina (2020), é necessário reconhecer a aporofobia como um fenômeno estrutural e persistente, presente nas relações sociais, políticas e institucionais. Conhecer suas causas e buscar superá-la é essencial para enfrentar outras formas de discriminação, que além da vinculação com a pobreza.

A autora destaca ainda que a aporofobia está enraizada na reciprocidade interessada: quando não há troca, o vínculo se rompe e o outro é descartado. Esta recusa do pobre e do invisível deve ser enfrentada com políticas públicas efetivas, mudanças culturais e compromisso ético com a dignidade humana. Combater a aporofobia é, portanto, enfrentar uma base simbólica da exclusão social.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES

A redução dos níveis de pobreza constitui um desafio persistente enfrentado pelas sociedades contemporâneas. Tal complexidade se deve tanto à natureza interligada do fenômeno, a qual envolve dimensões econômicas, sociais, culturais, entre outras, quanto à forma como se estruturam as decisões políticas que impactam diretamente as estratégias de enfrentamento.

Diante disso, as políticas públicas configuram-se como instrumentos essenciais de intervenção, ao garantirem direitos fundamentais e promoverem a inclusão social. Por meio delas, é possível ampliar o acesso a oportunidades de maneira mais equitativa, contribuindo para a melhoria dos níveis de bem-estar social.

Conceitualmente, embora amplo, pode-se definir políticas públicas como aquelas ações governamentais, ou de interesse público, voltadas à melhoria no bem-estar social da população. Celina Souza apresenta o seguinte conceito:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, pág. 26).

No campo das políticas públicas, incluindo as contribuições de Souza (2006), observa-se que a literatura costuma, em geral, apresentar abordagens voltadas para a focalização e para a universalização do acesso.

A focalização concentra esforços em grupos específicos, geralmente os mais vulneráveis, com o objetivo de aumentar a eficiência das ações e reduzir a exclusão do público-alvo. Seu principal desafio é otimizar os recursos disponíveis, muitas vezes escassos, garantindo que as políticas alcancem efetivamente quem mais necessita. Já a universalização defende o acesso igualitário a programas e serviços, sem distinção entre os diferentes grupos sociais, assegurando direitos de forma ampla e inclusiva.

No Brasil, diversas políticas públicas contribuíram significativamente para a redução da pobreza, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Este marco legal promoveu uma reorganização institucional com o fortalecimento da cidadania, ao estabelecer como objetivos fundamentais na Constituição da República a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

No entanto, existe um grande desafio: assegurar que os direitos sociais previstos constitucionalmente sejam efetivados de maneira ampla, equitativa e com qualidade para toda a população. Esta efetivação não se limita à existência de mecanismos legais ou judiciais, mas depende fundamentalmente da forma como a sociedade está organizada em torno da esfera pública, tensionando instituições e governos. É esta mobilização social que impulsiona a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de concretizar direitos garantidos pela Constituição (ARRETCHÉ, 2013; SOUZA, 2018, 2023).

Uma vez definida a política pública, etapas importantes de modelagem, implantação, monitoramento e avaliações dos resultados precisam compreender possíveis impactos gerados pelas ações sobre outros programas constituídos e seus objetivos norteadores.

Arretche (2013) introduz alguns caminhos a se observar: Eficácia, Eficiência e Efetividade. A eficácia refere-se ao alcance dos objetivos propostos, se estes foram cumpridos. A eficiência analisa o uso adequado dos recursos que estão disponíveis para sua implantação. Já a efetividade verifica o sucesso ou fracasso, se os resultados alcançados pela política pública realmente melhoraram a vida das pessoas beneficiadas.

No caso da pobreza, assumindo como um fenômeno multidimensional, seu enfrentamento deve contemplar uma perspectiva que envolva múltiplas avaliações. Neste sentido, é importante que as políticas públicas também levem em conta as distinções sobre transversalidades e interseccionalidades⁶, reconhecendo também os desafios que a aplicação

⁶ Medeiros (2019) explica que interseccionalidade pode ser compreendida através da análise de como diferentes desigualdades, como, por exemplo, sobre raça, gênero e classe, se interligam e afetam as pessoas ao mesmo tempo. Já transversalidade refere-se à incorporação de ações de enfrentamento destas desigualdades em todas as políticas públicas, para que sejam abordadas de forma integrada e consistente.

sobre esta última apresenta, como indicado por Medeiros (2019, p. 98):

Os desafios à incorporação da interseccionalidade nas políticas públicas, por sua vez, ainda são muito grandes. Eles envolvem desde dificuldades técnicas e operacionais – escassez de recursos humanos, limitações institucionais dos órgãos de administração pública, entre tantas outras – até possíveis incompatibilidades entre a lógica inclusiva e necessariamente complexa da ideia de interseccionalidade e a natureza padronizada e simplificadora do processo de definição de políticas de grande abrangência, como tem sido o caso da maior parte das políticas de combate à desigualdade, à discriminação e à pobreza.

A seguir, serão apresentados alguns resultados de três programas implantados recentemente no Brasil: o Bolsa Família, a Política de Cotas nas Universidades Públicas e o Auxílio Emergencial durante a pandemia da Covid-19.

Estes programas representam importantes intervenções no combate à fome, na diminuição das desigualdades educacionais e para a garantia de uma renda mínima num momento crítico da crise sanitária recente.

O Bolsa Família, por meio da transferência direta de renda, teve papel relevante na redução da fome e da pobreza extrema no país. A política de cotas buscou ampliar o acesso para grupos historicamente excluídos do ensino superior, promovendo uma maior equidade educacional. Já o Auxílio Emergencial, criado no de 2020 surgiu como resposta à crise sanitária e econômica provocada pela pandemia da Covid-19, garantindo, ainda que temporariamente, uma rede de proteção social à população.

4.1 BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003, em substituição e unificação de alguns programas de transferência de renda já existentes no país. Trata-se de um programa social para famílias em vulnerabilidade social que contemplou no mês de fevereiro do presente ano 20,5 milhões de famílias.

Em março de 2023, o programa Bolsa Família foi relançado, substituindo o Programa anterior chamado Auxílio Brasil. Nesta nova configuração, o programa estabeleceu um novo valor-base por pessoa, assegurando que famílias maiores recebessem um benefício proporcional ao seu tamanho familiar.

Além disto, foram incorporados benefícios complementares, tais como, o Benefício Primeira Infância, o Benefício Variável Familiar e uma Regra de Proteção, que permite que

famílias que aumentem sua renda até determinado limite continuem recebendo 50% do benefício por um período de até dois anos (BRASIL, 2025b).

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) forneceu avaliações empíricas sobre a focalização e o impacto do Bolsa Família na redução da pobreza e da desigualdade. A avaliação considerou dados da Pnad de 2001 a 2015 e da Pnad contínua de 2016 e 2017.

De acordo com a pesquisa, o Bolsa Família foi responsável por retirar cerca de 3,4 milhões de pessoas da condição de extrema pobreza no ano de 2017. Outras 3,2 milhões de pessoas foram beneficiadas ao ser afastada da condição de pobreza. Isto representou uma redução de 25% nas taxas de extrema pobreza e de 15% nas taxas de pobreza no Brasil. Algo significativamente importante, considerando que para o ano de 2017 o Programa custou menos de 0,5% da Produção Nacional (PIB).

Constatou-se ainda que o Bolsa Família contribuiu para uma queda de 10% da desigualdade no país no período entre 2001 e 2015, refletindo uma significativa redução no índice de Gini naquele período analisado. Estes resultados foram associados à focalização existente, onde 70% dos recursos são direcionados à parcela 20% mais pobre da população, tornando-a uma política pública importante dentro de um enfoque distributivo, segundo o estudo.

O IPEA (2019) ponderou que, embora o programa apresente resultados satisfatórios, algumas limitações foram verificadas, como é o caso dos valores das transferências. No ano de 2017 elas eram de aproximadamente R\$180,00 por família. Mesmo sendo significativo para àquelas em vulnerabilidade extrema, o referido valor não era suficiente por si só para garantir que houvesse uma superação da pobreza, pois 64% dos beneficiários que estavam em situação de extrema pobreza antes do recebimento do benefício continuavam na mesma condição após o recebimento deste valor.

Para o Instituto, esta limitação não invalida o programa, em razão que o mesmo possui contribuições para mitigação de privações agudas, mas comprova a existência de algumas características da pobreza, como sendo estrutural e multidimensional que precisam ser observadas. A transferência de renda passa garantir, principalmente, a segurança alimentar, mas não é uma dimensão única para romper com a pobreza, devendo existir e dialogar com outras políticas públicas direcionadas para outras privações.

Após o estudo realizado pelo IPEA (2019), uma avaliação conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Banco Mundial (2023), com base nos dados do Cadastro Único (CadÚnico), também apontou uma redução no número de famílias em situação de pobreza.

Utilizando como referência a linha de pobreza de R\$218,00 de renda mensal per capita, observou-se que em janeiro de 2023 havia cerca de 4,5 milhões de famílias em extrema pobreza entre os beneficiários, número que caiu para 3 milhões em setembro do mesmo ano.

Concluiu a análise que esta redução de 66,7% em apenas nove meses não foi ocasionada por um crescimento econômico elevado ou por uma ampliação no mercado de trabalho, mas sobretudo por uma atuação direta do programa Bolsa Família através das transferências de renda.

4.2 AUXÍLIO EMERGENCIAL

O Auxílio Emergencial foi implantado no Brasil como uma medida de garantia de renda durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19, oferecendo uma rede mínima de proteção social para milhões de brasileiros, especialmente para os mais vulneráveis. Inicialmente, no ano de 2020, o valor das parcelas era de R\$600,00, podendo chegar a R\$1.200,00 para mães chefes de família, sendo posteriormente reduzido em seus valores (BRASIL, 2025).

Estudos indicam que, sem este auxílio, a taxa de pobreza no país teria sido significativamente maior nos anos de 2020 e 2021, com possíveis reflexos sociais e econômicos prolongados. Segundo pesquisas esta política pública contribuiu para uma redução da desigualdade de renda e teve um papel de destaque na manutenção do consumo das famílias de baixa renda, garantindo segurança alimentar e evitando uma retração econômica ainda mais forte durante a crise sanitária.

Geraldini e Justus (2025) estimaram o efeito multiplicador do programa Auxílio Emergencial no Brasil durante a pandemia da Covid-19, bem como o seu impacto sobre a renda do trabalho no país. A pesquisa utilizou microdados da PNAD Contínua, analisando 146 estratos geográficos previamente definidos, no período compreendido entre o segundo trimestre de 2020 e o quarto trimestre de 2021. O estudo buscou identificar de que forma o repasse de recursos via transferência direta influenciou a dinâmica econômica regional e a capacidade das famílias de manter níveis mínimos de renda durante a crise sanitária.

Para a análise dos dados referentes às 146 regiões pesquisadas, os autores empregaram um modelo econométrico que agregou diferentes variáveis socioeconômicas das famílias residentes em cada estrato geográfico. Entre os indicadores considerados destacam-se:

- (1) a renda real média proveniente de todos os trabalhos;

- (2) o valor médio do gasto per capita com o benefício do Auxílio Emergencial;
- (3) a taxa de desemprego e desalento entre a população economicamente ativa;
- (4) a variação percentual do tempo despendido em casa;
- (5) a proporção de trabalhadores com rendimento inferior a R\$89,00 mensais;
- (6) o nível de desigualdade de rendimentos do trabalho, medido pelo índice de Gini;
- (7) o percentual de pessoas pretas, pardas ou indígenas;
- (8) a proporção de domicílios chefiados por mulheres com filhos.

Os resultados da pesquisa indicaram que o Auxílio Emergencial apresentou um efeito multiplicador variando entre 3,4 e 5 vezes. Em termos médios, a cada real investido no benefício social, observou-se um acréscimo de aproximadamente cinco reais na renda do trabalho. Além da garantia de condições mínimas de subsistência, o programa revelou-se eficaz na mitigação dos impactos econômicos da pandemia.

Outro achado relevante, segundo os pesquisadores, foi o efeito multiplicador de R\$1,50 observado nos estratos sociais com maiores índices de pobreza, reforçando a teoria keynesiana de que indivíduos com menor renda apresentam maior propensão marginal ao consumo. O estudo conclui que as evidências comprovaram a hipótese de que políticas de proteção social exercem um papel anticíclico significativo nos contextos de crise econômica, se mostrando eficaz durante o período crítico da pandemia da Covid-19 (GERALDINI e JUSTUS, 2025).

4.3 POLÍTICA EDUCACIONAL DE COTAS

As políticas de cotas são intervenções voltadas à redução das desigualdades estruturais, que neste caso, relacionadas à raça. No Brasil, a política educacional de cotas no ensino superior tem sido amplamente debatida, sobretudo após a promulgação da Lei nº 12.711/2012, que instituiu reservas de vagas para estudantes negros, pardos, indígenas e de baixa renda nas universidades públicas.

O Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas (CAA, 2022), formado por

diversas universidades brasileiras, realizou uma análise dos impactos dessa política a partir de 980 publicações acadêmicas e institucionais sobre o tema. Destaca-se como resultado das observações a ampliação do acesso ao ensino superior para grupos historicamente excluídos.

No levantamento, houve um aumento considerável da presença de estudantes negros, pardos, indígenas e de classe baixa nas universidades públicas, desde a implementação de cotas no ano de 2012, avançando de 31% para 52% no ano de 2020.

Para os estudantes de classes mais baixas, como C, D e, o aumento foi de aproximadamente 50% sobre o ingresso nas universidades. Com relação ao desempenho dos estudantes, constatou-se que os cotistas alcançaram um desempenho acadêmico e taxas de aprovações similares dos estudantes não cotistas, afastando manifestações preconceituosas que poderia haver uma queda na qualidade acadêmica.

Outra constatação verificada foi a mudança significativa na composição racial e socioeconômica dos cursos, especialmente em áreas que antes eram dominadas por grupos de maior renda, como, por exemplo, Medicina, Direito, Engenharia. Além disto, as observações das publicações também constataram uma mudança nas características do corpo discente, impactando a dinâmica interna de cursos e de universidades, em razão da presença de diferentes trajetórias sociais e culturais dos estudantes.

Comprometendo a conclusão do ensino, a taxa de evasão se mostrou alta entre os cotistas, sugerindo a pesquisa ser consequência de fatores como dificuldades financeiras, a falta de um apoio psicológico adequado e o estigma associado ao ingresso por meio de cotas. Ainda como desafio, a pesquisa mencionou a existência de grandes resistências políticas e sociais à política em curso. Se observam na sociedade manifestações sobre meritocracia e críticas de setores com relação às cotas, por um suposto favorecimento, em detrimento de um sistema que deveria priorizar o mérito individual. Porém, a resistência às cotas não é unânime.

Concluiu o estudo expondo que das 980 publicações sobre políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro 71% das pesquisas avaliaram como positivas as cotas raciais e 62% para as cotas sociais. e que pesquisadores e defensores das políticas afirmativas argumentam que para corrigir as desigualdades estruturais do Brasil as cotas são necessárias e para que sejam eficazes necessitam do acompanhamento de outras políticas públicas de apoio à permanência dos alunos e à promoção de um ambiente universitário mais inclusivo.

O contexto das desigualdades e da pobreza até aqui descrito não foi esgotado, de forma alguma, por tratar-se de fenômeno complexo e multidimensional. Justamente por isso, possibilita diversos tipos de análise. Elencamos a Teoria das Representações Sociais para realizar um estudo com foco nos múltiplos sentidos atribuídos a estes fenômenos sociais.

5. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SERGE MOSCOVICI

A Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida pelo psicólogo social francês Serge Moscovici na década de 1960, tornou-se uma abordagem importante nas Ciências Sociais, para compreender como indivíduos e grupos atribuem significado às suas vivências. A partir da noção de representações coletivas desenvolvida por Émile Durkheim, Serge Moscovici propôs uma reformulação teórica sobre a compreensão dos saberes cotidianos, tanto individual quanto coletivo, introduzindo uma nova perspectiva, valorizando a interação entre indivíduo e sociedade.

Moscovici pretendia renovar entendimentos sobre a psicologia social, desafiando o predomínio das abordagens excessivamente individualistas ou funcionalistas que, até então, predominavam nos estudos dessa área. Ao defender uma visão mais abrangente de investigações, Moscovici destacou a necessidade de incluir a dimensão coletiva na análise dos fenômenos sociais, posicionando-se como um crítico tanto da psicologia social tradicional quanto de determinados conceitos de Émile Durkheim sobre suas representações coletivas (FARR, 1995).

Durkheim (1978) estabeleceu uma distinção entre representações individuais e representações coletivas. Em sua concepção, as representações individuais deveriam ser objeto de estudo da psicologia, ao passo que as representações coletivas deveriam ser estudadas pela sociologia. Para o autor, a sociologia deveria concentrar-se na análise dos chamados "fatos sociais", que se distinguem dos fatos individuais, uma vez que nem todo fato poderia ser considerado social, conforme argumentou:

Os fatos sociais não diferem dos fatos psíquicos apenas qualitativamente; têm um outro substrato, não evoluem no mesmo meio e não dependem das mesmas condições. Isto não significa que não sejam também psíquicos, em certa medida, pelo fato de todos eles consistirem em maneiras de pensar ou de agir. Mas os estados de consciência coletiva são de natureza diferente da dos estados de consciência individual; são representações de outro tipo. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem as suas leis próprias. As duas ciências, portanto, são tão nitidamente distintas quanto o podem ser duas ciências, quaisquer que sejam as relações existentes entre elas (DURKHEIM, 1978, p. 79).

Na crítica de Moscovici, o conceito de representação coletiva proposto por Durkheim apresentava limitações para explicar os fenômenos observados na sociedade contemporânea, uma vez que as transformações sociais e a crescente complexidade das interações modernas exigiam uma abordagem que não exclusivamente sociológica.

Moscovici argumentava que, em contextos modernos, é importante considerar também as representações individuais, uma vez que estas interagem com os processos coletivos na construção da realidade social (FARR, 1995; Sá, 1996).

Segundo Moscovici (2007), as representações não são estáticas, elas se transformam e influenciam comportamentos na sociedade, pois, embora sejam criadas internamente, o processo coletivo também é determinante para o pensamento individual. Assim, as representações sociais se manifestam concretamente nas ações e comunicações, evidenciando uma ligação entre o coletivo e o individual na construção do conhecimento social. Este processo ocorre porque, ao interagir com o mundo e com os outros, o sujeito ativa mecanismos que Moscovici define como ancoragem, o qual associa o novo ao já conhecido e a objetivação, que transforma ideias abstratas em imagens ou práticas concretas. Estes mecanismos permitem que o conhecimento social circule, se enraíze no cotidiano, e oriente práticas sociais e discursos compartilhados, conforme argumenta Moscovici (2007, pág. 40):

(...) Nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações.

Desta forma, Moscovici propôs que os estudos sobre as representações deveriam contemplar tanto as dimensões individuais quanto as coletivas existentes na sociedade contemporânea, conforme expõe:

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis (MOSCOVICI, 2007, pág. 48).

Pode-se compreender, portanto, que a proposta teórica de Moscovici tinha como objetivo integrar a análise da mente e do mundo social, não como campos excludentes, mas como dimensões interdependentes investigadas em conjunto. Em sua concepção, não havia separação entre indivíduo e sociedade, pois o pensamento do sujeito não se formaria isoladamente, mas a partir de sua inserção nas relações sociais. Assim, no vínculo com diferentes grupos sociais, o indivíduo constrói percepções, interpretações e representações do cotidiano.

Moscovici afirmava que as representações sociais se manifestam de forma perceptível, em falas, gestos, encontros ou práticas cotidianas. Contudo, embora sua identificação seja fácil, suas definições são complexas devido à duplicidade conceitual da teoria: uma dimensão psicológica ligada ao significado individual e outra sociológica relacionada à construção coletiva destes significados (FARR, 1995; Sá, 1996).

5.1 CONTRIBUIÇÕES DE DENISE JODELET, JEAN-CLAUDE ABRIC E SANDRA JOVCHELOVITCH

A partir das contribuições de Serge Moscovici, houve uma expansão nas pesquisas voltadas à Teoria das Representações Sociais, o que permitiu uma ampliação e diversificação da compreensão sobre o tema. Ao longo do tempo, foram incorporados aos estudos diferentes observações. Diversos autores deram continuidade às concepções de Moscovici, entre os quais aqui citados, Denise Jodelet, Jean-Claude Abric e Sandra Jovchelovitch,

Jodelet (2001) definiu as representações sociais como uma forma de saber social, distinta do saber científico e técnico que busca uma coerência lógica, mas igualmente complexa e legítima. Este saber é construído coletivamente, sustentado em valores, carregado de afetos, ideologias e experiências vividas.

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 2001, pág. 5).

Jodelet (2001) apresenta as representações sociais como elementos centrais na vida social, atuando como ferramentas que orientam a forma como as pessoas nomeiam, interpretam e lidam com os aspectos do cotidiano. Estas representações são ativas, guiando não apenas a compreensão da realidade, mas também as decisões e os posicionamentos dos indivíduos diante das situações que enfrentam.

Para a pesquisadora, as representações sociais não são fixas ou universais; pelo contrário, elas variam conforme os grupos sociais e os contextos nos quais estão inseridas. Estes sistemas de pensamento baseiam-se em valores que dependem das experiências e dos saberes pré-existentes, os quais são retomados e adaptados segundo as condições sociais específicas de cada grupo.

Além disto, as representações sociais conectam diferentes dimensões, como sistemas culturais e ideológicos amplos, conhecimentos científicos e a esfera mais íntima da experiência pessoal e afetiva.

Segundo Jodelet (2001) estas representações estão presentes em diversas formas de comunicação, seja nos discursos cotidianos, nas palavras usadas, nas imagens difundidas pela mídia, ou ainda nas práticas e organizações materiais que estruturam o espaço social. Todas estas interações estão carregadas com um simbolismo, produzindo saberes sociais, conforme algumas características citada, pois o ato de representar não é um processo simples. Além da imagem, ele carrega sempre um sentido simbólico.

Jodelet (2001, p. 27) cita quatro características existentes nas representações sociais como forma de distingui-la de outros possíveis conceitos:

A representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito); 2. A representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações); 3. A representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais - ela é uma forma de conhecimento; 4. Qualificar esse saber de prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro (JODELET, 2001, pág. 27).

A autora compreende também que as representações sociais desempenham múltiplas funções, podendo ser informativas, cognitivas, ideológicas ou normativas, englobando crenças, valores, opiniões e atitudes. Os indivíduos apropriam-se da realidade externa, criando um sentido que permite a compreensão e a ação sobre o mundo. Para que uma representação social se forme, é essencial a existência de um objeto que pode ser uma pessoa, uma ideia, um acontecimento ou qualquer outro elemento concreto ou abstrato, sobre o qual o sujeito irá refletir e construir seu entendimento. Estas representações funcionam como sistemas de interpretação que regulam a relação do indivíduo com o mundo e com os outros, influenciando diretamente suas condutas e as formas de sua comunicação.

Por fim, Jodelet destaca que o estudo das representações sociais deve considerar a integração de elementos afetivos, mentais e sociais, pois estes estão profundamente ligados à linguagem, à comunicação e às relações sociais. Es irão moldando e transformando as representações ao longo do tempo. Desta forma, as representações sociais se posicionam como manifestações cognitivas e com uma interação entre indivíduos e contexto social (JODELET, 2001; JODELET, 2017; FELIX et al., 2017).

Jean-Claude Abric, da mesma maneira que Denise Jodelet, compreendeu as representações não como mero reflexos objetivos da realidade, mas como construções simbólicas e interpretativas que moldam a forma como os indivíduos interagem com o ambiente físico e social que os cercam, influenciando diretamente seus comportamentos, atitudes e práticas cotidianas, conforme sua explicação:

A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege às relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-codificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e de expectativas (ABRIC, 2000, pág. 28).

Para demonstrar como as representações orientam condutas, identidades e legitimam práticas, Abric (2000) identificou quatro funções das representações sociais: a função de saber, a função identitária, a função de orientação e a função justificadora.

- a) Função do Saber: Permite aos indivíduos compreender e explicar a realidade, integrando o conhecimento de forma que faça sentido dentro de seu contexto social. É importante para a comunicação e disseminação de saberes.
- b) Função Identitária: Ajuda a definir a identidade dos indivíduos e grupos, situando-os no campo social e protegendo suas especificidades.
- c) Função de Orientação: Serve como guia para comportamentos e práticas, indicando o que é aceitável, tolerável ou inadequado em determinado contexto.
- d) Função Justificadora: Possibilita que os indivíduos justifiquem, a posteriori, suas atitudes e posicionamentos, explicando suas ações com base em referenciais sociais.

Prosseguindo com sua investigação metodológica, Jean-Claude Abric propôs a Teoria do Núcleo Central, um modelo que estrutura a representação de forma hierarquizada em termos de significações. Neste método, alguns elementos são identificados como centrais, mais estáveis e responsáveis por estruturar a representação; enquanto outros elementos são identificados como periféricos, mais secundários, flexíveis e apresentam maior capacidade de adaptação nas elaborações. Esta distinção tem como objetivo compreender como as representações sociais influenciam os discursos e as práticas cotidianas, indicando quais elementos permanecem estáveis e fundamentais para os indivíduos e quais podem ser modificados, conforme as diferentes situações vividas (SÁ, 1996; ABRIC, 2000).

No núcleo central ocorre a maior resistência às mudanças e nele identificam-se duas funções fundamentais: a função geradora, responsável por criar ou transformar o significado dos elementos que compõem a representação; e a função organizadora, que estabelece as conexões entre estes elementos, assegurando a unificação e a estabilização da representação (SÁ, 1996; ABRIC, 2000; MAZZOTTI, 2002).

No sistema periférico das representações sociais, três funções também surgem: a função de concretização, que traduz o núcleo central em termos práticos e compreensíveis no cotidiano; a função de regulação que adapta a representação às mudanças do contexto, integrando novos elementos sem alterar os fundamentos centrais; e a função de defesa que protege o núcleo central, funcionando como um “para-choque” simbólico que absorve contradições por meio de ajustes periféricos (SÁ, 1996; ABRIC, 2000; MAZZOTTI, 2002).

Sem grandes divergências com Moscovici, Jodelet e Abric, Jovchelovitch (2004) explica que as representações funcionam como uma estrutura de *mediação*, que conecta o sujeito tanto a outros sujeitos quanto ao mundo dos objetos. Para a pesquisadora, elas são constituídas por meio de um trabalho contínuo, denominado ação comunicativa, que estabelece ligações entre os indivíduos e o mundo ao seu redor. Neste processo, as representações estão imersas na ação comunicativa, que simultaneamente forma as representações e os próprios participantes envolvidos nesta interação.

Além disto, esta ação comunicativa abrange não apenas a linguagem verbal, mas também ações não-discursivas, as quais se manifestam nas práticas cotidianas, nas instituições sociais e nas estruturas informais que compõem o mundo vivenciado, conforme compreensão de Jovchelovitch:

A representação é uma estrutura de mediação entre o sujeito-outro, sujeito-objeto. Ela se constitui enquanto trabalho, ou seja, a representação se estrutura através de um trabalho de ação comunicativa que liga sujeito a outros sujeitos e ao objeto- mundo. Neste sentido pode-se dizer que a representação está imersa na ação comunicativa: é a ação comunicativa que a forma, ao mesmo tempo que forma em um mesmo e único processo, os participantes da ação comunicativa. A ação comunicativa envolve a linguagem assim como envolve ação de tipo não-discursivo; estas se manifestam nas práticas do cotidiano, nas instituições sociais e nas estruturas informais do mundo vivido (HABERMAS, 1988). (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 22)

Para a autora, a representação é uma construção que envolve, ao mesmo tempo, aspectos ontológicos, epistemológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos. Estas dimensões não existem separadamente, pois estão sempre conectadas e só fazem sentido quando consideradas em conjunto, como partes simultâneas do sistema de representações.

Quando as pessoas se comunicam, elas se inserem em situações concretas, marcadas por contextos culturais, sociais e históricos específicos, que elas próprias ajudam a construir ou a transformar. Neste processo de comunicação, os sujeitos produzem os símbolos, “*cuja força reside em sua capacidade de dar sentido, de significar*”, dando forma a uma representação particular de um objeto, seja ele físico, abstrato ou simbólico, se conectando a outros processos numa perspectiva histórica (JOVCHELOVITCH, 2004).

Nas concepções clássicas de representação (como, por exemplo, a ancorada em René Descartes), a relação entre sujeito e objeto é pensada de forma dualista e mentalista. As representações são vistas como um ato interno da mente, em que o sujeito conhece o mundo ao formar imagens mentais ou cópias do objeto exterior. Trata-se de uma operação racional, abstrata e desvinculada do contexto social, que pressupõe um sujeito isolado, capaz de acessar a verdade por meio da razão (JOVCHELOVITCH, 2004).

Em outros trabalhos, a pesquisadora retoma estas compreensões, em discordância à posição clássica, sugerindo novamente que as representações estão num processo psicossocial.

Segundo a autora, a representação se dá no “entre”: entre o sujeito, o objeto e o outro, e que representar, neste caso, não é apenas formar imagens internas, mas construir significados compartilhados, enraizados na experiência social, na comunicação e nas práticas culturais. Pontua Jovchelovitch: “Os saberes não são sistemas isolados; pelo contrário, todo saber depende de um contexto e está enraizado em um modo de vida” (JOVCHELOVITCH, 2008, pág. 87).

De acordo, ainda, com Sandra Jovchelovitch, o termo saber se refere a qualquer conhecimento. Estes saberes, por sua vez, são produzidos no dia a dia, o que ela define como uma fenomenologia da própria vida cotidiana. Isto porque a teoria nasce de um fenômeno que busca compreender como pessoas comuns, comunidades ou instituições formulam determinados saberes de si próprios ou de outros. Sendo assim, torna-se importante buscar um entendimento de como as comunidades, inseridas em diferentes contextos e diferentes padrões culturais, constroem o seu saber sobre o mundo (JOVCHELOVITCH, 2000, 2008, 2020).

Um dos contextos representacionais estudados por Jovchelovitch é a esfera pública, na qual ela analisa a conexão existente entre os espaços simbólicos e os espaços sociais, entendendo-os como dimensões interligadas e que se influenciam mutuamente. Enquanto os espaços simbólicos se referem aos significados, valores e símbolos compartilhados, que por sua vez, orientam a compreensão do mundo, os espaços sociais correspondem aos contextos concretos e às relações práticas onde estas representações ganham vida e são discutidas em

grupo. Esta relação mostra que as representações sociais não são apenas ideias abstratas, mas estão presentes nas ações e experiências dos indivíduos em seus grupos sociais (JOVCHELOVITCH, 2000; 2020).

5.2 PRODUÇÃO RECENTE SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E POBREZA

A partir das formulações de Serge Moscovici, suas concepções deram origem a um importante recurso teórico e metodológico para a compreensão dos fenômenos sociais. Ao incorporar o conceito de representação social às pesquisas, busca-se acessar formas de pensamento cotidiano que orientam práticas, moldam relações e contribuem para a construção de identidades, tanto sob uma perspectiva individual quanto coletiva.

As Ciências Sociais, por meio de ferramentas teóricas como a Teoria das Representações Sociais, possibilitam a análise de diferentes temas, entre elas o tema central desta pesquisa: a pobreza. Em uma consulta ao catálogo da Capes, foram identificadas 3.158 produções no período de 2015 a 2024 referenciadas no tema representações sociais.

Adicionando pobreza às representações sociais, foram registradas 28 produções científicas, correspondendo aproximadamente a 1% das publicações. Estes dados sugerem que, apesar da relevância do tema, os estudos sobre as representações sociais da pobreza ainda são proporcionalmente pouco explorados.

Diante das verificações de produção acadêmica, reforça-se a pertinência desta pesquisa e a necessidade de aprofundamento teórico e empírico nessa área. A seguir, serão apresentados três trabalhos acadêmicos que abordaram a articulação entre representação social e pobreza, contribuindo para o debate e para a consolidação deste campo de investigação.

No estudo conduzido por Tecchio et al. (2021), a subjetividade da pobreza foi analisada a partir da perspectiva das famílias pobres e dos atores institucionais na região Oeste de Santa Catarina. O trabalho se debruçou sobre as representações sociais da pobreza e a efetividade das políticas públicas territoriais de enfrentamento ao fenômeno. A metodologia combinou análise documental e entrevistas semiestruturadas com 40 famílias e 38 atores institucionais, num contexto territorializado que contemplou dez municípios da região denominada Meio Oeste Contestado. Os resultados indicaram uma diversidade de representações acerca da pobreza entre os sujeitos pesquisados, evidenciando que nem todos os que enfrentavam condições precárias se reconheciam como pobres. A pobreza, para as famílias da região, estava relacionada a fatores históricos, sociais e culturais, tais como a exclusão do acesso à terra e aos direitos sociais. Já os

atores institucionais expressavam visões estigmatizadas, atribuindo a pobreza a fatores morais como falta de disposição para o trabalho, dificultando a implementação de políticas públicas efetivas e diferenciadas para os distintos perfis de pobreza existentes. Este estudo ressalta a importância de considerar a pluralidade das representações sociais da pobreza para a formulação de políticas públicas que estejam atentas às realidades locais e às representações dos próprios sujeitos pobres.

Outro relevante trabalho é o de Oliveira (2021), que investigou as representações sociais das favelas em Belo Horizonte, tomando como base documentos históricos do período de 1940 a 1960. A análise documental do dossiê do Projeto de Lei nº 107/55 e fotografias oficiais da Comissão de Desfavelamento permitiu compreender como a pobreza urbana foi enquadrada e visualmente construída como um “problema social” ligado à segregação espacial e à marginalização social na cidade. As imagens produzidas por essa comissão oficial reforçavam uma oposição simbólica entre o “morro” e o “asfalto”, realizando uma exclusão das favelas da imagem oficial para propiciar imagens de uma cidade moderna e planejada. Oliveira (2021) destaca que esta construção visual e discursiva reforçou políticas públicas voltadas para a remoção e o controle das populações pobres, ignorando as formas de sociabilidade, trabalho e resistência que os moradores desenvolviam.

A tese de doutorado de Fraga (2023) oferece uma análise histórica das representações sociais da população em situação de rua no Brasil, utilizando como fonte principal notícias da imprensa publicadas entre 1808 e 2021. A pesquisa evidenciou como a imprensa tem sido um dos principais veículos na construção e propagação de estereótipos negativos, como o do “mendigo criminoso” ou do “vadio”, que naturalizam a exclusão e legitimações de práticas repressivas contra este grupo. O estudo revelou que tais representações estão ligadas aos processos históricos de dominação, desde a escravidão até o período contemporâneo, perpetuando a marginalização e o estigma.

Outra pesquisa, na esfera institucional, Alencar (2021) examinou as representações sociais da pobreza entre agentes públicos do sistema de justiça criminal, em Salvador (BA). Apesar de reconhecerem a pobreza como um fenômeno estrutural, os discursos dos profissionais entrevistados continham estigmas e visões moralizantes que culpabilizam os pobres pela sua condição, associando-a frequentemente a “falta de educação” e “falta de valores”. O estudo apontou ainda a presença de discursos racializados, que vinculam a pobreza à cor da pele e à criminalidade, demonstrando um racismo estrutural no sistema jurídico. Alencar (2021) conclui que tais representações influenciam as práticas institucionais, reproduzindo desigualdades e dificultando a construção de uma justiça social mais equitativa.

Por fim, a pesquisa realizada por Bessa e Fermiano (2021) abordou as representações sociais da pobreza entre estudantes do Ensino Médio, incluindo o modelo regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Formosa (GO). O estudo aplicou entrevistas e categorização semiestruturada para identificar diferentes níveis de compreensão sobre pobreza e desigualdade social entre os estudantes. Os resultados indicaram que os estudantes do ensino médio tradicional possuíam concepções mais ingênuas e individualistas sobre a pobreza, relacionando-a ao esforço pessoal, enquanto os estudantes da EJA apresentaram maior criticidade, reconhecendo fatores sociais, econômicos e políticos na perpetuação das desigualdades. Apesar disto, predominavam associações estigmatizadas para a pobreza e crenças à superação individual da pobreza.

Diante desta revisão, verificou-se que a produção acadêmica recente sobre representações sociais e pobreza indica a existência de uma complexidade no fenômeno, demonstrando que as representações e discursos sobre a pobreza são marcados por contradições, estigmas, e tensões entre explicações individualistas e estruturais.

A literatura oferece, portanto, uma compreensão de que as representações sociais da pobreza não apenas refletem condições materiais adversas, mas também configuram dimensões simbólicas fundamentais para compreender as estratégias, por exemplo, de resistência ou de construção identitária dos sujeitos pobres.

Neste cenário, é importante a realização de pesquisas que investiguem as práticas sociais e discursivas dos sujeitos pobres, como a investigação aqui proposta. Isto permite ampliar o debate acadêmico e social acerca da pobreza e das múltiplas formas de enfrentamento, além de fornecer contribuições e sugestões para a formulação ou o aprimoramento de políticas públicas mais efetivas ou sensíveis à realidade da população em situação de pobreza.

6. METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa fundamentada na Teoria das Representações Sociais, esta investigação não parte de hipóteses previamente formuladas. A abordagem qualitativa busca compreender os significados e as construções simbólicas produzidas pelos sujeitos, privilegiando a interpretação e a análise das narrativas, em vez de testar proposições predefinidas. Assim, o estudo orienta-se por objetivos exploratórios e compreensivos, que permitem apreender a complexidade das representações sociais da pobreza expressas pelos participantes.

O delineamento metodológico apoia-se na Teoria das Representações Sociais, com contribuições de Serge Moscovici, Denise Jodelet, Sandra Jovchelovitch e Jean-Claude Abric. Estes autores oferecem abordagens para interpretar como as representações sociais estruturam os discursos, práticas e significados atribuídos pelos sujeitos moradores do bairro investigado à sua realidade social.

Souza Filho (1995), ressalta a importância de se considerar o contexto de produção das representações, enfatizando que estas devem ser observadas em situações que reflitam a realidade natural em que se produzem. Para ele, o pesquisador deve buscar formas de aproximação com os sujeitos e suas experiências, utilizando recursos como a entrevista com roteiro aberto ou a observação participante. Na perspectiva do autor, a coleta de dados não se orienta por uma busca de causalidades, mas pela apreensão das relações simbólicas estabelecidas entre os sujeitos e os objetos sociais que os afetam.

Spink (1995) sugere uma abordagem que leve em conta não apenas o conteúdo explícito dos discursos, mas também seus aspectos implícitos, como silêncios, hesitações, contradições e retóricas argumentativas. Isto permite identificar os pontos de tensão e os elementos que estruturam o pensamento social dos sujeitos.

Guareschi (2000) também converge na mesma explicação de Spink, quanto à necessidade da importância de se observar algumas expressões como gestos, imagens, práticas e rituais cotidianos. Estes elementos de comunicação, muitas vezes não verbais, revelam dimensões simbólicas que estruturam a vida social e contribuem para as identidades dos sujeitos. Assim, compreender as representações sociais exige também uma análise além do discurso explícito, incorporando os sentidos produzidos nas ações e das interações cotidianas.

Estas considerações teóricas e metodológicas orientaram a construção, a aplicação e a interpretação das entrevistas realizadas, com o objetivo de garantir a coerência entre os objetivos da pesquisa para posterior análise dos resultados à luz do seu aporte teórico.

6.1 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

O bairro Farrapos foi selecionado por apresentar desigualdades sociais significativas e histórico de marginalização urbana. Localizado na zona norte de Porto Alegre, destaca-se como um dos espaços da cidade onde tais desigualdades são mais evidentes. Formado por processos de ocupação popular e reassentamentos decorrentes de políticas habitacionais incompletas, o bairro reflete os efeitos limitados das políticas urbanas, evidenciando precarização estrutural

típica de áreas periféricas brasileiras.

O bairro possui uma estimativa de, aproximadamente, 19 mil habitantes. Dados censitários de 2010 indicavam uma renda média de até dois salários-mínimos para aproximadamente 74% dos domicílios e indicadores sociais, como educação e IDHM, abaixo da média da cidade de Porto Alegre (PMPA, 2025). Sua formação reproduz as contradições do desenvolvimento urbano do país, mostrando a relação entre crescimento urbano, segregação espacial e vulnerabilidades sociais, configurando um cenário persistente de pobreza e marginalização.

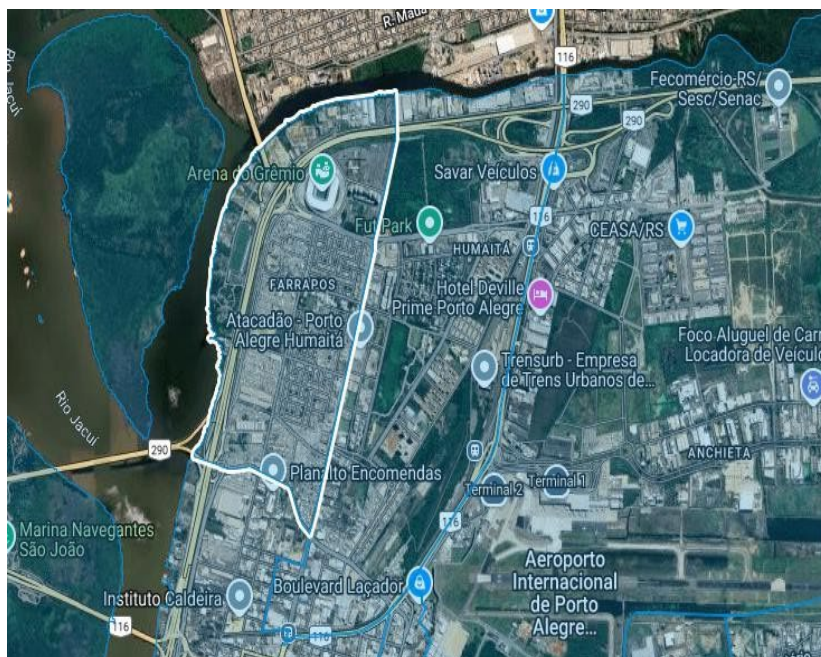
Embora a enchente recente na cidade tenha afetado áreas urbanas consolidadas de Porto Alegre, como os bairros Centro Histórico e Menino Deus, as consequências foram muito mais severas em outros bairros, como o Farrapos. Neste bairro a estrutura das habitações — predominantemente residências térreas ou de dois pavimentos — e a própria organização espacial da comunidade tornaram os impactos das enchentes mais intensos, pois não há infraestrutura adequada de drenagem, contenção de águas e até resistência estrutural das edificações, onde muitas são extremamente precarizadas.

No bairro Farrapos, cerca de 3 mil famílias vivem de maneira informal em aproximadamente 110.000m², resultando em uma densidade populacional extremamente elevada (cerca de 1.000 pessoas por hectare). Esta densidade é quatro vezes maior que a do bairro Bom Fim, mostrando como o problema do bairro Vila Farrapos não é apenas físico (destruição de casas), mas também social e urbanístico (MPMT, 2025).

O excesso de densidade agrava a vulnerabilidade, dificultando ainda a evacuação, aumentando o risco de doenças e comprometendo a qualidade de vida. Além disto, a situação expõe a fragilidade do planejamento urbano em áreas de ocupação informal, em que limites de propriedade e infraestruturas básicas muitas vezes são inexistentes ou precários. Isto reforça a necessidade de políticas de reconstrução e planejamento que considerem a densidade, a organização comunitária e as condições socioeconômicas do bairro, para reduzir vulnerabilidades futuras e promover segurança e moradia digna para seus moradores (OBSERVAPOA, 2025; MPMT, 2025).

A Figura 6 (na próxima página) ilustra a localização do bairro no município de Porto Alegre, situado na esquerda do mapa. O bairro Farrapos constitui um território marcado por habitações precarizadas e ocupações em vias estreitas, ruelas (conforme se observa na figura 7). As moradias, algumas improvisadas, revelam a ausência histórica de políticas públicas voltadas à urbanização e ao bem-estar social.

Figura 6 – Mapa do Bairro Farrapos



Fonte: Observapoa (2025).

Figura 7 – Urbanização precarizada



Fonte: Rua Bairro Farrapos. Do próprio autor.

Neste espaço geográfico também emerge a vinculação de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Eles estão presentes como moradores ou como trabalhadores que no bairro transformam o descarte urbano em meio de sobrevivência, possibilitando ainda um melhor tratamento ambiental para os resíduos (figura 8).

Figura 8 – Carrinho catador



Fonte: Rua Bairro Farrapos. Do próprio autor.

Este grupo de trabalhadores do bairro Farrapos e suas imediações é um grupo pioneiro na reciclagem, mas que enfrenta rotinas de insegurança, discriminação e falta de reconhecimento social, com críticas à atuação estatal, especialmente à falta de políticas de apoio para a consolidação de espaços de triagens e equipamentos de trabalho (MNCR, 2025).

Porto Alegre possui 25 Unidades de Triagem, sendo 17 contratadas pela Prefeitura desde o ano de 2019, com repasses entre R\$3.000,00 (três) mil e R\$7.000,00 (sete) mil. Cada galpão reúne cerca de 20 catadores, que após pagar despesas recebem, em média, R\$800,00 (oitocentos reais). Para complementar a renda, os trabalhadores recebiam um auxílio emergencial de R\$670,00 (seiscentos e setenta reais), encerrado pelo Poder Público Municipal em janeiro de 2025, agravando suas vulnerabilidades econômicas. Estima-se ainda que na cidade existem aproximadamente 500 catadores atuando nas Unidades de Triagem e 7 mil trabalhando nas ruas da cidade (MNCR, 2025).

A violência também se manifesta como parte da vida cotidiana, expressa em conflitos locais, disputas territoriais por comercialização de drogas e na vulnerabilidade de grupos sociais marginalizados. Nos entornos de grande fluxo ao acesso do bairro, a prostituição se coloca também diante de uma escassez de oportunidades estrutural, familiar e de estigmas e vulnerabilidades, com atenção constante por órgãos de fiscalização, especialmente para o combate à exploração sexual infantil. O bairro Farrapos simboliza, assim, as contradições existentes em cidades do país: a coexistência entre a resistência de moradores naquele espaço geográfico ao mesmo tempo em que convivem com a precariedade de acesso a direitos básicos.

A seleção dos participantes para as entrevistas ocorreu de maneira que pudessem contemplar a delimitação dos perfis construídos, por meio de abordagem direta nas ruas ou nas suas casas. A pesquisa de campo foi realizada junto aos moradores do bairro, nos meses de março e abril de 2025, com homens e mulheres, com idades entre 18 e 80 anos.

A amostra da pesquisa foi composta por dez sujeitos pobres residentes no bairro, compatíveis com a abordagem qualitativa, possuindo relevância simbólica e social, na medida em que são portadores de experiências diretas de pobreza e possuem suas moradias no bairro explorado.

A população entrevistada não teve por objetivo alcançar representatividade estatística, quantitativa, mas priorizar a qualidade do material discursivo e sua capacidade de revelar o campo representacional dos entrevistados. Esta escolha assegurou a coerência teórica e metodológica das pesquisas em Representações Sociais e com os princípios qualitativos das pesquisas sociais, permitindo compreender os discursos e saberes que estruturam as representações da pobreza entre os sujeitos abordados.

Nas trajetórias de vidas, foi possível a verificação de que os sujeitos entrevistados vivem em condições de vulnerabilidade social, com trajetórias marcadas pela informalidade no trabalho, limitações econômicas, precariedade habitacional e acesso restrito às políticas públicas.

Estes sujeitos ocupam uma posição social à margem, caracterizada por atendimentos públicos precários e reduzida autonomia nas esferas pública e social. São jovens estudantes, beneficiários de programas sociais, trabalhadores formais e informais, desempregados e aposentados. Suas histórias revelam, para alguns, processos de migração para a região há mais de trinta anos, para outros, vínculos de moradia desde o nascimento, ou ainda, o estabelecimento no bairro em busca por habitação compatível com suas condições econômicas.

O processo das entrevistas respeitou os princípios éticos exigidos para uma pesquisa, garantindo a apresentação prévia dos objetivos do estudo, consulta à participação e a obtenção do consentimento, coerente com a normativa 510 de 2016, determinada pelo sistema CEP-CONEP.

As abordagens foram realizadas ao longo de três dias, com duração média de 40 minutos para cada diálogo. A primeira intervenção era sobre a localidade de residência do entrevistado, à fim de garantir que ele era realmente morador daquele bairro. A maioria dos participantes optou por não autorizar gravações em áudio ou registros fotográficos, preferindo uma dinâmica mais informal e baseada numa conversação espontânea.

Como guia para as entrevistas, utilizou-se como instrumento um roteiro semiaberto, para

permitir explorar tanto os conteúdos objetivos, quanto os significados subjetivos atribuídos pelos participantes ao tema proposto. Esta opção fundamentou-se na abordagem qualitativa e nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais, que compreendem o conhecimento como construído nas interações sociais, mediado pela linguagem e pelas experiências compartilhadas cotidianamente dos entrevistados.

Sendo assim, procurou-se ainda observar elementos presentes nos discursos, explícito ou implícito, tais, como, por exemplo, gestos, entonações, hesitações, ênfases, expressões corporais, entre outros, que pudessem contribuir para uma compreensão mais rica das significações dos pensamentos e das falas manifestadas.

A técnica utilizada possibilitou subsidiar entendimentos nas análises dos conteúdos, observando dimensões expressivas carregadas de simbologias, importantes para a interpretação das representações sociais dos sujeitos pesquisados em relação à pobreza. Dois questionamentos centrais estruturaram o roteiro:

1. Na primeira pergunta solicitava-se aos entrevistados que citassem três palavras ou frases que representassem a pobreza. Aqui o intuito foi acessar elementos simbólicos do campo representacional.
2. A segunda pergunta propunha uma reflexão aberta sobre o significado de “ser pobre”, buscando compreender as respostas e os sentidos subjetivos atribuídos à condição de pobreza, bem como possíveis processos de resistência, estigmatização e ressignificação.

As duas questões do roteiro foram pensadas para criar um ambiente de escuta, interagindo num diálogo para coleta das informações e ao mesmo tempo contemplar uma observação sobre possíveis elementos representacionais. Na medida em que iam respondendo, tentou-se aprofundar, estabelecendo diálogo com os participantes acerca das respostas.

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Após a coleta das entrevistas, as respostas foram integralmente transcritas ou reescritas, preservando todas as palavras evocadas pelos participantes. A análise foi conduzida à luz das anotações realizadas durante as abordagens, as quais registraram, em alguns casos, elementos expressivos observados nas falas, como gestos, entonações e expressões faciais.

Estes registros auxiliaram na identificação de manifestações emocionais e na compreensão das intenções comunicativas dos participantes, especialmente em trechos nos

quais buscavam enfatizar significados ou esclarecer seus entendimentos sobre as respostas fornecidas.

Posteriormente à transcrição integral das entrevistas, os dados foram organizados e analisados em duas etapas metodológicas complementares. Inicialmente, realizou-se uma leitura interpretativa das falas, procurando seguir a Teoria das Representações Sociais fundamentada por Serge Moscovici, Denise Jodelet e Sandra Jovchelovitch.

As respostas dos participantes foram agrupadas por categorias temáticas, construídos com base na recorrência de sentidos, significação e elementos simbólicos dos discursos. Aqui se utilizou uma aproximação conceitual proposta por Bardin (2016, pág. 147):

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

Foram construídas três categorias para agrupar as falas observadas:

- 1) Privação Material;
- 2) Aspectos Identitários e Emocionais da Pobreza;
- 3) Representações das Políticas Públicas e do Papel do Estado.

Algumas verbalizações podem conter conteúdos que remetem a mais de uma categoria, mas o agrupamento também seguiu observações sobre as manifestações simbólicas dos sujeitos (gestos, hesitações, expressões diversas) associadas com as respectivas falas.

A segunda etapa das interpretações foi orientada pelos fundamentos metodológicos da Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Jean-Claude Abric. Inserida no campo da Teoria das Representações Sociais, esta abordagem analisa a estrutura interna das representações, por meio da identificação de seus elementos constitutivos (ideias, imagens, valores, crenças, etc).

Conforme discutido no capítulo 5, a teoria propõe a existência de um núcleo central, composto pelos significados mais estáveis, consensuais e socialmente compartilhados e de um sistema periférico, que abriga elementos mais flexíveis, sensíveis às experiências individuais e contextuais.

Para a identificação do núcleo central e dos sistemas periféricos, utilizou-se o programa

OpenEvoc, uma ferramenta utilizada para o processamento de informações em apoio às pesquisas de representações sociais.

No questionário aplicado aos participantes, constava uma pergunta aberta solicitando que cada entrevistado evocasse três palavras ou expressões que associassem ao termo/representação "pobreza". Estas respostas foram organizadas e inseridas no OpenEvoc, o qual processou os dados com base em dois critérios fundamentais: a frequência e a Ordem Média de Evocação (OME). A frequência (f) corresponde ao número de vezes em que um determinado termo foi citado pelos participantes, enquanto a OME representa a posição média em que cada termo foi lembrado (primeira, segunda ou terceira evocação).

A partir das inserções do conteúdo no Programa OpenEvoc, ele gerou uma tabela de quatro quadrantes, que permitiu identificar os seguintes elementos: O núcleo central da representação social (termos de alta frequência e evocação inicial), a zona de contraste (termos importantes, mas evocados mais tardiamente), a primeira periferia (termos menos frequentes, mas evocados logo no início) e a segunda periferia (termos pouco frequentes e evocados mais tardiamente).

Esta organização em quatro partes possibilitou o cruzamento entre os dados de frequência e de ordem de evocação. Com isto, foi identificado o elemento mais consensual e estruturante da representação social da pobreza, aqui nominado como núcleo central. Bem como a identificação dos elementos mais sensíveis às vivências contextuais dos participantes, que foram nominados como elementos periféricos.

7. RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados das elaborações representacionais dos moradores do bairro Farrapos, em Porto Alegre, referentes à pobreza. Conforme demonstrado na tabela 1, a seguir, os dez participantes da pesquisa apresentaram um perfil composto por jovens, adultos e idosos, com idades variando entre os 18 e 80 anos e na sua maioria autodeclarada branca. A média de idade de todos os entrevistados ficou em aproximadamente 47 anos.

Compreender algumas informações sociais dos participantes é importante para o auxílio na interpretação das representações. A exposição dos dados obtidos foi autorizada por todos os entrevistados. Seus nomes indicados são reais, como também autorizaram, porém com suas identificações completas preservadas, registrando-se apenas o primeiro nome de cada um. Somente um entrevistado teve seu nome alterado, em razão de possível exposição ao tráfico.

Tabela 1 – Perfil dos Entrevistados

Nome	Idade	Cor/raça	Renda até*	Escolaridade	Religião/Crença
Ana	50	branca	3	E. F. Incompleto	evangélica
Antônio	66	branca	1	E. F. Incompleto	católico
Daniel	23	branco	1	E. M. Completo	evangélico
Ena	44	branca	2	E. F. Incompleto	católica
Eva	80	branca	1	E. F. Incompleto	católica
Luciano	36	branca	1	E. F. Incompleto	católico
Pedro	18	branca	2	E. M. Incompleto	evangélico
Sandro	49	preta	3	E. M. Completo	ocultista
Suze	22	parda	1	E. M. Incompleto	evangélica
Terezinha	80	branca	2	E. F. Incompleto	católica

Fonte: Elaboração própria. * salários-mínimos.

A renda familiar média, calculada a partir das faixas categorizadas de 1 a 3 salários-mínimos, foi cerca de 1,7, salários. Ressalta-se que o estudo não está centrado numa investigação sobre pobreza monetária. A renda declarada serve como suporte para informações socioeconômicas dos entrevistados.

Quanto à escolaridade, observa-se que a maioria possui ensino fundamental incompleto. No aspecto religioso, o grupo é majoritariamente cristão, dividido entre católicos e evangélicos, com a presença de uma crença ocultista. Nas seções 7.1, 7.2 e 7.3 serão analisados trechos das respostas de cada um dos dez entrevistados, agrupados por categorias temáticas e por ordem de evocações

7.1 REPRESENTAÇÕES COMO PRIVAÇÃO MATERIAL

A privação material refere-se à ausência ou à insuficiência de recursos básicos essenciais para a sobrevivência e a garantia de bem-estar. Embora frequentemente associada à renda, esta condição não se limita a ela, abrangendo múltiplas dimensões da vida cotidiana que afetam diretamente a qualidade do bem-estar social. Por exemplo, alimentação, moradia, saúde, educação, saneamento, transporte, entre outros são dimensões que foram citadas pelos entrevistados e agrupadas como privação material. A seguir, algumas interpretações:

1. Antônio, 66 anos. *"Sou pobre. A gente sofre na saúde. No posto, sabe? Não pago mais passagem, mas quando pagava era difícil pra ir numa consulta. Eu vivo de bico. Moro*

sozinho. Pago aluguel. O dinheiro não dá pra ter mais conforto, coisas melhores em casa. Eu não tive estudo. Se tivesse estudado mais quem sabe (...), mas tinha que trabalhar. Sempre fui pobre. Não me sobra dinheiro."

A fala de Antônio expressa uma vivência da pobreza indicando uma trajetória de privação material contínua. Ao afirmar "*sempre fui pobre*", ele reporta-se à uma escassez cotidiana de longo período.

A dificuldade de acesso à saúde é um dos pontos centrais: mesmo após adquirir o direito à gratuidade no transporte, Antônio ainda relata que, antes deste benefício, o custo da passagem era um obstáculo para conseguir atendimento médico. Isto sugere que numa condição de pobreza, de carência extrema, mostrando que o acesso aos serviços públicos depende não apenas da oferta da prestação do serviço, mas também da capacidade de mobilidade para se chegar até o local desejado.

Sua condição atual é instável: vive de "*bicos*", sem renda fixa, mora sozinho e paga aluguel, fatores que reduzem o seu poder de consumo e o colocam numa situação de vulnerabilidade.

A falta de "*conforto*" e de "*coisas melhores em casa*" como citado, indicam ausências de bens duráveis, de uma habitação equipada e de condições mínimas de bem-estar material para um padrão contemporâneo ou que ele representa como adequado.

A sua fala também remete para a precariedade das oportunidades: a escolarização é vista por ele como uma possibilidade frustrada, pois foi trocada pela necessidade de trabalhar.

A pobreza neste diálogo é representada por uma ausência de renda, de patrimônio, de estabilidade laboral. Ou ainda como consequência de um processo que o obrigou a priorizar o trabalho em detrimento do estudo por sobrevivência, caracterizando uma carência econômica persistente ao longo de sua vida.

2. Ena, 44 anos, representa a pobreza através de carências materiais: "*Ser pobre pra mim..... é não ter um conforto melhor em casa, algumas coisas melhores, mais novas, uma casa mais bem equipada, sabe? não ter exames também. Meu marido espera um exame do intestino faz seis meses. (...) Eu sou pobre, não tenho renda, dependendo do meu marido, do salário dele*".

A fala de Ena revela uma representação da pobreza conceituada na privação material e na ausência de condições básicas para uma vida digna, como o acesso ao sistema de saúde.

Um dos pontos mais expressivos em seu discurso é a menção à longa espera por um exame médico que seu marido aguarda há seis meses, verbalizando em tom crítico a demora injustificada ao acesso.

Ela também menciona a falta de bens de consumo, como uma casa equipada, móveis novos e maior conforto no lar, revelando um cotidiano marcado por limitações econômicas que impedem o acesso a estes produtos.

O elemento “dependo de meu marido” ainda sugere uma desigualdade no campo das relações de gênero, que não se conseguiu aprofundar, mas que já sugere ser este um aprofundamento importante em futuros trabalhos. Neste contexto, sua fala sugere uma precariedade marcada pela ausência de renda própria e pela subordinação financeira, apontando para restrições à autonomia individual. Essas limitações não apenas aprofundam sua situação de vulnerabilidade, mas também reforçam padrões de dependência sustentados por desigualdades estruturais entre homens e mulheres no espaço familiar.

3. Suze, 22 anos, manifesta a seguinte representação: *"Pobreza é não ter algo melhor, um trabalho, um salário melhor. Falta saúde, o atendimento no posto é demorado. Acho que quem estuda mais consegue um trabalho melhor, ganha mais. (...) Não chega apoio quando as pessoas precisam, numa dificuldade. Eu recebo o auxílio do Bolsa Família. Mas quando não tinha, não tinha outro auxílio. (...) eu não tenho com quem deixar a criança (de colo). As dificuldades existem. Se ficar desempregado, como sobrevive? Já ganha pouco."*

Suze expressa uma visão da pobreza como um conjunto de privações que vão além da falta de renda, caracterizando-a como multidimensional, manifestando ainda a falta de apoio institucional, aqui referenciado em programas de transferência de renda, especificamente. Ela estabelece uma associação entre estudar mais e conseguir um trabalho melhor, para alcançar uma renda maior. Sua conclusão neste aspecto é que a educação é um caminho para superar a vulnerabilidade econômica, mas que no caso dela não ingressou no ensino superior por motivos de trabalhos em outros momentos.

O relato sobre a falta de apoio social em momentos de dificuldades reforça uma sensação de desamparo institucional, ao mesmo tempo em que Suze reconhece a importância do Programa Bolsa Família como mitigação presente à sua situação social. Manifesta-se aqui também uma dependência da transferência de renda, quando se reporta à outro momento em que não acessava algum programa similar. Suze também mencionou a dificuldade social à qual convive, especialmente, a falta da disponibilidade de assistência infantil (creche), algo

experimentado de forma cotidiana pelas populações de maior vulnerabilidade e que precisam desempenhar alguma atividade laboral.

À luz da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, as falas de Antônio, Ena e Suze revelam os processos de ancoragem e objetivação concebidos pelo autor, os quais transformam a pobreza numa realidade mais compreensível e compartilhada. A pobreza, originalmente está numa condição abstrata e complexa, mas a partir da elaboração representacional ela passa a ser objetivada em imagens concretas, em fotografias sociais, como a ausência de conforto, casa mal equipada, a falta de exames, a moradia precária e a escassez de renda.

Ao mesmo tempo, está ancorada nas experiências cotidianas que vão fornecendo sentido à exclusão vivenciada: para Antônio, a pobreza é um destino marcado pela falta de estudo e pelo trabalho precoce; para Ena ela é vivida na dependência de renda do marido e na precariedade dos serviços públicos; para Suze, ela se expressa na ausência de apoio institucional e na falta de creche. Estas representações construídas, também vão circulando no senso comum e orientando identidades. A pobreza, neste contexto, não é apenas um dado objetivo, mas uma construção simbólica que também vai sendo vivenciada e partilhada, podendo ser modificada diante de outras interações sociais.

7.2 REPRESENTAÇÕES COMO ASPECTOS IDENTITÁRIOS E EMOCIONAIS

Os aspectos identitários e emocionais da pobreza envolvem experiências subjetivas em que os indivíduos passam em relação à sua condição social, como sentimentos de vergonha, de exclusão e de estigma. Estas dimensões podem influenciar na forma como os sujeitos constroem suas identidades e se percebem no seu contexto social. A pobreza, neste sentido, não se limita à carência material, mas inclui marcas emocionais que acompanham o cotidiano dos sujeitos pobres. A representação de si como pobre, ou a negação desta identidade, pode estar diretamente ligada às estratégias subjetivas de enfrentamento. A seguir, algumas manifestações:

1. Ana não se considerou como pobre. Ela evocou algumas necessidades básicas como identificação para uma situação de pobreza: *"Não me acho pobre. Eu tenho Deus e Ele me provê. (...) Tem pobreza aqui sim, muito. (...) As pessoas pobres sofrem mais (...). Essas pessoas que não têm estudo, que têm dificuldade pra viver, pra comer, pra ter um vestuário. Eu recebo*

aposentadoria por invalidez. Meu marido ganha salário-mínimo e mais a aposentadoria da minha mãe; é o que vivemos. Acho que não me falta nada. Tenho fé. Deus me ajuda"

A representação de Ana é mediada por valores religiosos. Embora a entrevistada reconheça objetivamente a existência da pobreza ao seu redor, *"tem pobreza aqui sim, muito"*, ela nega essa identidade para si mesma: *"não me acho pobre"*, ancorando sua representação em uma dimensão simbólica de amparo divino. A fé em Deus aparece como um recurso de ressignificação da realidade vivida, podendo aqui ser um mecanismo de resistência emocional frente à precariedade material a qual convive no bairro e no seu núcleo familiar.

Mesmo relatando que a renda familiar provém de aposentadorias (um benefício social) e de um salário-mínimo, o que indicaria uma condição de vulnerabilidade econômica, ela afirma que *"não falta nada"*, pois crê que Deus a *"provê"*. A fala articula, assim, dois registros: o reconhecimento da existência da pobreza estrutural (especialmente relacionada à falta de estudo e de acesso a bens básicos), mas uma negação desta condição para si, sustentada pelo componente religioso.

A representação de Ana pode indicar um modo de enfrentar a adversidade sem haver uma identificação com a vulnerabilidade a qual ela convive, comprovando que a pobreza, além de material, e à luz da TRS, também é construída e interpretada simbolicamente. Que no caso da Ana está ancorada na fé, como um elemento de estabilidade representacional para interpretar a condição social a qual ela está inserida.

2. Daniel, 23 anos, associa pobreza à desesperança e à saúde mental: *"(Na pobreza) As pessoas ficam desamparadas. Falta ajuda psicológica. As pessoas ficam com depressão, gera até suicídio. Falta empatia entre as pessoas também"*

Na análise da fala de Daniel, à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), compreende-se uma representação além da privação material. O entrevistado inicia destacando a ausência de infraestrutura e assistência, mas logo desloca sua fala para dimensões emocionais e subjetivas, como a solidão, a depressão e até o suicídio. Estes elementos reforçam a ideia de que, para ele, a pobreza não é apenas a ausência de recursos econômicos ou materiais, mas também como manifestação de um abandono emocional e social.

Sua fala foi acompanhada por expressões faciais, gestos e até alguns constrangimentos para expor seu entendimento, o que evidenciou uma carga emocional significativa, embora suas palavras tenham sido marcadas por objetividade e clareza na expressão dos sentimentos.

Daniel fez referência direta à falta de bons vínculos interpessoais e à carência de empatia, tanto por parte dos próprios moradores quanto do poder público, o que contribui para um ambiente de isolamento e de invisibilidade social, resultando na dificuldade de os moradores verem suas demandas atendidas no bairro.

Daniel deixa claro o sentimento de desamparo, destacando que os moradores de sua região se sentem esquecidos, ignorados e sem espaço na visibilidade política ou social. Nas manifestações de Daniel, as representações sociais da pobreza que surge são marcadas por uma dimensão simbólica e emocional, em que a carência do reconhecimento institucional e de pertencimento coletivo pesa tanto quanto, ou mais, que a ausência de bens materiais.

3. Eva, 80 anos, ao falar de perdas materiais em consequência do Evento climático (enchente) que atingiu o bairro em maio de 2024 e de suas representações gerais diz: *“Às vezes vou lá e digo (pro filho): levanta. Vamos ter atitude. Isso tudo atingiu o psicológico das pessoas (a enchente), sabe? A gente pena, mas tem que se virar. (...) tenho problema no braço (síndrome do túnel do carpo), dói. A saúde é uma briga. Entrei numa fila de especialista em 2014 e me chamaram em 2024. Quando o médico me chamou, eu disse que não queria mais. (...) Quem vai cuidar de mim? (...). Ser pobre é isso. Ter dificuldade. depender de algo e ficar esperando. Mas também é não ser organizado, não ter atitude na vida”*.

A fala de Eva expõe aspectos identitários e emocionais associados à sua experiência de vida em situações de pobreza. Seu relato revela uma trajetória marcada por enfrentamentos sociais no cotidiano. Por uma dor física e por um sofrimento emocional, demonstrando que alguns reflexos da pobreza surgem como impactos no corpo e na mente. Ao mencionar a síndrome do túnel do carpo, que lhe causa dores e ao relatar a longa espera de dez anos por atendimento médico, ela comprova como a precariedade dos serviços públicos afeta diretamente a qualidade de vida dos mais pobres.

Esta espera frustrada, seguido pela recusa da cirurgia por medo da ausência de cuidado (*“quem vai cuidar de mim?”*), traduz um sentimento de abandono, que pode ser tanto institucional quanto afetivo familiar.

A expressão *“isso tudo atingiu o psicológico das pessoas”*, manifesta um sofrimento que vai além da dimensão física: as perdas materiais provocadas pela enchente de maio de 2024 afetaram diretamente a estabilidade emocional dela e de sua família, especialmente do filho, que desenvolveu um quadro de depressão. Ainda assim, Eva se coloca como suporte emocional:

“às vezes vou lá e digo: levanta!”, mostrando uma resistência materna cotidiana, mesmo com as limitações do corpo, com as privações materiais e com a insuficiência do Estado em oferecer um sistema de saúde mais ágil que lhe pudesse garantir maior bem-estar.

Para Eva a representação da pobreza é resultado de um sofrimento físico e emocional, além de uma estigmatização aos sujeitos pobres, responsabilizando-os, em parte, por suas condições sociais.

4. Pedro, 18 anos, expressa vários elementos emocionais na sua fala: “*Sou pobre. Ser pobre é sentir um sofrimento, ter tristeza. Tristeza de não poder ter as coisas..... Tenho uns quantos conhecidos aqui que vão para o tráfico. Mas também... até quando? Sair de lá, só morto*”.

Esta manifestação produz uma representação individual carregada de sentimentos: tristeza, impotência, exclusão. A pobreza aqui não é compreendida apenas na ausência de bens materiais, de uma situação econômica, mas também com um simbolismo de desânimo. Existe uma frustração de não poder acessar o que ele ou a sociedade define como necessário para viver com dignidade (“*não poder ter as coisas*”). Como uma forma de dar sentido à sua condição social e de se situar no espaço em que vive ele estabelece um diálogo já com manifestações sem horizontes, marcado pela exclusão e pela ausência de perspectivas.

Sua vivência no bairro, como a de muitos outros jovens da região, é determinada por carências comuns e reconhecidas entre eles. Isto está presente em gesticulações, quando apontava para determinados locais, induzindo afirmativas de terceiros. Como se outros concordassem também com sua fala.

Suas manifestações sentimentais sugerem uma representação como se estivesse destinado a um bloqueio social, onde ser pobre é estar condenado às dificuldades que ele presencia. O sofrimento emocional, a frustração e o sentimento de exclusão representam mentalmente para Pedro a situação de pobreza em que ele vive.

A prática do tráfico na fala aparece como um recurso socialmente construído para suprir carências, mesmo que carregado de riscos e de um possível destino fatal. Sobre esta contextualização de desigualdade e de violência, a representação também se manifesta de forma clara na finalização dos argumentos sobre o problema do tráfico, quando ele afirma: “*sai de lá só morto*”. Nesta conclusão não se tem apenas uma constatação de algo fadado ao destino, mas também é uma verbalização forte sobre os riscos de um caminho socialmente destinado e que ele reprovava e temia. Ao mesmo tempo, denota uma valorização da própria vida, ao evitar colocá-la em risco.

5. Sandro, 49 anos, denuncia o tratamento discriminatório por parte de representantes do Estado, através da polícia, ao invadirem sua casa: (...) *“No bairro de rico eles não invadem a casa. Não tratam com grosseria. Um dia intimidaram meu filho ali na esquina. Ele se assustou, é um guri, correu pra casa (...). Eu estava na sala, quando vi entrou um policial correndo dentro. Daí perguntei o que estava acontecendo, fui perguntar também pro outro (policial) que estava na rua. Eles entram assim na casa do rico? Não, né? Não somos tratados igual.*

Sandro expressa um desabafo e uma crítica contundente à atuação violenta e seletiva do Estado, representado pela polícia. Sua fala remete à representação de um preconceito institucional, relacionado à raça (por ser negro), à condição social (por ser pobre) e ao território em que vive. Ao comparar com os “bairros de rico”, Sandro revela uma consciência crítica sobre a desigualdade estrutural, onde a proteção estatal, garantida às áreas nobres, é substituída por truculência e repressão nas periferias. Nos seus diálogos Sandro fez outras manifestações, inclusive, outras críticas à atuação pública, como ao afirmar: *“na eleição estão todos os dias aqui, chegam se bater na rua. Olha essa praça aí (aponta na frente de casa). Olha a sujeira. No bairro do rico é assim? Não. Não é sujo, com essa montanha de lixo na praça.*

Embora manifestasse críticas à zeladoria do bairro, apontando especificamente para os entulhos em frente da sua casa, que de fato prejudicavam o acesso a via pública (figura 9), o simbolismo emocional referente à atuação policial era forte, sempre com críticas. Para Sandro, é cristalizado um processo de desigualdade institucional.

Figura 9 – Lixo na Praça



Fonte: Praça Bairro Farrapos. Pelo autor.

O episódio vivido por Sandro, com o seu filho, reforça que a criminalização e a suspeita recaem automaticamente sobre pessoas negras e pobres, independentemente de qualquer conduta ilegal. Trata-se, portanto, de uma representação da pobreza marcada por desconfiança e pelo medo da atuação estatal. Sandro se vê estigmatizado, tratado como suspeito simplesmente por viver em um território com estigmas de marginalizado.

A ação policial, em vez de proteger, aprofundou o sentimento de exclusão de Sandro, reforçando estigmas sociais que associam pobreza à criminalidade. Neste contexto, o Estado é percebido não como garantidor de direitos e cidadania, mas como uma presença opressora.

Quando Sandro questiona: “*eles entram assim na casa do rico?*”, sua fala convida à reflexão sobre a naturalização dos privilégios institucionais e evidencia a seletividade das práticas estatais, que legitimam a desigualdade sob o pretexto de manter uma ordem pública.

Segundo Denise Jodelet (2001), as representações constituem “formas do saber social”, manifestações que estão enraizadas no cotidiano, carregadas de afetos, de emoções, de valores e experiências coletivas, que estruturam a compreensão e a ação dos sujeitos. Nas entrevistas, percebe-se como estas representações organizam suas vidas na situação de pobreza, conforme os conceitos da autora: Ana ressignifica sua vulnerabilidade por meio da fé religiosa, com negação da condição de pobreza, sugerindo uma estratégia simbólica para preservar sua autoestima e resistir à estigmatização social.

Enquanto Daniel expressa sofrimento psíquico associado ao abandono institucional. Eva revela o impacto emocional de uma precariedade pós-enchente e de saúde. Pedro constrói uma imagem trágica da pobreza, marcada pela impotência com possíveis destinos fatais no crime. Percebe-se nas falas de Daniel e Pedro identidades fortemente marcadas por uma vulnerabilidade afetiva de abandono social, de sofrimento, de exclusão e de um destino estigmatizado. Já Sandro articula manifestações de estigmatização e da exclusão institucional, marcada por uma consciência crítica das desigualdades e injustiças sociais.

7.3 REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

As representações sobre as políticas públicas e o papel do Estado são importantes para compreender como os sujeitos em situação de vulnerabilidade interpretam o alcance de ações públicas destinadas à promoção do bem-estar e à mitigação da pobreza ou de vulnerabilidades. Esta categoria temática busca identificar as representações sociais construídas pelos

entrevistados acerca da institucionalidade pública em que se deparam, sobre qualquer efetividade, limitação ou ineficiência direta do Estado.

1. Luciano, 36 anos, morador de rua, se manifesta com descrença aos governos: *“Faltam políticas públicas para as pessoas (...) de ter auxílios (...) eu não tenho estes auxílios (...) só prometem”*. *“Não só pra mim. Olha as mulheres aí? Não tem creche pras crianças”*.

Luciano expressa representações sociais marcadas pela descrença institucional e pela frustração com as políticas públicas. Sua fala carrega um simbolismo crítico que ultrapassa a sua individualidade, evidenciando uma consciência coletiva dos efeitos da ausência do Estado.

Ao afirmar: *“só prometem”*, Luciano deslegitima os discursos políticos recorrentes, revelando uma representação social de que as ações governamentais não se concretizam em benefícios reais para os mais pobres. Esta fala revelou uma representação do Estado como entidade ausente ou enganosa.

A referência de Luciano à falta de creches, *“Olha as mulheres aí? Não tem creche pra crianças”*, revela empatia e a representação de uma injustiça de um processo coletivo. Esta manifestação indica a presença de um pensamento solidário, construído no cotidiano de sua exclusão social. Assim, a fala de Luciano expressa uma representação compartilhada (para si e para outros) da ausência do Estado, ancorada num cotidiano de precariedades.

Ao mesmo tempo, traz novamente a questão das relações de gênero, que, repito, não houve tempo nesta Pesquisa de aprofundá-la, tanto na exploração da entrevista, quanto na discussão teórica. Ao atribuir o cuidado das crianças “às mulheres”, como se somente elas tivessem a ver com a falta de creches para as crianças, revela o elemento da economia do cuidado, importante nas dinâmicas da pobreza, mas cuja análise terá de ficar para um próximo trabalho de pesquisa. (GUIMARÃES; HIRATA, 2014).

2. Terezinha, 80 anos, relata que, apesar de ser assalariada, precisa pagar por saúde:

“Consulto em Porto Alegre no Barra Shopping. Vou lá e pago R\$500 reais. Mesmo sendo assalariada. Mesmo tendo pouco, pago, custa quase todo o salário. Mas fazer o que? Eu não deixo. Vou a cada 6 meses e faço meus exames. Tem que pagar, não adianta. E tem pessoas que não têm isso pra pagar”.

Para Terezinha, a saúde pública que deveria ser um direito garantido pelo Estado é reinterpretada quase como uma responsabilidade individual. Ao afirmar que paga R\$500,00 por

consulta, mesmo tendo pouca condição econômica, ela associa o cuidado com a saúde à lógica do esforço pessoal e da necessidade de pagar para ter acesso, ressignificando o serviço de saúde como algo privado. Ela torna em familiar algo estranho à lógica institucional. À despeito da precarização do serviço ofertado, é dever do Estado garantir o atendimento à população. A decisão de pagar por atendimento médico, mesmo com poucos recursos, visualiza uma prática social marcada por relações de poder desiguais e pela ausência de respostas institucionais.

A afirmação “*tem que pagar, não adianta*” mostra uma representação construída na experiência da desconfiança e da impotência diante de um sistema público ineficiente. Ao reconhecer que “*tem pessoas que não têm isso pra pagar*”, surge um componente de consciência coletiva frente a desigualdade, reforçando a representação de injustiça e de que existe um afastamento entre os cidadãos e as políticas públicas.

Para Sandra Jovchelovitch, o *eu* e o *outro* se formam numa interação social, sendo o *eu* construído na relação com os outros e com os sistemas simbólicos os quais o envolvem. Esta dinâmica é central na produção das representações sociais, pois define identidades, pertencimentos e exclusões. O *outro* pode ser próximo (semelhante) ou distante (institucional), influenciando como o sujeito percebe a si mesmo e sua posição no mundo. Assim, o *eu* nunca é isolado, mas sempre constituído nas trocas sociais, afetivas e discursivas do cotidiano. Terezinha manifesta esta representação. Na fala de Terezinha, o *eu* se constrói como sujeito que assume individualmente o cuidado com a saúde, diante da ausência do Estado (o outro). Da mesma forma, Luciano (eu) se apresenta como sujeito crítico pelo abandono do outro (o Estado/Governo) que “só prometem” (JOVCHELOVITCH, 2000, 2004, 2008).

7.4 TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL NA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES

Conforme já discutido no capítulo 5, segundo Abric (2000), as representações sociais são compostas por núcleo central e por elementos periféricos. Na presente pesquisa, a análise das palavras, a partir da técnica de evocação livre, possibilitou identificar tais elementos para as representações sociais da pobreza, conforme manifestações dos sujeitos. Para isto, foram considerados dois critérios centrais: a frequência de evocação dos termos e a Ordem Média de Evocação (OME), parâmetros que ajudam a delimitar os elementos da Teoria do Núcleo Central de Abric.

A tabela 2 apresenta as frequências e evocações que surgiram na pesquisa, bem como a tabela 3 demonstra estes mesmos elementos de forma estruturado, identificando o núcleo central, a zona de contraste, a 1ª periferia e a 2ª periferia de representações sociais da pobreza.

Tabela 2 – Frequência e Evocação

	OME < 2.25			OME ≥ 2.25		
	f	OME	Termo (t)	f	OME	Termo (t)
f > 4	5	1	TER FOME	5	2,8	NÃO TER ESTUDO
	2	1,5	NÃO CONSEGUIR CONSULTAR	4	2,25	NÃO TER EMPREGO
	1	2	DESÂNIMO	3	2,67	NÃO TER CASA
	1	2	FALTA DE VISÃO DE MUNDO	1	3	FALTA PODER PÚBLICO
	1	1	FALTA OPORTUNIDADES	1	3	FALTA SOLIDARIEDADE
	1	1	FALTA SEGURANÇA	1	3	SOFRIMENTO
	1	2	FALTAR ROUPA			
	1	1	NÃO TEM ONDE MORAR			
	1	2	SAÚDE NÃO FUNCIONAR			
	1	1	TRISTEZA			
f ≤ 4						

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados gerados no Evoc.

Tabela 3 – Estruturação das Representações Sociais da Pobreza

Estrutura	Termo	Frequência (f)	OME
Núcleo Central	Ter fome	5	1
Zona de Contraste	Não ter estudo	5	2,8
1ª Periferia	Não conseguir consultar	2	1,5
	Desânimo	1	2
	Falta de visão de mundo	1	2
	Faltam oportunidades	1	1
	Falta segurança	1	1
	Faltar roupa	1	2
	Não tem onde morar	1	1
	Saúde não funcionar	1	2
	Tristeza	1	1
2ª Periferia	Não ter emprego	4	2,25
	Não ter casa	3	2,67
	Falta poder público	1	3
	Falta solidariedade	1	3
	Sufrimento	1	3

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados gerados no Evoc.

O Núcleo Central das Representações Sociais da Pobreza na Pesquisa, é formado pela expressão **“ter fome”**. Trata-se de uma privação básica, percebida como o aspecto mais marcante de estar numa condição de pobreza. Sua identificação como núcleo central se baseia em dois aspectos principais: primeiro, porque apareceu com muita frequência nas respostas da maioria dos entrevistados; segundo, porque foi lembrada rapidamente, ou seja, apareceu nas primeiras posições da lista de palavras evocadas.

Estes dois pontos, a alta frequência e a rapidez na evocação, são critérios importantes para se reconhecer quais são os elementos que compõem o núcleo central, segundo a Teoria de Abric.

A **Zona de contraste** está representada pela expressão **“não ter estudo”**. Ela foi mencionada com frequência, mas não apareceu entre as primeiras palavras nas evocações. Isto mostra que, embora não seja o primeiro pensamento que vem à mente dos entrevistados quando falam sobre pobreza, ainda assim, se manifesta como um elemento relevante nas suas representações. Eles entendem que a falta de estudo limita as oportunidades e contribui para uma exclusão social, especialmente diante de um comprometimento da renda.

Na **primeira periferia** estão as expressões com ordem média de evocação (OME) menor ou igual a 2,25 e com uma frequência menor ou igual a 4. **“Não conseguir consultar”** ($f = 2$; $OME = 1,5$) mostra que há dificuldade de acesso aos serviços de saúde para aquela população. Mesmo que poucos tenham mencionado este termo, os que o fizeram lembraram rapidamente. Isto indica que este problema está muito presente no cotidiano dos entrevistados, algo compreensível diante dos conflitos existentes de acesso e acolhimento presentes na prestação de serviços públicos em saúde.

“Desânimo” ($f = 1$; $OME = 2$): e **“falta de visão de mundo”** ($f = 1$; $OME = 2$) foram mencionados apenas uma vez. *“Falta de visão de mundo”*, sugere que a pobreza também é vista como uma limitação do conhecimento, de cultura, ou ainda, de perspectiva de futuro. Pode-se compreender também a reprodução de um estigma, associando à um atraso de pró atividade, uma culpabilização ao sujeito pobre por algum evento relacionado à sua condição social. Com relação ao desânimo ele indica uma fala de impotência diante das condições precárias em que vive e de carência do suporte institucional.

O termo **“faltam oportunidades”** (f=1; OME=1), **“falta segurança”** (f=1; OME=1), **“não ter onde morar”** (f=1; OME=1) e **“tristeza”** (f=1; OME=1) foram citados só por uma pessoa, respectivamente, mas sendo a primeira evocação lembrada, manifestando uma representação significativa para estes entrevistados.

Para estas pessoas, suas representações estão associadas aos sentimentos de vulnerabilidade, de abandono e de sofrimento emocional. Na referência à oportunidades e à tristeza, identifica-se uma manifestação afetiva, psicológica que dialoga com o sentimento de exclusão e de falta de perspectiva, de falta de amparo social ou institucional.

A expressão **“não ter onde morar”** não está representada como uma moradia física, no sentido de não ter uma residência, elemento este que também foi evocado. Esta citação foi efetuada por um morador de rua, expressando não somente a carência material da habitação, mas principalmente com o intuito de manifestar um desamparo, uma falta de um núcleo social, familiar, por isto, não foi agregado ao elemento **“não ter casa”**.

Na segunda periferia estão as expressões com ordem média de evocação (OME) maior que 2,25 e com uma frequência menor ou igual a 4.

“Não ter emprego” (f=4; OME=2,25), embora não tenha apresentado a frequência mais alta da verificação, sua presença constante e registrando uma evocação em posições posteriores, ou seja, evocada mais tarde, mais distante da palavra pobreza, indica que se trata de um conteúdo importante, ainda que não fosse urgente. Diante disto, o desemprego pode ser percebido pelos entrevistados como uma associação significativa à uma situação de pobreza, mas com menor peso simbólico quando comparado com os elementos fome e estudo.

O mesmo entendimento pode ser aplicado para a evocação **“não ter casa”** (f=3; OME=2,67), revelando a questão da falta de moradia como um problema perceptível para os participantes da pesquisa. Apesar de não ter sido lembrada nas primeiras posições, sua presença surge nas falas como uma das dimensões importantes na associação à pobreza.

Outras citações com frequência baixa (f=1) e OME elevada ($OME \leq 3$) revelam aspectos menos compartilhados e mais individualizados da representação. Por exemplo, os

termos “**falta poder público**” (OME=3), “**falta solidariedade**” (OME=3) e “**sofrimento**” (OME=3) podem estar expressando dimensões críticas e emocionais numa situação de pobreza para estes entrevistados. Ainda que pouco frequentes, estas evocações indicam manifestações relacionadas à ausência do Estado, à carência de vínculos sociais ou comunitários e a reações psicológicas e emocionais presentes nas representações sociais da pobreza.

Os resultados apresentados ao longo deste capítulo também evidenciam que as representações sociais da pobreza entre os moradores do bairro Farrapos constituem sistemas simbólicos dinâmicos, que articulam carências materiais, significados identitários e manifestações de resistência. A combinação da análise de conteúdo interpretativa com a Teoria do Núcleo Central permitiu compreender tanto os conteúdos quanto a estrutura das representações, revelando as formas pelas quais os sujeitos elaboram sentidos sobre suas condições de vida, seus vínculos sociais e suas representações sobre o Estado.

As discussões aqui desenvolvidas fornecem subsídios teóricos e empíricos para a reflexão sobre a pobreza como fenômeno social multidimensional, ultrapassando o enfoque exclusivamente econômico e valorizando o conhecimento produzido no cotidiano dos sujeitos. Esta compreensão serve de base para as reflexões apresentadas nas Considerações Finais, nas quais se retomam as principais conclusões do estudo, suas contribuições para o campo das Ciências Sociais e as possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo investigar as práticas sociais e discursivas dos sujeitos pobres moradores do bairro Farrapos, em Porto Alegre, a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS). Ao realizar as entrevistas e aplicar métodos analíticos, como a análise de conteúdo e a Teoria do Núcleo Central, foi possível acessar o universo simbólico dos participantes e verificar como eles constroem sentidos sobre si mesmos, sobre o seu território e sobre as políticas públicas que os envolvem.

Numa diversidade representacional, as falas ora negam a identidade de “ser pobre”, ora a assumem com indignação ou resignação, reforçando a ideia de que a pobreza vivida pelos entrevistados é representada não apenas como uma privação material, mas também como uma construção simbólica influenciada por religiosidade, sentimentos emocionais de impotência, exclusão, estigmas e resistência. A análise a partir da Teoria do Núcleo Central revelou um

núcleo simbólico forte, concentrado na expressão “ter fome”, acompanhado por elementos periféricos próximos, como “não ter estudo” e “não conseguir consultar”, evidenciando que são preocupações concretas e com representações rápidas para os entrevistados.

Esta pesquisa compreendeu os sujeitos participantes como fontes legítimas de saberes sobre os problemas sociais com os quais convivem e que eles podem contribuir para uma análise e formulação de respostas sociais mais contextualizadas, mais sensíveis às suas realidades. Foram identificados quatro saberes sociais produzidos pelos sujeitos pobres do bairro Farrapos, a partir das manifestações de seus discursos.

O primeiro é o saber relacionado à privação material, que emerge das falas de Antônio, Ena e Suze, revelando que a pobreza é compreendida como a falta de recursos básicos e de acesso à direitos, cujos relatos formam um saber prático, ancorado na experiência da escassez e na precariedade estrutural.

O segundo é o saber identitário e emocional, expressado nas falas de Ana, Daniel, Eva e Pedro, que articulam sentimentos de fé, sofrimento e de resistência, ressignificando a vulnerabilidade pela religiosidade.

O terceiro é o saber político e institucional, representado por Luciano, Terezinha e Sandro, que criticam a ausência do Estado, revelando uma consciência crítica e uma desconfiança frente às políticas públicas e à desigualdade de origem da esfera institucional.

Por fim, o quarto, o saber simbólico de núcleo, identificando como núcleo central, o termo “ter fome”, acompanhado de expressões como “não ter estudo” e “não conseguir consultar”. Este saber organiza simbolicamente as demais dimensões, expressando o limite extremo da privação e a materialização da pobreza. Juntos, estes saberes revelam que os moradores do bairro Farrapos produzem conhecimentos legítimos e complexos sobre sua própria realidade, articulando dimensões materiais, emocionais, políticas e simbólicas da exclusão.

De forma geral, a Tese contribuiu para ampliar o entendimento da pobreza como um fenômeno multidimensional e profundamente ligado à dimensão simbólica. Os sujeitos pesquisados não devem ser apenas “alvos” de políticas públicas ou estatísticas socioeconômicas, mas atores sociais que produzem conhecimento, constroem significados e operam representações sobre sua realidade. Isto reforça a necessidade de políticas públicas que dialoguem com as experiências concretas da população pobre, valorizando seus saberes e formas de organização.

Ainda como contribuição, foi possível uma articulação entre a Teoria das

Representações Sociais e o campo da pobreza urbana, demonstrando como a escuta dos sujeitos pobres pode revelar dimensões invisibilizadas pelas abordagens tradicionais. Aprofundamentos teóricos previstos e não desenvolvidos também serão importantes para ampliar as análises realizadas. Hebert Gans, Flavio Comim e Adriane Ferrarini estão entre os muitos autores(as) indicados, mas que não houve tempo de incorporar a contento, identificando o aprofundamento teórico da categoria pobreza como uma das limitações do estudo.

Recomenda-se que em outras pesquisas também se amplie a observação empírica para outros bairros, possibilitando comparações entre diferentes contextos. Também é oportuno incluir sujeitos não pobres, o que permitirá confrontar visões sociais distintas e aprofundar o entendimento sobre os processos de estigmatização. Estas ampliações podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e conectadas às realidades dos sujeitos pobres.

Do mesmo modo, temáticas que não puderam ser desenvolvidas nesta pesquisa deverão ser desenvolvidas em próximos estudos, a exemplo das categorias de *relações de gênero* e *economia do cuidado*. Em função de múltiplos desafios vivenciados nos anos de retorno ao doutorado, teve-se de fazer escolhas, que ficaram centradas na análise das representações sociais dos sujeitos pobres. Estas escolhas, contudo, não anulam o interesse pela ampliação futura da pesquisa, incluindo dimensões ainda não exploradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, Jean-Claude. *A abordagem estrutural das representações sociais: núcleo central e sistema periférico*. In: MOREIRA, A. C. R. (Org.). *Representações sociais: teoria, método e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- ALARCÓN, D. *Medición de las condiciones de vida*. Washington, D.C.: BID, 2001.
- BANCO MUNDIAL. *Multidimensional Poverty Measure*. Washington, D.C.: World Bank, 2022.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CELA, J. *La otra cara de la pobreza*. 2. ed. Santo Domingo: Editorial Universitaria Bonó, 2021.
- Centro de Estudios Sociales padre Juan Montalvo. Quito: CESPM, 1998.
- DENEGI, M.; DELVAL, J.; RIPOL, M.; PALAVECINOS, M.; KELLER, A. *Desarrollo del pensamiento económico en la infancia y adolescencia*. *Boletín de Investigación Educacional*, n. 13, p. 291–308, 1998.
- DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. In: _____. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- FIGUEIREDO, D. et al. A análise estrutural das representações sociais: contribuições e desafios. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 443–453, 2016.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos. *Teorias em Psicologia da SBP*, v. 8, n. 3, p. 249–256, 2000.
- GUIMARÃES, Nadia A.; HIRATA, Helena. Apresentação: controvérsias desafiadoras. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 11–20, jun. 2014.
- IVO, Anete B. L. Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”. *Caderno CRH*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, v. 21, n. 52, p. 171-181, jan./abr. 2008.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IBGE. *Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a.
- IBGE. *Proporção de jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental cai pelo terceiro ano*. Rio

de Janeiro: IBGE, 2024b.

IBGE. *Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c.

IBGE. *Rendimento per capita é recorde e desigualdades caem ao menor nível desde 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a.

JODELET, Denise. *O que são representações sociais?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2006.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Coleção obra prima de cada autor. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 Ed., 2018.

MEDEIROS, Marcelo. *Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais. Investigações em psicologia social. (Pedrinho Guareschi, trad.). 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007..

MULLIS, I. V. S. et al. *PIRLS 2021 International Results in Reading*. Boston College: TIMSS & PIRLS International Study, 2023.

NASCIMENTO-SCHULZE, Carmen M.; CAMARGO, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia*, v. 8, n. 3, p. 287–299, 2000.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano Regional, 2021: Presos em uma armadilha: Alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe. Nova Iorque, EUA.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025: Uma questão de escolha: Pessoas e possibilidades na era da IA. Nova Iorque, EUA.

REIS, Elisa P. A desigualdade na visão das elites e o povo brasileiro. In: SCALON, C. (Org.).

Imagens da desigualdade. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SA, C. P. de. (1996). Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes.

SCALON, Celi (Org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya K. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya K. Entrevista ao Programa Roda Viva. In: SUPPLY, Eduardo M. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez; Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIMMEL, G. El Pobre. Tradução de Javier Eraso Ceballos. Madrid: Sequitur, 2014.

SOUZA FILHO, E. A. Análise de representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 109–145.

SPINK, Mary Jane. O estudo empírico das representações sociais. In: _____. *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

WAGNER, J.; MEDAGLIA, M.; ABRIC, J.-C. EVOC: um conjunto de programas para análise das evocações. In: MOLINARO, D.; SÉGUIN, M. (Orgs.). *Métodos em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, Max. (2015). *Economia e sociedade*. Vol. 1. 4ª ed. Brasília: UNB.

ZAMBAM, Neuro José. *A teoria da justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável*. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ALENCAR, J.L. *Pessoas em situação de pobreza em representações sociais de juristas da área criminal*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33344>. Acesso em: 08 abril 2025. BANCO MUNDIAL.

Home - World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/ext/en/home>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 30 de maio 2025.

BANCO MUNDIAL. *Pobreza e desigualdade social*. Washington, DC: Banco Mundial, [s.d.]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/>. Acesso em: 09 março 2025.

BESSA, Sonia; FERMIANO, Maria B.. *Representações de pobreza e desigualdade social entre estudantes do ensino médio*. Debates em Educação, [S. l.], v. 13, n. Esp2, p. 598–622, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p598-622. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/11036>. Acesso em: 09 maio. 2025.

BRITES, Walter Fernando. La ciudad en la encrucijada neoliberal. Urbanismo mercado céntrico y desigualdad socio-espacial en América Latina. Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]. 2017, v. 9, n. 3, p. 573-586.

CATTANI, Antonio D. (Org.). *Pobreza e subjetividade*. CLACSO, 2001. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/13403/1/cattapt.pdf>. Acesso em: 04 maio 2025.

CLACSO. *Pobreza y desigualdades multidimensionales: hacia nuevos pactos sociales*. Disponível em: <https://www.clacso.org/libro-pobreza-y-desigualdades-multidimensionales-hacia-nuevos-pactos-sociales/>. Acesso em: 24 abril 2025.

IPEA. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Texto para Discussão n. 1227, 2006. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1688/1/TD_1227.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

FÉLIX, Livia B.; ANDRADE, Danyelle A.; RIBEIRO, Fernanda S.; CORREIA, Clarissa C. G.s; SANTOS, Maria.F.S. *O conceito de Sistemas de Representações Sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica*. Psicologia e Saber Social, v. 5, n. 2, p. 198-217, 2016.

FRAGA, Patrícia. *Identidades deterioradas: representações sociais sobre a população em situação de rua no Brasil ao longo da história*. 2022. 336 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/261483>. Acesso em: 28 maio 2025.

FIOCRUZ. *Fundação Oswaldo Cruz*. Disponível em: <https://fiocruz.br/>. Acesso em 01/09/2025.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Psicologia social, saber, comunidade e cultura*. 2004. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/30522746_Psicologia_social_saber_comunidade_e_cultura. Acesso em: 08 maio 2025.

LATZER, Barry. *The rise and fall of violent crime in America*. New York: Encounter Books, 2022. Disponível em: <https://www.city-journal.org/person/barry-latzer>. Acesso em 01/05/2025.

MAZZOTTI, Alda Judith. *A abordagem estrutural das representações sociais*. Psic. da Ed., São Paulo, v. 14, n. 15, p. 17-37, 1º e 2º sem. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913/22130>

Acesso em: 04 abril. 2025. MEDEIROS, Marcelo. “*A desigualdade do Brasil é disfuncional para a democracia*”. *El País Brasil*, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/17/politica/1510949425_070770.html. Acesso em: 25 abril 2025.

MEDEIROS, Marcelo. Metade de todo crescimento do Brasil fica com os 5% mais ricos. *BBC News Brasil*, São Paulo, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63165514>. Acesso em: 25 maio 2025.

MEDEIROS, Marcelo. “*Olhar apenas para o crescimento do PIB é um erro*”. *GZH*, Porto Alegre, 23 jan. 2024. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2024/01/olhar-apenas-para-o-crescimento-do-pib-e-um-erro-diz-autor-de-livro-sobre-desigualdade-no-brasil-cltna56ix000y0147fyq3kwct.html>. Acesso em: 23 março 2025.

MEDEIROS, Marcelo. “*Ideia sobre ensinar a pescar não faz sentido*”. *Deutsche Welle*, Bonn, 19 out. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ideia-sobre-ensinar-a-pescar-n%C3%A3o-faz-sentido-diz-autor-de-livro-sobre-desigualdade-no-brasil/a-67106542>. Acesso em: 05 maio 2025.

MNCR. *Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis*. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/>. Acesso em: 15 de agosto 2025.

MPMT. Ministério Público do Estado do Mato Grosso. *Densidade e verticalização na reconstrução de favelas*. Disponível em:

<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/732/151451/densidade-e-verticalizacao-na-reconstrucao-de-favelas>. Acesso em: 21 set. 2025.

OBSERVAPOA. ObservaPOA: *Observatório da cidade de Porto Alegre*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smpg/observapoa>. Acesso em: 11 de maio 2025.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Comissão de desfavelamento e as representações da pobreza em Belo Horizonte na década de 1950. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 25, e 019. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/BhrzD4RGYsnzTj9kLQVVfVS/>. Acesso em: 29 maio 2025.

OPENEVOC. APA: Sant'Anna, H. C. (2024). (1.1 - Montevideo) [Software]. Universidade Federal do Espírito Santo - *Grupo de Pesquisa em Formalizações Matemáticas da Cognição e Design*. <https://hugocristo.com.br/projetos/openevoc>

OUR WORLD IN DATA. *Gini Index - Economic Inequality*. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/economic-inequality-giniindex?tab=chart&country=~URY>. Acesso em: 14 maio 2025.

OPAS. *Maternal mortality*. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/maternal-mortality>. Acesso em: 14 maio 2025.

PERNIAS. Tomas, R. *Estratificação e classe social sob a ótica Weberiana – um breve ensaio*. Em Tese, Florianópolis, v. 18, n. 01, p. 324-354, ano 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/79230/45421>. Acesso em: 21 julho. 2025.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Porto Alegre em análise*. Disponível em: <https://portoalegremanalise.procempa.com.br>. Acesso em: 15 agosto 2025.

SANTOS, Gislene Aparecida. *Reflexões em tempos de pandemia, necropolítica e genocídios*. da USP, 05 de maio de 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/reflexoes-em-tempos-de-pandemia-necropolitica-e-genocidios/?fbclid=IwAR1ElnoqkN_Qy-3zWRbIW8mvybg_oXR5a2YfzCbOlf7UPkNN5U7N3Vd8R0Zo. Acesso em: 22 de julho de 2025.

SERRA. *Estudo_pesquisa_297.pdf*. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_297.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

TECCHIO, A.; CORTES, G.; MEDEIROS, M.; CAZELLA, A. A. *Percepções e representações sociais de famílias pobres e atores institucionais sobre pobreza e ação pública*. Desenvolvimento em Debate, v. 9, n. 1, p. 69-97, 2021.

TINEU, R. (2017). *Ensaio sobre a Teoria das Classes Sociais em Marx, Weber e Bourdieu*. Aurora. Revista De Arte, Mídia E Política, 10(29), 89–107. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/33734>

UNDP. *2024 Global Multidimensional Poverty Index (MPI)*. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/2024-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indices/MPI>.

Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF. *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil*. 2022.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22676/file/multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF. *UNIGME-2024-Child-Mortality-Report_13-May.pdf*. Disponível em: [corrigir link].

Acesso em: 14 maio 2025.